

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA ROSA DE SOUZA SILVA

**A INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA DE COLÍDER (MT)
PARA AS CIDADES DE SEU ENTORNO IMEDIATO**

**CÁCERES-MT
2022**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA ROSA DE SOUZA SILVA

**A INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA DE COLÍDER (MT)
PARA AS CIDADES DE SEU ENTORNO IMEDIATO**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Judite de Azevedo do Carmo.

**CÁCERES-MT
2022**

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S586i Silva, Maria Rosa de Souza.

A influência socioeconômica de Colíder (MT) para as cidades de seu entorno imediato / Maria Rosa de Souza Silva. – Cáceres, 2022.

124 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Orientadora: Dra. Judite de Azevedo do Carmo.

1. Rede Urbana. 2. Cidades Pequenas. 3. Influência. I. Carmo, J. de A. do, Dra. II. Título.

MARIA ROSA DE SOUZA

**A INFLUÊNCIA SOCIOECONÔMICA DE COLÍDER (MT) PARA AS CIDADES DO
SEU ENTORNO IMEDIATO**

Essa dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Cáceres – MT, 28 de abril de 2022.

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
JUDITE DE AZEVEDO DO CARMO
Data: 12/07/2022 15:29:31-0300
Verifique em <https://verificador.itk.br>

Profª. Dra. Judite de Azevedo do Carmo
Orientadora
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi
Avaliador Interno
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Profª. Dra. Juliana Cristina laochite Félix
Avaliadora Externa
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp)

**CÁCERES – MT
2022**

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos netos,
Heloísa, Maria Eduarda
e Leonardo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter dado a mim sabedoria e discernimento para concluir este estudo. A minha família que sempre me apoiou, incentivando-me e acreditando na minha capacidade de vencer; principalmente, minha mãe, Maria Terezinha, minha irmã Zélia Maria; meus filhos Renato, Rafael, Juliana e Jéssica. Se finalizo mais essa etapa na busca pelo conhecimento é porque vocês estiveram incondicionalmente ao meu lado, meu muito obrigado! Amo vocês!

À Prof^a Dra Judite de Azevedo do Carmo pela orientação, que desde o início sempre confiou e incentivou o desenvolvimento desse estudo e, mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais ela passou, ainda assim não deixou-me sem a sua orientação, o que demonstra a sua generosidade e seu brilhante profissionalismo, o meu muito obrigada!

A Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, ao Programa de Pós - Graduação em Geografia pela oportunidade que me concederam no processo de construção do conhecimento, aos professores das disciplinas cursadas, por compartilharem os seus conhecimentos que muito contribuíram para o desenvolvimento deste estudo. À Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso – SEDUC, por ter concedido licença para a qualificação profissional.

À Escola Estadual Padre José Anchieta, que acreditou e incentivou meu ingresso no mestrado, aos colegas, direção, coordenação e principalmente ao secretário Cleberson que sempre me ajudou com a documentação, o meu muito obrigada!

Agradeço em nome da Colimel, Brito Autopeças e lojas Oba-Oba Center, os comerciantes da cidade de Colíder que concordaram em contribuir com a minha pesquisa, bem como os representantes dos hospitais Santa Inês e o Regional de Colíder; as Instituições de Ensino Superior UNEMAT campus Colíder, a FACIDER e a UNOPAR e o ensino técnico, SENAC de Colíder que através das entrevistas foi possível entender a dinâmica dos consumidores das cidades vizinhas que busca Colíder para aquisição de bens e serviços.

Ao Raphael Wada pelas imagens cedidas para ilustrar esse trabalho. Enfim, a todos que de alguma forma me ajudaram, direta ou diretamente, a concluir este estudo, meu sincero obrigado.

RESUMO

Na atual fase do capitalismo, o processo de urbanização tornou-se sinônimo de modernização, com grandes centros financeiros. A cidade passou a ser um espaço geográfico onde se estabelecem com maior intensidade as relações sociais, econômicas e prestação de serviço. Há uma inevitabilidade de discutir a cidade pequena, buscando compreender sua diferença e importância na urbanização e a participação dela na rede urbana para entender sua espacialidade. Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo analisar a influência socioeconômica de Colíder-MT sobre os municípios do seu entorno em relação à oferta de bens e serviços, com vistas a demonstrar a sua importância para a região imediata. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa consistiram em pesquisa bibliográfica embasada em autores que debatem sobre o tema, a coleta de informações via formulário e aplicação de entrevista realizada nos estabelecimentos de comércio, de saúde, do Ensino Superior e Técnico da referida cidade. Ao término dos procedimentos citados, as informações foram analisadas e interpretadas por meio de uma abordagem quanti-qualitativa. O estudo evidenciou que as pequenas cidades não podem ser entendidas somente a partir de dados quantitativos, mas sim pelo que ela representa na sua região. As cidades brasileiras são muito heterogêneas, o que demonstra a necessidade de analisá-las nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, especialmente as pequenas cidades. O estudo demonstrou que Colíder, demograficamente, é uma cidade pequena, e que qualitativamente está inserida em uma área economicamente dinâmica, com agricultura e pecuária que utiliza diferentes tecnologias e busca atender as demandas básicas de sua população e municípios vizinhos. Neste sentido, Colíder sobressai entre as demais cidades da sua microrregião, por dispor de equipamentos, serviços públicos e privados que atraem populações de outras localidades, destaca-se, como ofertante de serviços de saúde e educação e de comércio varejista.

Palavras-chave: rede urbana; cidades pequenas; influência; Colíder - MT.

ABSTRACT

In the present phase of capitalism, the urbanization process has become synonymous of modernization, there are many financial centers. The urban spaces has become a geographic space where social and economic relationships as well as service provision are established with greater intensity. There is an inevitability necessity to discuss about the small town, trying to understand its difference and its importance to the urbanization and as well as its participation in the urban network, this helps to understand its spatiality. In this way, this research aimed to analyze the socioeconomic influence of the city Colíder-MT on the surrounding municipalities, trying to show its importance for the immediate region. The methodological procedures used in this research consisted of a bibliographic research based on authors who debate about the subject; it was applied the collection of information via formulary and application of an interview carried out in four establishments: commercial, health, College Education and Technical Education. At the end of proceddings mentioned, the information was analyzed and interpreted through a quanti-qualitative approach. This study showed that small towns cannot be understood only from quantitative data, but mainly by what the represent in their area. It is known that brazilian cities are very heterogeneous, this demonstrates the need to analyze them in their quantitative and qualitative aspects, especially small towns. This study showed that Colíder, demographically, is a small town, qualitatively it is inserted in an economically dynamic area, where the agriculture and the livestock use different technologies, always seeking to meet the basic demands of its population and its neighboring municipalities. In this direction, Colíder stands out among the other cities in that micro-region, because has equipment, public and private services that attract people from other locations, this city stands because offers health and education services as well as retail trade.

Keywords: Urban network, small towns, influence, Colíder-MT.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Colíder, Mato Grosso.....	15
Figura 2 – O município de Colíder-MT e seu limites.....	48
Figura 3 – Localização da bacia hidrográfica do rio Carapá.....	49
Figura 4 – Colíder-MT no ano de 1976.....	51
Figura 5 – Colíder-MT no ano de 2020.....	52
Figura 6 – Avenida Do Colonizador nos anos de 1980.....	53
Figura 7 – Avenida Do Colonizador em 2021.....	53
Figura 8 – Localização da UHE Colíder.....	60
Figura 9 – Usina Hidrelétrica Colíder-MT.....	60
Figura 10 – Lago dos Pioneiros – Colíder-MT.....	61
Figura 11 – Lago dos Pioneiros – Colíder-MT/Academia ao ar livre.....	62
Figura 12 – Residencial Carapá em Colíder.....	63
Figura 13 – Centro Comercial de Colíder/MT.....	75
Figura 14 – Hospital Regional de Colíder/MT.....	80
Figura 15 – Vias de acesso do município de Colíder-MT.....	82
Figura 16 – Praça de Pedágios da MT-320, em Colíder (a 14 quilômetros do entroncamento da rodovia com a BR-163)	83
Figura 17 – Campus Universitário do Vale do Teles Pires-Colíder-MT.....	91
Figura 18 – Faculdade de Colíder – FACIDER-Colíder-MT.....	92
Figura 19 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-Unidade de Colíder-MT.....	93
Figura 20 – Hospital Santa Inês Colíder-MT.....	100
Figura 21 – As cidades e o número de menções à elas feitas nas entrevistas.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Colíder (MT) de 1980 a 2021.....	55
Tabela 2 – Os doze municípios da Região Imediata de Sinop em população, extensão territorial e densidade demográfica.....	58
Tabela 3 – População residente, por situação de domicílio e gênero em Colíder– 2010. Situação de domicílio e gênero.....	59
Tabela 4 – Pecuária em Colíder-MT: Efetivos de rebanhos (cabeças).....	66
Tabela 5 – Distribuição da quantidade de terras em hectares nas atividades agropecuária em Colíder-MT.....	67
Tabela 6 – Lavouras permanentes e temporárias praticadas no município de Colíder nos anos de 2006, 2017 e 2020.....	68
Tabela 7 – Produto Interno Bruto: Colíder-MT – 2018.....	70
Tabela 8 – Saldo por Grande Grupamento de Atividade Econômica – 2021.....	72
Tabela 9 – Colíder – Instituição Financeira – 2021.....	74
Tabela 10 – Matrículas na rede escolar do município de Colíder-MT (2018 a 2020)	76
Tabela 11–Tipos de Estabelecimentos de saúde em Colíder-MT, no ano de 2021.....	79
Tabela 12 – IDHM de Colíder/MT.....	81
Tabela 13 - Classificação das cidades com maior número de pessoas buscando Colíder para acessar bens e serviços.....	95
Tabela 14 – Distância entre Colíder e as cidades mencionadas nas entrevistas...102	
Tabela 15 – Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana, segundo as Grandes Regiões – 2018.....104	
Tabela 16 – Área de influência apresentada pelo IBGE Cidades e Área de influência de Colíder identificada pela pesquisa	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação populacional de Colíder (MT) de 1980 a 2021.....	55
Gráfico 2 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município de Colíder – 2018.....	71
Gráfico 3 – O número de clientes de outras cidades tem aumentado ou diminuído ao longo dos anos?	97

LISTA DE SIGLAS

BEC – Batalhão de Engenharia e Construção
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais.
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
EAD – Ensino a Distância
FACIDER – Faculdade de Colíder
FAMA – Faculdade da Amazônia
FAEL – Faculdade Educacional da Lapa
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMT – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Gross
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MEC – Ministério da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Programa de Integração Nacional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PSF – Programa Saúde da Família
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem comercial
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UHE – Usina Hidrelétrica
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIP – Universidade Paulista
UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 Espaço e Região Categorias Geográficas para explicar a cidade na Rede Urbana	18
2.2 Rede Urbana: Conceituação e seu Estudo na Geografia.....	26
2.3 A Cidade Pequena na Rede Urbana.....	33
3 METODOLOGIA.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	41
4.1 Ocupação populacional na Amazônia: uma breve caracterização. Compreendendo a formação de Colíder.....	41
4.2 Formação e expansão de Colíder.....	46
4.3 A evolução das atividades econômicas e sua atuação na relação com os municípios de seu entorno.....	64
4.4 A função e a importância de Colíder para os municípios do seu entorno.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO.....	122
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE.....	123
APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (SUPERMERCADOS ATACADOS E VAREJISTAS, LOJAS DE VESTUÁRIO E CALÇADOS, CASAS AGROPECUÁRIA, AUTO PEÇAS E REVISÃO DE VEÍCULOS)	123

1 INTRODUÇÃO

A história nos mostra que a conexão entre as cidades é o “reflexo das relações sociais estabelecidas num tempo histórico, que se conhece como Antiguidade” (SPOSITO, 1988, p. 17-18). O aprofundamento da leitura sobre o surgimento das cidades, revela que os primeiros núcleos urbanos surgem do acúmulo de condições sociais complexas. São grupos organizados, que incorporam conhecimentos adquiridos sob uma liderança que se estabelece e ganha legitimidade (PINSKY, 2006).

Sendo assim, a relação entre núcleos urbanos/cidades é apreendido/entendido como “um fenômeno geográfico empírico socioespacial e histórico,” que caracteriza-se quando as relações sociais ocorrem em função da existência de conexão entre elas. Dessa forma, a criação de rede urbana é inerente ao surgimento e ao movimento no mundo antigo (SOUZA, 2008, p. 47).

Apesar da cidade e da rede urbana serem um fenômeno antigo, ambas, conforme se apresentam hoje, são resultâncias, da intensificação do modo de vida capitalista decorrente da primeira Revolução Industrial e do avanço das tecnologias de desenvolvimento nos transportes e dos meios de comunicação, o que deu condições para o início da construção de uma importante malha de cidades, que envolve desde uma pequena vila até as grandes metrópoles, cidades globais e megalópoles (SPOSITO, 1988, CARLOS, 2009, CORRÊA, 1989).

Na atual fase do capitalismo, o processo de urbanização tornou-se sinônimo de modernização, com grandes centros financeiros. A cidade passou a ser um espaço geográfico onde se estabelecem com maior intensidade as relações sociais, econômicas e de prestação de serviços.

O processo de urbanização foi intensificado especialmente a partir da Revolução Industrial por esta ter gerado a necessidade de um mercado consumidor para seus produtos, conseqüentemente possibilitou a intensificação das relações entre cidades, formando-se, portanto, uma rede de cidades, que de acordo com Corrêa (2006) é um conjunto de centros urbanos ativamente articulados com seu entorno, que envolve uma relação complexa. A compreensão desse encadeamento/ligação torna-se importante para entender a geografia de uma região.

Corrêa (2006, p. 17) discorre que, o estudo da rede urbana tem sido abordado pelos geógrafos por diferentes linhas de interpretação, e a mais considerável/significativa é aquela abordagem que leva em conta as diferenças “das

idades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidades e regiões.”

Os estudos sobre hierarquia e rede urbana perpassam pelas teorias clássicas de localização das atividades econômicas; nos estudos geográficos têm destaque a do geógrafo alemão Walter Christaller, a Teoria das Localidades Centrais (1966). O objetivo de Christaller era explicar como as cidades estavam organizadas espacialmente, identificar as áreas sobre as quais determinada cidade mantinha influência, identificar os fatores que determinavam o tipo de organização espacial e a partir disso classificar as localidades segundo as suas funções e relações estabelecidas com outras localidades.

Assim, de acordo com IBGE (2018), esta teoria constitui como base teórica para vários estudos sobre o tema rede urbana, sendo a mais difundida no século XX. Ainda segundo o Instituto (p. 69), a teoria “descreve a distribuição, o tamanho e a quantidade de núcleos de povoamento sob condições de funcionamento da economia de mercado, na qual cada assentamento dotado de funções centrais é considerado uma localidade central”.

As funções centrais, por sua vez, consistem na produção e na distribuição de bens e serviços para a população das localidades do entorno, sejam essas o meio rural ou centros urbanos vizinhos. De acordo com essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierárquico de cidades (IBGE, 2018).

O esquema descrito por Christaller chama a atenção pela universalidade da distribuição espacial das cidades e suas hierarquias, entretanto essa teoria não explica como a hierarquia urbana constituída evolui, “ela descreve uma situação de equilíbrio econômico e não se preocupa em descrever como surgiram as economias de aglomeração que formam a base de funcionamento das localidades centrais”. (IBGE, 2018, p. 69). Sabe-se que os movimentos dos agentes econômicos e sociais são variáveis importantes na configuração final da rede urbana. Apesar das críticas, os estudos de Christaller são considerados referências importantes na construção do conhecimento sobre rede urbana.

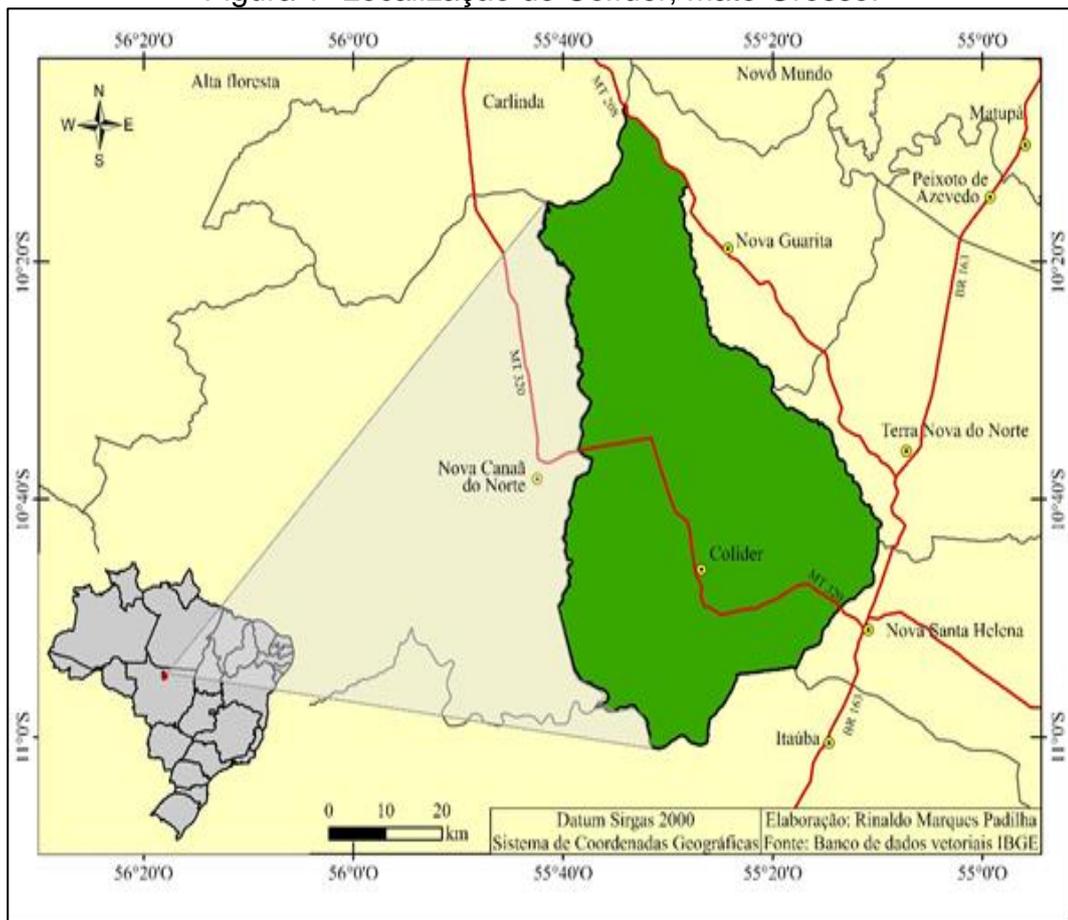
Nota-se, assim, que as pesquisas com o tema “rede urbana”, têm sido de suma importância para o planejamento urbano e regional. Com as inovações tecnológicas, tanto na área de comunicação e de transporte, que culminou no processo de globalização, alterando as relações entre municípios das mais variadas dimensões,

surge a necessidade de compreender as novas variáveis, sobretudo as de ordem econômica e social, inclusive nas cidades pequenas, haja vista ainda haver poucos estudos sobre a função e a influência desses centros urbanos.

Compreende-se que a cidade pequena pode desempenhar um papel de atração em relação às também pequenas cidades de seu entorno imediato, mesmo considerando as classificações feitas pelo IBGE (2018), verifica-se uma lacuna quanto à função e à abrangência da área de influência em pequenas cidades, a exemplo de Colíder, no estado de Mato Grosso.

A cidade de Colíder, em virtude de sua localização, passa por transformações perante às dinâmicas decorrentes da expansão agrícola. Assim, neste contexto de transformação vivenciada pela localidade, por meio de novas análises procurou-se identificar as relações com as cidades de seu entorno imediato, sendo, portanto, tomada como área de estudo, conforme pode ser visualizado na figura 1, abaixo:

Figura 1- Localização de Colíder, Mato Grosso.



Organizada pela autora (2021).

Em tempos de globalização, com tecnologias cada vez mais precisas no campo das comunicações e transportes que encurtam cada vez mais a distância e o tempo (HARVEY, 1989), faz-se necessário discutir as dinâmicas econômicas e a evolução da rede urbana e sua importância no que se refere às funções das cidades do século XXI.

A rede urbana, na definição de Corrêa (2006), é um conjunto eficiente e articulado de cidades e suas infraestruturas, que envolve uma complexa diferenciação entre si. Os estudos sobre rede urbana, buscam entender os fatores que contribuem para a formação de uma hierarquia entre as cidades, onde uma cidade passa a exercer influência sobre as demais, gerando hierarquias regionais díspares. Isso implica, portanto, na necessidade de estudos locais para a compreensão dessas relações espaciais em regiões onde se verificam números expressivos de pequenas cidades.

Há o conhecimento de que muito já se pesquisou sobre cidades, especialmente sobre rede urbana. Entretanto, esta pesquisa buscou identificar/entender a função e a influência da cidade de Colíder sobre o seu entorno imediato, por meio da oferta de bens e serviços, trazendo uma nova perspectiva de análise sobre o que está posto no IBGE (2018), por entender que estudos como o de Regiões de Influência de Cidades por sua abrangência nacional, demanda por generalização, não conseguindo captar as relações estabelecidas em regiões que possuem características específicas e especialmente as das cidades pequenas com o seu entorno.

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo geral, analisar a influência socioeconômica de Colíder/MT sobre os municípios limítrofes em relação a ofertas de bens e serviços, com vistas a demonstrar a sua importância para a região imediata, a finalidade do objetivo geral passou pelos seguintes objetivos específicos: contextualizar a formação do município de Colíder /MT, identificar a oferta de bens e serviços para os municípios de seu entorno e por último especificar a função e a importância de Colíder para os municípios do seu entorno, com os quais faz limites.

Esta análise se justifica porque a partir dela se obtém conhecimentos sobre o papel de Colíder na sua região, ou seja, para as cidades do seu entorno a partir da identificação da sua área de influência e estes conhecimentos são relevantes em razão das informações geradas poderem subsidiar políticas públicas e privadas que visem incrementar a oferta de bens e serviços no município. Ressalta-se, ainda, que as pesquisas sobre as cidades realizadas pela Geografia são importantes por contextualizar e discutir a organização/reorganização do espaço urbano.

O texto desta dissertação foi estruturado em cinco partes, sendo a primeira que contempla esta introdução. A segunda aborda a fundamentação teórica e conceitual de temáticas referentes à rede urbana, conceituação e seu estudo na Geografia; também foi apresentado a pequena cidade na rede urbana, uma breve discussão sobre o seu conceito; as categorias geográficas com destaque para o espaço e a região. A terceira parte foi dedicada a apresentar a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, destacando os procedimentos e o método de abordagem adotado.

Já na quarta parte, tratou das discussões e resultados obtidos na pesquisa referentes à contextualização do município de Colíder/MT, à oferta de bens e serviços, à função e a sua importância para os municípios do seu entorno. E por último, na quinta parte dedicou-se a apresentar as considerações finais, retomando os pontos importantes dos resultados obtidos de maneira a demonstrar que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Espaço e Região: Categorias Geográficas para explicar a cidade na Rede Urbana

A Geografia como Ciência Humana, tem como objeto de estudo o espaço produzido por meio da relação sociedade e natureza. O ser humano com suas ações imprime sua marca no espaço no decorrer do tempo. Refletindo sobre o objeto da Geografia, Corrêa (2018, p. 16) discorre que, “como toda ciência a geografia possui alguns conceitos – chave, capazes de sistematizarem sua objetivação, ou seja, ângulo que confere à geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais”, os quais são especificados pelo autor: espaço, território, região, paisagem e lugar. Para Rocha (2008, p. 129), em se tratando das categorias geográficas “O espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem constituem-se no resultado particularizado da atuação humana na transformação do planeta”.

A ciência geográfica é um campo do conhecimento em constante evolução, que busca explicar a realidade a partir de diferentes aspectos teóricos e filosóficos. No caso dessa pesquisa, os autores utilizados como aporte teórico, foram escolhidos a partir de suas referências fundamentadas na corrente da Geografia Crítica que apresenta, portanto, discussões alicerçadas no materialismo histórico e dialético.

Sendo assim, será apresentado brevemente os conceitos *território*, *paisagem* e *lugar* e em seguida mais detalhadamente os conceitos de *espaço* e *região* no âmbito dessa corrente, pois estas duas categorias – Região e Espaço – são as mais indicadas para explicitar o objeto definido para esta pesquisa.

A categoria território seria a efetivação formal do espaço, consolidada pela ocupação de uma determinada área por um grupo humano exclusivo. Corrêa (2018, p. 18) aponta que para Ratzel, na sua Geografia Humana, o território é vinculado à apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo.

Assim como os outros, o conceito de território também se constitui numa forma de analisar o espaço real, “É impossível ignorar o fato de que o homem para habitar produz um certo espaço, delimita um território com o qual se identifica”. (CARLOS, 2007a, p. 45-46).

Ademais, “Ao analisar a importância do espaço para as diversas tendências da Geografia, verifica-se a necessidade de se evidenciar o território, categoria de relevo na atualidade desta ciência.” (ROCHA 2008 p. 130). Neste sentido, em muitos estudos

da Geografia, o território é a categoria utilizada para a análise, especialmente quando se trata de organização de uma determinada população no território, sendo este delimitado pela relação espaço e poder.

Por sua vez, a categoria paisagem na Geografia é tomada, conforme Oliveira Neto (2019, p. 25), como uma “categoria de análise estruturante, sendo utilizada em inúmeras pesquisas”. A paisagem perpassa por distintas bases e propostas teóricas no âmbito das correntes geográficas; entretanto, os estudos modernos, têm buscado novas orientações/incorporações aos estudos da paisagem. Assim, Santos (1988), coloca que:

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. (SANTOS, 1988, p. 23).

A paisagem consiste em um conceito importante da Geografia, “resulta sempre de um processo de acumulação”, todavia é, “ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo é uma sem ser totalizante”; é composta, “pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados”. (SERPA, 2013, p. 170).

O objeto deste estudo, que ora se apresenta, passou por importantes transformações na paisagem desde a sua formação histórica. Na atualidade, as alterações perceptíveis têm sido em relação às mudanças que estão ocorrendo no campo, com a destituição da agricultura familiar e o crescimento da grande propriedade com a monocultura e a pecuária.

O lugar, apontado como outra categoria fundamental, caracteriza as mudanças da natureza, configurando diferenças espaciais, conforme Santos, (2014, p. 159) “cada lugar se define tanto por existência corpórea, quanto por sua existência relacional. É assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros.”

Pensar o lugar significa pensar a forma do ‘organizar’ e do ‘desenvolver’ de cada grupo humano, pois “O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis.” (CARLOS, 2007a, p. 14).

O lugar, apesar de não ser nesta pesquisa a categoria de maior expressividade para a análise do objeto de estudo, tem importância por ser considerado, em concordância com Santos (2006), o ponto da rede formada pelas relações externas à

cidade e que em conjunto com as relações internas dão características específicas ao lugar, pois o espaço da cidade vai se configurando e ganhando expressividade conforme estas relações vão se estabelecendo.

Na concepção da geografia crítica, o lugar é uma construção sócio-histórica, que desempenha determinadas funções no fundamento social. Por intermédio de suas formas materiais e imateriais, o lugar é um recurso de efetivação da funcionalidade do mundo. “Assim, não importa qual época estamos analisando na história, o mundo, a sociedade se define como um conjunto de possibilidades, e cada lugar têm sua diferença por realizar apenas uma perspectiva das muitas possibilidades que existem”. (LOPES 2012, p. 27).

Para Santos (2006) a ordem mundial globalizante busca impor, a todos os lugares, uma racionalidade única. E os lugares respondem ao mundo de acordo com os diversos modos de sua própria racionalidade.

A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a informação que, aliás, é sinónimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação. A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade (SANTOS 2006, p. 231).

Trata-se na realidade de uma visão na qual o lugar é considerado tanto como produto de uma atividade que é única, ou seja, resultante de características históricas e culturais próprias ao processo de formação, quanto como uma expressão da globalidade. Assim sendo, o lugar se apresentaria como “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento”. (CARLOS 2007a, p.22).

A partir de agora passa-se a apresentar as categorias geográficas que melhor permitem explicar o objeto de estudo, espaço e região. O espaço é a categoria basilar da Geografia, sendo o espaço geográfico o seu objeto de estudo, o que implica dizer que sempre o objetivo final de uma pesquisa nesta área é explicar o espaço, seja ele local, regional, nacional ou mundial e para isto se serve das categorias de análise, conforme a corrente a que o pesquisador é filiado ou se identifica.

O termo espaço admite diferentes acepções, por essa razão existe uma enorme dificuldade em conceituá-lo “já que a sua realidade além de dialética, é uma totalidade em movimento, ou seja, é o resultado da acumulação de tempos passados e do tempo presente, envolve assim a sua materialidade histórica, processos e funções que o perpassam e o organizam solidária e contraditoriamente”. (SILVA, 2015, p. 241).

Santos (1988, p.10) explica que existem entendimentos diferentes das mesmas coisas, pois os indivíduos não são iguais e refere-se ao espaço na Geografia como:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (SANTOS, 1988, p.10).

Na Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico e dialético a partir das décadas de 1970 e 1980, o espaço é considerado como conceito-chave. Essa corrente de pensamento passa a enxergar o espaço de um outro ângulo “o espaço é entendido como um espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social e não deve ser visto como um espaço absoluto”. (CORRÊA, 2018, p. 23-25).

Com esta corrente de pensamento surge novas interpretações e com isso novas definições sobre o espaço, Lefébvre (1976) expõe que:

O espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de o intercâmbio vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. (LEFÉBVRE, 1976, p. 34).

Para Carlos (2013, p. 59), a “evolução do conceito de espaço como localização de fenômenos, para aquele de ‘produção social’ é um salto expressivo em direção a compreensão do mundo através da geografia.” A autora expõe ainda que, a partir da análise da vida cotidiana, como atividade socioespacial, permite o entendimento de que o “espaço surge enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade o produz, e nesta condição apropria-se dele e domina-o”. (CARLOS, 2007b, p.12).

A geografia estuda o espaço habitado, transformado e usado pela sociedade, nesse espaço o ser humano produz e constrói a sua história e nele esta história se materializa.

A Geografia enquanto ciência busca entender os processos de produção do espaço humano. Para tanto ela necessita dialogar com diversas áreas do conhecimento, buscando um olhar sobre a totalidade dos elementos que compõem e influenciam o espaço. (FREITAS, 2012, p. 169).

A geografia pensa e discute o espaço geográfico e identifica nele um conjunto de fatores que constituem a história da humanidade. Nesse sentido, Santos (1994, p. 5) afirma que, “no começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência”. (SANTOS, 1994, p. 5).

A noção de tempo perpassa a história das sociedades e registra suas organizações/transformações ocorridas no espaço, onde elas se materializam. Santos (1988, p. 17) escreveu que, “Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação.”

Neste contexto, um dos objetivos deste estudo foi mostrar as transformações do espaço onde se localiza a pequena cidade de Colíder-MT focando os conceitos de espaço defendido por Milton Santos e a Geografia Crítica, por entender que são conceitos que compreendem a totalidade socioespacial. De acordo com Santos (2014),

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS 2014, p 22).

A partir das considerações acerca do espaço urbano nas pequenas cidades e seu entendimento na Geografia, observou-se que o espaço de Colíder passou por muitas transformações ao longo de sua formação, foram muitas mudanças desde a retirada da vegetação original até a configuração atual, as alterações socioambientais são contínuas e dinâmicas. Santos (1985) explique que:

Para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS 1985, p. 49).

Partindo dessa pressuposição, entende-se o espaço como a espacialização da sociedade, já que este (o espaço) é resultado das relações sociais. Além do mais caracterizar o espaço da sociedade contemporânea é compreender seu modo de vida

e a ação dos agentes sociais no dia a dia de maneira desigual, visto que o espaço modifica-se de acordo com as mudanças da sociedade, este é produzido e reproduzido pela sociedade e suas particularidades, tendo como alvo as relações de trabalho.

Essa pesquisa evidencia o espaço em circunstância de uma sociedade de classes submissa ao sistema capitalista e mostra como as atividades dessa sociedade impulsiona/fomenta o espaço de modo a alterá-lo/transformá-lo de acordo com suas ações. Entende-se, desse modo, que o espaço geográfico possui uma definição complexa e dinâmica e que necessita de ser largamente debatido tendo como objetivo o avanço da Ciência Geográfica diante as demandas da atual sociedade. Santos (1985) vai dizer que:

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS 1985, p. 49).

Compete destacar, que nesta pesquisa, o conceito de espaço está sendo articulado com outra categoria geográfica - a região, “por considerar que os demais conceitos operativos estão inseridos na formação socioespacial” (OLIVEIRA NETO, 2019, p. 28), não sendo possível pensar a região sem o espaço, ambos contém a sociedade que movimenta e transforma-os. Nesse sentido Corrêa (2018) afirma:

Não há, assim, porque falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação socioespacial. Nesta linha de raciocínio admitimos que a formação socioespacial possa ser considerada como um meta-conceito, um paradigma, que contém e está contida nos conceitos-chave, de natureza operativa, de paisagem, região, espaço (organização espacial), lugar e território. (CORRÊA, 2018, p. 26-27).

A região apresenta em sua origem, conforme Gomes (2018, p. 72), “o significado de domínios, de relação entre um poder central e um espaço diversificado”. Isso pode ser observado pelas relações estabelecidas entre as cidades e seu entorno ou entre cidades e áreas longínquas, sendo este conceito um dos suportes para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Inúmeros são os esforços aplicados por estudiosos no sentido de definir “região,” analisado em função das diferentes correntes do pensamento geográfico. Sobre essa questão, Corrêa (2002, p. 22) afirma que o termo região faz parte da fala das pessoas no dia a dia, e é uma das tradicionais categorias da Geografia. Tanto para as pessoas comuns quanto para pesquisadores, “o conceito de região está ligado à noção

fundamental de diferenciação de área, quer dizer, aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.”

Sobre a região Santos (1994, p. 48) assevera que o tempo acelerado acentua a diferenciação dos eventos e aumenta as diferenças entre os lugares e, se o espaço torna-se mundial, a região que faz parte dessa totalidade também sofre alterações agora; exatamente por isso, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que ela seja denominada por outro nome: “Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de regionalização.”

Santiago (2011, p. 10) escreve que cabe aos geógrafos investigar em diferentes esferas a finalidade e aplicação do estudo regional, e como recorte do espaço geográfico, é conveniente destacar “a importância de analisar a região no contexto das relações cidadinas. Essa abordagem vem sendo discutida por vários teóricos no âmbito das regiões de influência, ou seja, delineando a hierarquia urbana.”

A Geografia de natureza marxista, acrescentou em seus estudos uma atenção maior a evolução do capital e, conforme Lencioni (2005, p. 196), um dos aspectos positivos da incorporação do marxismo em relação temática regional, foi a crítica a idolatria/veneração do espaço, “a região passou a ser vista como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo capitalista”.

Para Corrêa (2002, p. 45), a Geografia Crítica dos anos de 1970 traz novas interpretações para o conceito de região, que passa a ser vista “como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas.”

Segundo Lencioni (2005, p. 203), desde a antiguidade existe a preocupação na formação de método e sistematização do conhecimento geográfico, com interesse na análise regional “a noção de região é relevante para a compreensão do recorte espacial e se constitui numa categoria de análise própria da Geografia, contém a possibilidade de revitalizar e renovar o pensamento geográfico”.

Santos (1994) expõe que, o maior desafio dos geógrafos e outros especialistas do território nos dias atuais, tem sido a busca pela compreensão do papel da região no contexto atual.

Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa

permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos. (SANTOS, 1994 p. 50).

Conforme Silva (2015), o conceito de região promoveu um forte debate, vinculado precisamente pela forma de pensar esse conceito enquanto base empírica no processo de regionalização:

A região é uma categoria analítica importante na Geografia, tendo em vista que a regionalização está vinculada a um critério e propósito específicos, que derivam na delimitação de uma determinada porção espacial, por meio daquilo que é diferente e/ou semelhante; olhar para região é dar ênfase a atributo(s) do espaço em prol de uma intencionalidade. (SILVA 2015, p. 42).

Corrêa (2002) expõe que, o “conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle”, mais exatamente, no desenrolar da prática política e econômica em uma sociedade com estratificação social

[...]que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativo e econômico de uma classe dominante. (CORRÊA, 2002, 47).

O estudo sobre região perpassa pela discussão do conhecimento teórico de uma das categorias-chave da ciência geográfica, que de acordo com Santos (1988, 17), é necessário “tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, laborando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional”. Para esta pesquisa, a compreensão da região é fundamental para entender o contexto em que está inserido o objeto de estudo e as relações externas estabelecidas entre Colíder e as cidades de seu entorno imediato.

2.2 Rede Urbana: Conceituação e seu Estudo na Geografia

Compreender a essência da cidade não é algo definitivo, também não pode ser investigada como um acontecimento pronto e finalizado, é preciso entender as fases próprias de cada estágio atingido.

Visto que as formas que a cidade evidencia geram movimentos ao longo do tempo, em concordância com Carlos (2009), a cidade é “uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta diferenciada, em função de determinações históricas específicas”. (CARLOS, 2009, p. 57). Dessa forma, para refletir a cidade numa concepção histórica é indispensável fazer uma análise do desenvolvimento político, social, urbano e econômico que culminaram na urbanização.

A urbanização é essencialmente uma dimensão espacial. Essa evolução é decorrente de modificações econômicas e sociais que estão essencialmente na base do desenvolvimento capitalista, de modo que “não devemos apenas enxergar na urbanização que se dá via industrialização, uma acentuação da proporção de pessoas vivendo em cidades”. (SPOSITO, 1988, p. 50).

A urbanização gerou transformação significativa na cidade e no campo, houve mudanças de natureza social e ambiental “Tudo isso fez da urbanização um fenômeno bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo, a modernização agropecuária associada ao setor industrial” (ELIAS, 2013 p. 26).

É possível, então, o entendimento de que as relações – sejam elas sociais, culturais, econômicas – dão forma ao espaço geográfico. Com o desenvolvimento da indústria, as melhorias no transporte, nos meios de comunicação, “o espaço torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital, passem a ter grande mobilidade”. (SANTOS, 1993, p. 39).

Uma forma de definir e qualificar essa mobilidade (ou seja, as novas formas de socialização, fluxo informacional e a atividade econômica dominante do modo de produção capitalista) é por meio da categoria de análise denominada de rede, que incorpora a noção de conexidade, da relação com a urbanização, da divisão internacional do trabalho e a diferenciação entre as cidades. “Trata-se, assim, de um instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial” (DIAS, 2018, p. 149), assim

A rede e a promessa de transformação da sociedade não constituem, portanto, uma forma recente nem original de representar a realidade, mas uma forma atualizada a cada inovação técnica: inicialmente com a estrada de ferro, a seguir o telégrafo, a eletricidade, o telefone... e hoje com a internet (DIAS, 2020, p. 2).

Para a autora citada anteriormente, o termo rede, sugere estruturas que se conectam umas às outras, implicam fluxos e conexões. A autora explica ainda que o conceito de rede tem sido trabalhado por vários autores na tentativa de explicar o seu significado.

Na ciência geográfica, as redes instrumentalizam a organização espacial e permitem compreender a distribuição dos fluxos de bens e de serviços; são criadas, transformadas e reestruturadas em todo seu processo de desenvolvimento para atender as necessidades do sistema capitalista. Sobre isso, Raffestin (1993), ao discutir as redes e o poder afirmou que a “circulação e a comunicação são as duas faces da mobilidade,” o que subentende a presença de redes, uma forma típica de organização. Conforme explica o autor:

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona” (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

No que se refere ao conceito, rede também é utilizado por outras ciências, como: a informática, a economia, a geografia, sendo um vocábulo muito utilizado na modernidade. Santos (2006) ao falar sobre rede, explica que, “As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social”. (SANTOS, 2006, p. 176). Nos dizeres do autor, a primeira definição formal, é da infraestrutura, que permite o transporte de matéria, de energia ou de informação, sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso, a segunda rede, seria social e política, constituída pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam.

A sociedade de consumo impõe à coletividade por meio da articulação entre o global e o local novos padrões organizacionais. Carlos (2007) ao examinar as muitas redes que constituem o espaço urbano fala de uma

[...] sociedade, assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, que se estabelece com o desenvolvimento da mídia que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida e pela rede de comunicação que aproxima os homens e lugares, ao mesmo tempo, em que os isola (CARLOS, 2007b, p. 26).

Na tentativa de compreender o que é rede, Sposito (2008), considerou os seguintes elementos: estrutura, escala, atores, território e fluxos. Conforme o autor referenciado, esses elementos, na configuração das redes, associa-se de forma labiríntica, tornando-se impossível a sua observação pelo enfoque quantitativo: “É apenas qualitativamente que se pode compreender as possibilidades de articulação desses elementos entre si”. (SPOSITO, 2008, p. 48).

Importantes mudanças no decorrer do século XX permitiram que o conceito de rede reaparecesse de forma atualizada para as diversas ciências, de maneira particular para ciência geográfica. Nesse sentido, Corrêa (2005) esclarece que “na organização e expansão do capitalismo as redes geográficas assumem diversas formas de manifestação, tornando-se ainda progressivamente mais importantes”. (CORRÊA, 2005, p. 108).

Todavia, nem toda rede é precisamente geográfica, Corrêa (2012) entende por rede geográfica como “o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos.” O autor explica ainda que dessa maneira, “ela constitui caso particular de rede em geral”; esta forma que resulta do espaço topológico, “sua importância para a geografia é enorme, pois é parte fundamental da espacialidade humana”. (CORRÊA, 2012, p. 2). O autor supracitado ao estudar as variedades de redes geográficas, ressalta que:

[...] a mais significativa das redes geográficas, a rede urbana, definida pelo conjunto de centros urbanos articulados entre si. Considerada como uma síntese, se não de todas, de muitas e muitas redes geográficas cujos nós e fluxos específicos iniciam-se, finalizam ou passam pelas cidades [...] a rede urbana pode, assim, ser vista como a rede-síntese das demais redes geográficas, sendo ela própria uma rede geográfica (CORRÊA, 2012, p. 6 – 7).

Nesse contexto, surge a concepção da rede urbana como um produto de muitas interações entre os variados agentes econômicos e sociais distribuídos pelo espaço geográfico. O espaço urbano, enquanto elemento que abriga esses agentes, relacionam entre si, “envolvendo centros urbanos de tamanhos distintos e de complexidade funcional diferenciada, que desempenham funções de distribuição do

comércio varejista e prestação de serviços, expressando o estágio do desenvolvimento da divisão social do trabalho”. (FRESCA, 2010a, p. 119).

Partindo da constatação de que a rede urbana se define por suas relações e fluxos, ligadas à produção industrial, à circulação de mercadorias e pessoas, expandindo as atividades urbanas, Becker (2009) sinaliza que:

A rede urbana é uma síntese dos relacionamentos das corporações e pessoas que estão nas cidades. A configuração da rede urbana está diretamente relacionada à divisão do trabalho no território. O processo produtivo, comandado pelo capital hegemônico, apoia-se em redes técnicas cada vez mais eficientes, desenvolve uma estratégia locacional para melhor aproveitar as especificidades de cada lugar, interferindo decisivamente na articulação entre as cidades (BECKER, 2009, p.122).

O tema rede urbana passa a ser bastante discutido com a publicação da Teoria das Localidades Centrais, elaborada por Christaller. Diversos autores passaram a tratar a temática por meio de diferentes perspectivas, isso porque

A compreensão dos contextos histórico-geográficos apresenta-se paralela à compreensão dos próprios conceitos, no sentido de articular o passado ao presente. Rede urbana e hierarquia estão no debate atual, pois envolvem relações entre questões econômicas, políticas e sociais e suas relações globais e sistêmicas, notadamente, determinadas por um mundo em constante mutação, que representa um desafio permanente. (BESSA, 2012, P. 163).

Conte (2014) enfatiza que no Brasil os primeiros estudos surgem com geógrafos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – que apoiados na teoria das localidades centrais e em avanços teóricos, elaboraram importantes estudos sobre o tema, pois segundo o próprio Instituto “A ideia de que as cidades formam um conjunto de centros funcionalmente articulados – a rede urbana –, tem em Christaller (1966) sua teoria mais difundida e fundamentada ao longo do Século XX”. IBGE (2018, p. 69).

A partir das conceituações da rede urbana é possível visualizar como ocorre a interação das cidades ocupando níveis diferentes e desenvolvimento diferenciado. Corrêa (1989) afirma que “entendemos ser a rede urbana o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente” (CORRÊA, 1989, p. 87); ainda de acordo com esse autor, rede urbana é um “Conjunto funcionalmente articulado de centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma complexa diferenciação entre cidades”. (CORRÊA, 2006, p. 7).

A rede urbana compõe um tema importante para entender a articulação entre as cidades na região, no território nacional e no mundo. Em análise da rede urbana brasileira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, indica que:

A rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes (IPEA, 2002, p. 28).

As redes geográficas, mais particularmente a rede urbana, oportuniza conhecimentos que visam compreender as características, as conexões e hierarquias entre diferentes cidades. Para Santos (2014), um sistema de cidades forma a estrutura econômica, política e sociocultural de um país, visto que, a “Rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto a uma rede de infraestrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circula entre as aglomerações” (SANTOS, 2014, p. 68).

A rede urbana é analisada também em sua dimensão histórica, produto da divisão do trabalho sob a lógica capitalista. Fresca (2010), ao analisar a rede urbana e o desenvolvimento regional, afirma que: “rede urbana e divisão territorial do trabalho constituem um conjunto analítico pelo qual pode-se ter um entendimento do desenvolvimento regional e urbano” (FRESCA, 2010a, p. 119).

Nesse sentido, Corrêa (2006) afirma que “à descrição e à compreensão da divisão territorial do trabalho que se deve direcionar os estudos sobre classificação funcional de cidades”. (CORRÊA, 2006, p. 28). Assim, refletindo sobre esta temática em estudos no âmbito da Geografia, Corrêa (2006) constata que:

A rede urbana tem sido o foco de diversos pensadores no campo da geografia urbana por ser um tema complexo, caracterizado pela diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidades e região (CORRÊA, 2006, p. 17).

As temáticas de Geografia Urbana, oportunizam a construção de conhecimentos por intermédio de muitas variáveis; entre elas, a rede urbana que busca compreender as suas características, as conexões e hierarquias entre diferentes cidades. Segundo Moura (2015):

As definições e conceituações sobre rede urbana possuem muitos aspectos, que são abordados pela Geografia [...] uma grande leva de autores e instituições como o IBGE e o IPEA visam contribuir para este importante tema dos estudos urbanos, sendo a rede urbana não apenas um conceito de exclusividade da Geografia, mas, também, de ciências que estudam urbanização, fixos e fluxos e redes econômicas, por meio de circulação e consumo (MOURA, 2015, p. 81).

A Geografia, de acordo com Carlos (2013), tem a tarefa de elaborar uma teoria que seja capaz de explicar o desenvolvimento do capitalismo na produção e reprodução desigual do espaço urbano e as relações deste com o Estado. De acordo com Bessa (2012, p. 163) a relevância dessa questão está relacionada ao direcionamento que as discussões sobre “rede urbana e hierarquia” tomam na atualidade, principalmente porque essa faz parte de um movimento mais abrangente, o de “urbanização da sociedade”, evidenciado “em sua dimensão espacial”, como explicita o autor:

A compreensão dos contextos histórico-geográficos apresenta-se paralela à compreensão dos próprios conceitos, no sentido de articular o passado ao presente. Rede urbana e hierarquia estão no debate atual, pois envolvem relações entre questões econômicas, políticas e sociais e suas relações globais e sistêmicas, notadamente, determinadas por um mundo em constante mutação, que representa um desafio permanente (BESSA, 2012, p. 163).

Esta constatação apresentada por Bessa (2012), coaduna-se com o exposto por Carmo (2018, p. 225) de que, “os estudos sobre as redes aparecem de forma renovada, porque tais redes, configuradas na atualidade, diferem-se daquelas estabelecidas em tempos mais remotos”. As redes estabelecidas anteriormente, em grande parte, objetivavam “a distribuição de matérias-primas, objetos e pessoas” sem haver muita importância para o tempo; ao contrário, na atualidade verifica-se uma importante infraestrutura (transporte, comunicação, informação) para facilitar e diminuir o tempo dos fluxos materiais e imateriais (CARMO, 2018, p. 225).

Os objetos de estudo da Geografia são variados, e a formação da rede urbana e toda sua complexidade faz parte desse temário. Para Santos (1993), “houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade onde as cidades se relacionam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje cada cidade é diferente da outra.” (SANTOS, 1993, p. 53).

Corrêa (2006, p. 7), faz a ressalva de que não é possível aceitar a ideia “da existência de rede urbana modelada segundo o padrão christalleriano ou a regra da ordem-tamanho de cidades,” e diferentemente de outras abordagens, que defendem a existência da rede urbana apenas em países desenvolvidos, para o autor ocorre

também em países subdesenvolvidos, visto que, a organização territorial via capitalista é um fenômeno mundial.

O conceito de rede, adotado nesta pesquisa (em consonância como exposto pelos autores que a veem além do modelo christalleriano), foi de extrema importância para que se pudesse chegar na compreensão de como ocorrem as relações entre Colíder e as cidades de seu entorno imediato, pois possibilita analisar não somente os aspectos positivos, mas também os qualitativos desta relação.

Para ter o entendimento da influência socioeconômica de Colíder sobre as cidades de seu entorno, primeiramente foi necessário fazer uma análise sobre o conceito de rede urbana. Foi indispensável estruturar conceitualmente as articulações na espacialidade para apreender como a pequena cidade relaciona-se com as demais cidades de seu entorno, tendo em vista as mudanças no padrão de acumulação do sistema capitalista que reconfigurou o espaço urbano, bem como a rede urbana.

Sobre a complexa forma de espacialização da rede urbana, Corrêa (1989) afirma que, “ela é resultante da ação de vários processos, cada um implicando localizações específicas, dotadas de uma lógica que, se não é inexorável, é simultaneamente própria a cada atividade e ao momento de sua implantação, e geral no âmbito do capitalismo”. (CORRÊA 1989, p. 77).

2.3 A Cidade Pequena na Rede Urbana brasileira

Não há um consenso entre os autores sobre a definição e conceito dos centros urbanos ditos “pequenos”. Santos (2014, p. 85) chama de centros locais, e acrescenta que na literatura especializada utiliza-se cidades pequenas. Uma conceituação dessas localidades tem se mostrado um difícil exercício para os pesquisadores.

A discussão em torno da classificação e conceituação das chamadas cidades pequenas ou centros locais continua a ser uma temática inevitável para desenvolvimento de pesquisa na Geografia, visto que, nesses locais há produção e reprodução espacial urbana como em espaços urbanos de dimensões maiores.

Corrêa (2011, p. 6), em um esforço para conceituar cidade pequena, coloca que ela “constitui objeto cuja conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos e controversos”. Segundo esse autor, há necessidade de um conceito para essa categoria de cidades, mesmo que “provisório, incompleto e com algumas inconsistências, para que se possa avançar”. O autor especifica que considerando a cidade pequena como um ponto na rede de cidades, ela pode ser “entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços”, podendo ter parte de sua população também se dedicando à atividades agrárias, se esta parte for maior, o autor aponta que essa localidade pode ser denominada de habitat rural concentrado.

Ainda considerando a análise de rede de cidades, a cidade pequena, conforme Corrêa (2011):

[...] é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa. Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. (CORRÊA, 2011, p. 6).

Sposito e Jurado da Silva (2009), expressam que, as cidades pequenas sofrem transformações no decorrer do tempo e passam a apresentar formas e funções variadas. “A própria delimitação de um determinado núcleo urbano como sendo uma pequena cidade já indica uma série de discussões, porque não há unanimidade e muito menos consenso a respeito da melhor explicação para esse conceito/noção”. (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2009, p. 206).

Como bem colocou Carlos (2007b), a realidade urbana é cada vez mais complexa, necessitando do desvendamento desses processos.

A compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. (CARLOS, 2007b p. 19-20).

É importante evidenciar que os estudos com a temática urbana sempre privilegiaram as grandes cidades, onde os problemas ocorrem com maior intensidade; contudo, nas cidades pequenas também há uma dinâmica espacial, que merece ser desvendada. Dessa forma, Santos (2014) expõe que:

A maioria dos estudos urbanos, em países subdesenvolvidos, se interessa de preferência pelas cidades grandes, principalmente pelo fenômeno de macrocefalia. Todavia, se considerarmos com atenção tanto as estatísticas como a realidade, vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das cidades locais que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente. (SANTOS, 2014, p. 85).

De acordo com o IBGE (2018), a rede urbana brasileira, está estruturada em duas dimensões, a hierarquia dos centros urbanos, e as regiões de influência, tendo como parâmetro esses estudos, subentende-se que os centros de zona e centros locais, com média que varia entre 7,5 mil a 60 mil habitantes, são considerados pequenas cidades. Fresca (2010) discorre que, um dos critérios usados para a classificação das cidades pequenas tem sido os dados demográficos e faz a seguinte consideração:

Qual seria o patamar populacional a partir do qual falar-se-ia das pequenas cidades? 20 mil? 50 mil habitantes? Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes. (FRESCA, 2010b, p. 76).

De acordo com essa autora, usar o número de habitantes como variável para conceituar cidades pequenas, não leva em conta suas especificidades, desse modo não é possível compreender as “diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes” (FRESCA, 2010b, p. 76).

Na mesma direção de Fresca (2010), Santiago (2011, p. 17), fala que algumas classificações de cidades limitam à quantidade populacional, e que cabe a cada país ou instituição definir as variáveis para classificá-las em pequena, média ou grande.

“Todavia, deve-se atentar que não é apenas o tamanho que caracteriza uma cidade, mas, sim as funções presentes”, especialmente quando se trata da rede urbana e interações entre as cidades.

Estabelecer uma classificação ou um conceito geral para cidade pequena é um trabalho árduo, pois existem muitas diferenças entre esse grupo de cidade e suas formas de urbanização. Assim como é necessária uma classificação e uma conceituação para as grandes e médias cidades, também, é de extrema importância realizar essa tarefa no que se refere às pequenas cidades ou centros locais. Santos (2014 p. 85-86) explica que:

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema. (SANTOS, 2014, p. 85-86).

As cidades concentram em si, diversas atividades sociais, apresenta uma paisagem que reflete diferentes ambientes e variadas estruturas econômicas que envolvem a sua produção. Entende-se que as cidades pequenas podem ter um quantitativo populacional parecido entre elas, mas possuem diferenças, particularidades quando se analisa a sua inserção na região. Santos (2014) explica que:

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população com verdadeira especialização do espaço. [...] poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (SANTOS, 2014, p. 87-88).

As cidades locais também passaram por transformações advindas da globalização e da dinâmica do capital, as necessidades variam de acordo com a oferta e a procura por bens e serviços da população, essas necessidades mínimas são continuamente alteradas. Corrêa (2006), ao analisar os impactos oriundos da globalização, discorre sobre a criação de novas pequenas cidades, alterações funcionais e/ou refuncionalização das já existentes:

Há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhe fornecem identidade funcional, afirmando, em outra escala, o seu caráter de lugar. (CORREA, 2006 p. 268).

Cada pequena cidade possui sua singularidade, são muitos os pontos a serem discutidos para entender esse grupo de cidade, que de acordo com Fresca (2010), “muito recentemente pesquisadores das mais diversas ciências redescobriram as cidades pequenas e passaram a estudar a importância, o significado e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira”. (FRESCA, 2010b, p.75).

Um dos pontos a ser analisado, que vai possibilitar entender a cidade pequena e seu papel no contexto brasileiro, é o estudo da rede urbana, que permitirá compreender as definições de cidade pequena ou cidade local e discutir a sua inserção na rede urbana, haja visto que

As cidades só podem ser compreendidas através do entendimento de seu papel no conjunto de cidades. É do relacionamento entre as cidades que advém a maior parte de suas dinâmicas. Então, não basta olhar os atributos locais de uma cidade para compreendê-la. É preciso ver qual o papel dos centros nos sistemas regional, nacional e global de cidades. Os estudos sobre as redes urbanas buscam justamente compreender estes relacionamentos e o papel de cada cidade. (BECKER, 2009 p. 122).

Santiago (2011) comenta que a polêmica ao estudar as cidades pequenas inicia exatamente por não ter definição, na sua concepção, a rede urbana diferencia-se pela relação entre as cidades de diversos tamanho em uma mesma região ou entre regiões diferentes, o que definirá a inclusão de uma cidade na rede urbana não é apenas o fator demográfico ou as funções presentes, “mas a interação desses elementos juntamente com as relações econômicas e socioespaciais que mantém com outras cidades independente do tamanho e da distância”. (SANTIAGO, 2011 p. 14).

A discussão sobre a temática “cidade pequena” e sua participação na rede urbana tem fundamental importância, pois possibilita compreender como se dão as interações/articulações socioespaciais, conseqüentemente vislumbra a perspectiva de maior conhecimento das cidades pequenas. Ao refletir sobre essa realidade, entende-se como Sposito e Silva (2009, p. 215) “não é somente explorar os coeficientes de drenagem capitalista que um determinado centro apresenta, mas é, sobretudo, demonstrar qual o papel/significado da cidade pequena na divisão territorial do trabalho”.

3 METODOLOGIA

O estudo do espaço geográfico, conforme Santos (1985, p. 49), busca entender sua relação com a sociedade, “pois é essa que dita a compreensão dos efeitos dos processos tempo e mudança”. Neste sentido, os estudos para entender o crescimento e transformação da cidade têm sido objeto de muitos pesquisadores no âmbito da Geografia, um dos temas estudados neste contexto são as relações entre as cidades, que é o tema central desta pesquisa.

A temática proposta pode ser pesquisada sob várias abordagens teóricas e metodológicas, a depender do tipo de análise que se pretende realizar. No caso desta pesquisa, adotou-se como método de abordagem o materialismo histórico e dialético, por entender, conforme Gil (1999, p. 32), que “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, e nos dizeres de Lakatos e Marconi (2020, p. 108), “o método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca.”

Entende-se que é preciso conhecer as diferentes etapas dos objetos na sua sucessão cronológica, para conhecer sua evolução, aprofundar o conhecimento e revelar o seu histórico de desenvolvimento, pois, de acordo com Camargo e Elesbão (2004), “é o método histórico que dá melhores resultados quando empregado para se compreender e interpretar os problemas sociais, entendendo a realidade e o espaço geográfico como concretos e produzidos pelo próprio homem”. (CAMARGO e ELESBÃO, 2004, p. 15). Esse método foi utilizado para contextualizar a formação do município de Colíder/MT.

O Materialismo histórico, busca compreender as relações atuantes na produção e (re)produção do espaço. Sobre o materialismo, Suertegaray (2005, p. 26) explica que para Marx não existe matéria sem movimento e nem movimento sem matéria, “objetos reais e científicos ocupam espaço, relacionam-se entre si e reproduzem dentro de si as diferentes dimensões da totalidade”. O materialismo histórico oportunizou a compreensão das relações entre o trabalho e a produção de bens na formação do espaço da cidade de Colíder. Desta forma, entende-se que o método materialismo histórico e dialético é o mais indicado para os propósitos desta pesquisa; que, para cunho procedimental, científico, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e coleta de informações via formulário, bem como de aplicação de entrevistas.

A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2020) consiste em leituras e síntese de materiais já publicados, como: livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dentre outros.

Foi realizado levantamento, seleção e leituras de obras que abordam os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa e da Geografia, outras que trazem estudos das cidades como as de Ana Fani A. Carlos; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos, ainda aquelas sobre rede urbana, especialmente as de Roberto Lobato Corrêa; Milton Santos; Tânia Fresca e Leila Christina Dias e, por fim, sobre classificação das cidade, as publicações do IBGE, Região de Influência das cidades de 2007 e 2018. Sobre o processo de avaliação bibliográfica, TRIVINOS (1987) diz que

O processo de avaliação do material bibliográfico que o pesquisador encontra lhe ensinará até onde outros investigadores têm chegado em seus esforços, os métodos empregados, as dificuldades que tiveram de enfrentar, o que pode ser ainda investigado etc. Ao mesmo tempo, irá avaliando seus recursos humanos e materiais, as possibilidades de realização de seu trabalho, a utilidade que os resultados alcançados podem emprestar a determinada área do saber e da ação. (TRIVINOS, 1987, p. 100).

É exatamente nesse entendimento que o procedimento de levantamento, seleção e leitura bibliográfica foi encaminhado durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente com a realização de pesquisa de campo para a aplicação de entrevistas. No entanto, devido às limitações impostas pelo distanciamento social em decorrência da pandemia da Covid-19, foi preciso repensar os procedimentos da pesquisa, substituindo, por exemplo, algumas das entrevistas *in situ* pelo envio de formulários via e-mail ou por ligação através do aplicativo de celular *WhatsApp*.

As estratégias metodológicas utilizadas aqui, vêm de encontro às discussões trazidas por Lakatos e Marconi (2020, p. 109) sobre o uso de formulário e aplicação de entrevista. Segundo as autoras, o formulário é um dispositivo indispensável “para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.” Já a entrevista “é uma conversa efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação que lhe é necessária, pode ser estruturada ou não estruturada.”

Torna-se interessante observar também, a contribuição de Gil (2008, p. 109 e 110) sobre o método de pesquisa *entrevista* ao dizer que “A entrevista é, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que

uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” Para esse mesmo autor, a utilização desse método na pesquisa social deve-se a uma série de razões, entre elas, possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social: os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação; oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista.

Visto tudo isso, nessa pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada, que desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, mas dá a liberdade de reformulação delas e de inserção de novas, conforme o seu desenrolar. Dentre entrevistas e formulários, tivemos informações de 21 estabelecimentos. Foi aplicada nos estabelecimentos comerciais (supermercado atacado e varejista, de loja de vestuário e calçados, de casa agropecuária, de auto peças e de revisão de veículos) com proprietários ou gerentes, totalizando um total de 16 estabelecimentos.

Os hospitais Regional e o Santa Inês de Colíder, também foram alvos de entrevistas realizadas com seus respectivos funcionários administrativos, momento em que verificou-se o local de residência dos pacientes que deram entrada nestes estabelecimentos de saúde, totalizando dois estabelecimentos.

No que se refere às instituições de ensino foram escolhidos três estabelecimentos de educação: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (educação profissional); Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT (ensino superior público) e Faculdade de Colíder – FACIDER (ensino superior privado). As entrevistas com os representantes dessas instituições buscaram averiguar de quais cidades os estudantes são oriundos, de modo a verificar e levantar dados sobre quais cidades vizinhas buscam por esse tipo de serviço na cidade de Colíder.

O contato com os estabelecimentos foi realizado em duas etapas. Na primeira delas, foram enviados e-mails para 22 estabelecimentos, 14 deles retornaram à mensagem. Destes que retornaram, dois são do segmento de saúde, dois do ensino superior e um do ensino técnico. Do segmento do comércio houve o retorno de nove mensagens. Na segunda etapa, o contato foi via ligação pelo aplicativo de celular WhatsApp com 10 estabelecimentos. Destes, sete responderam e um pediu que enviasse as entrevistas no e-mail, porém não respondeu. Já dois, do quantitativo de e-mails enviados, recusaram-se a responder. Todos os que responderam pertencem ao

segmento do comércio. Portanto, têm-se um total de 16 estabelecimentos participantes da pesquisa.

Assim, ao término desse processo de coleta de dados, as informações obtidas foram analisadas e interpretadas por meio de uma abordagem quanti-qualitativa por conter aspectos quantitativos e qualitativos, que de acordo com Minayo (2009, p. 22):

Os dois tipos de abordagem e os dados delas advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

A abordagem quantitativa foi adotada porque foi necessário evidenciar a importância da estrutura econômica e social que Colíder oferece à população local e dos municípios vizinhos. Dessa maneira, algumas das perguntas incorporadas ao roteiro de entrevista e no formulário tinham como objetivo, por exemplo, saber o quantitativo de pessoas de outros municípios que se deslocam para Colíder em busca de bens e serviços e os resultados foram expostos em gráficos, tabelas e mapas.

A abordagem qualitativa se aplicou às respostas que não são quantificáveis, seguindo o entendimento de Minayo (1994, p. 21 e 22) de que esta abordagem situa-se em “um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. Este universo contempla aspectos “que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Reafirma-se que a adoção da abordagem quanti-qualitativa ocorreu por entender, conforme Minayo (1994, p. 22), que uma complementa a outra, porque a realidade abrangida pelo conjunto de dados quantitativos e qualitativos “interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Ocupação populacional na Amazônia: uma breve caracterização

Compreendendo a formação de Colíder

Para contextualizar a formação da pequena cidade de Colíder foi preciso primeiramente entender como se deu a ocupação da Amazônia, área em que Colíder está situada, bem como os fatores que levaram à colonização da região Amazônica. Pode-se afirmar que a ocupação da Amazônia acontece desde o período colonial, mas foi durante o século XX que esse processo se intensificou, precisamente a partir da década de 1970. Segundo Teixeira (2006),

Por um longo período, o brasileiro manteve-se afastado da região amazônica. Foi a partir do século XVII que se iniciou a ocupação dessa imensa região, com a construção de fortificações que tinham como objetivo principal, garantir a posse do território (TEIXEIRA 2006, p. 18).

O fim do século XIX foi marcado pela exploração da borracha, assim, a colonização dessa região teve suas fases ou ciclos econômicos voltados para a exportação, que de acordo com Becker (2001) “é a motivação dominante na ocupação regional”. A autora afirma ainda que o processo de ocupação da Amazônia, “se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação” (BECKER 2001, p. 135)

A intensa apropriação da Amazônia caracterizou pela intervenção direta do Estado brasileiro nessa região, que para justificar suas ações criou-se um “ideário político e ideológico de segurança e desenvolvimento” (MORENO; HIGA, 2005, p. 37). Neste sentido, as atividades governamentais sugerem mudanças no curso do desenvolvimento do país, que de acordo com Nascimento (2011):

Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo. O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento faziam parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia (NASCIMENTO 2011, p.238).

Localizado no norte mato-grossense, Colíder faz parte dessa imensa área tropical, que durante muito tempo foi considerada uma área isolada de difícil acesso, é neste contexto que foram criados diversos projetos e programas estratégicos visando

a ocupação da Amazônia com a intenção de promover e integrar esta parte do território ao restante do país. Moura (2015) afirma que:

O governo federal priorizou as regiões Centro Oeste e Norte, com a intenção de abri-las ao capital nacional e estrangeiro, ocupar e explorar os recursos da terra e desestimular a migração para as regiões Sul e Sudeste, já saturadas. No período do governo militar, foram difundidos os discursos de preocupação acerca da segurança nacional da Amazônia, que implantaram um modelo capitalista de desenvolvimento, conforme fica evidente nos os principais projetos e programas de desenvolvimento territoriais (MOURA 2015, p. 46)

Desse modo, por meio da ação estatal foram postos em prática projetos e programas estratégicos para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia, como;

O SPVEA – Plano de Valorização Econômica da Amazônia instituído pela Lei nº 1.806 sancionada em 06 de janeiro de 1953, tinha como objetivos gerais, assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, e por fim, desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira,

De todo o conjunto de medidas idealizadas pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia, apenas houve o avanço de alguns pontos no setor energético e a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, conectando o Centro-Sul à região norte do país pelos seus contornos (PRATES; BACHA, 2011, p. 608).

O Governo Federal por meio da Lei nº 5178, de 1966, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVA, criada em 1953, substituindo-a pela **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam**, o objetivo da criação desta superintendência era coordenar as ações da esfera federal na região amazônica diretamente ou por intermédio de convênios com instituições públicas e privadas. Para enfatizar as parcerias do Estado com as empresas de colonização, Alves (2018) cita Picoli (2005),

O Estado faz parceria com o modelo de colonização, implanta órgãos direcionados que vão assistir aos capitalistas, por meio da SUDAM, do BASA, do INCRA e de outros componentes direcionados, que servem para fomentar as dinâmicas de articulação. Além disso, ele oferece outras estruturas que possibilitam na prática a organização para a expansão da mais nova fronteira, através da construção de rodovias, de telefonia, de energia elétrica e de bancos (PICOLI, 2005, p. 18 apud ALVES, 2018, p. 58).

O Programa de Integração Nacional – PIN, programa governamental instituído pelo então Presidente Médici, pelo decreto Lei nº 1.106 em 16 de junho de 1970, tinha como objetivo financiar o plano de obras de infraestrutura, sobretudo a abertura de

rodovias federais e a implantação da reforma agrária ao longo dessas rodovias, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que “foi considerado o mais importante instrumento de ação no processo de integração da Amazônia às regiões mais ‘desenvolvidas’ do país, durante o período militar”. (MORENO; HIGA 2005, p. 39).

O Programa de Integração Nacional impulsionou a produção do espaço em áreas que o projeto beneficiou, o PIN, permitiu que várias rodovias federais e estaduais fossem criadas ou ampliadas, entre elas as Rodovias Transamazônica, BR - 010, trecho Belém - Brasília, BR - 364, trecho Cuiabá - Porto Velho e a BR 163 Cuiabá – Santarém (ALVES, 2018).

Abertura da rodovia BR-163 possibilitou condições de realizar a ocupação da pré-Amazônia mato-grossense, ligando o Centro-Sul do país à Amazônia, ao mesmo tempo promovia através de grandes projetos agropecuários a apropriação capitalista do território que, apesar de ser inviáveis economicamente, “serviram para a derrubada da floresta, a grilagem e a concentração das terras, a expulsão de posseiros e indígenas, a realização dos projetos (sobretudo particulares) de colonização e, por fim, à urbanização dessa região”. (VOLOCHKO, 2015, p. 45).

Outro importante programa em complementação ao PIN, foi o **Programa de Redistribuição de terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra**, criado pelo Decreto Lei nº 1.179, 06 de junho de 1971 tinha como objetivo facilitar o acesso à terra, criar melhores condições de emprego no campo e fomentar agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM E SUDENE. “No Estado de Mato Grosso, esse projeto viabilizou e financiou a implantação de projetos particulares de colonização nas regiões norte e leste do Estado”. (MOURA 2015, p.47).

O Polamazônia – Programa de pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, surge em 25 de setembro de 1974, pelo o Decreto Lei nº 74.607, com a finalidade facilitar a ocupação e integração da região por meio de aproveitamento das potencialidades para as agroindústrias e para a agropecuária. “Este programa consistiu na estratégia do Estado brasileiro em propiciar a expansão dos grandes monopólios nacionais e internacionais na Amazônia por meio da apropriação da renda capitalista da terra e da intensificação do processo de concentração fundiária”. (MORENO; HIGA, 2005, p. 41).

Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – **POLONOROESTE** criado pelo Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. De forma resumida, pode-se dizer que tinha como objetivo pavimentar a BR-364 e implantar projetos de colonização nas áreas de influência da mesma. Segundo Moreno e Higa (2005), em Mato Grosso esse programa contribuiu para agilizar a posse capitalista da terra por empresários, tornando-se alvo de duras críticas devido às várias anormalidades constatadas na sua execução.

Com esse cenário, o governo de Mato Grosso propôs a criação do **Projeto de Desenvolvimento Agroambiental – Prodeagro** financiado com recursos nacionais e estrangeiros, como do Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, com objetivo principal o desenvolvimento sustentável do Estado. A dinâmica da ocupação Amazônica é entendida por meio da ideia que se tem de região contida nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, estes planos sintetizam objetivos e estratégias que buscam integrar Amazônia ao modelo econômico capitalista, são ações políticas que reordenam territorialmente a região, observa-se

Que num período de quase 50 anos, esse subespaço da Amazônia Legal, a partir de projetos definidos externamente, passou por diversas reconfigurações que o encaminha a uma direção ligada a um circuito econômico que reconstrói uma trajetória histórica iniciada no interior de uma lógica capitalista que conduz os rumos do país de forma subalterna aos ditames do capital (ARANTES; BAMPI, 2017, p. 204).

Em MT as colonizadoras particulares soube utilizar de forma eficiente as oportunidades de parcerias oferecida pelo governo federal que concedia vantagens financeiras e facilidades no acesso à terra, Teixeira (2006) sinaliza que,

Em Mato Grosso, a colonização agrícola é realizada, notadamente, por grandes empresas privadas do Sul e do Sudeste do país. O centro norte do estado foi 'dividido' nos anos setenta entre três sociedades (Colíder, Sinop e Indeco) que implantaram programas de colonização baseados sobre uma valorização agrícola das terras apoiados numa rede urbana e em centros rurais (TEIXEIRA 2006, p. 20)

E nesse contexto que surge Colíder, resultante de todo um processo de apropriação de território que iniciou de fato com a Marcha para Oeste para ocupar os “espaços vazios” existentes na região Amazônia, o território que hoje se localiza Colíder fazia parte de uma extensa área que pertencia a Chapada dos Guimarães, sendo desmembrada e entregue a Colonizadora Líder para venda de lotes aos trabalhadores que chegavam de outras regiões, principalmente do Sul, onde a mecanização do campo

proporcionada pela revolução verde, elevou consideravelmente o preço da terra formando um contingente de agricultores sem-terra que viram nas propagandas públicas e privadas a oportunidade de ter terra para plantar. Os discursos eram sempre otimistas, destacando as potencialidades da região, e que essas poderiam trazer prosperidade econômica e social, uma vez que soubessem usufruir de suas riquezas. Conforme Nascimento (2016),

Em nenhum momento, estes discursos faziam referência às populações indígenas e nem tão pouco as populações tradicionais, seu indicativo ocorria no sentido de que o povoamento deveria ser realizado através de imigrantes nacionais e estrangeiros (NASCIMENTO 2016, p. 57).

A modernização no campo e a urbanização, segundo Romancini e Rodrigues (2007), a partir de 1970 intensificou na Amazônia Legal, a implantação do modelo de modernização da agricultura mediante as políticas desenvolvimentistas do Estado, impulsionou a urbanização que deu origem a várias cidades como Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop, Itaúba, Colíder, Alta Floresta, entre outras, ocasionando mudanças em outras já existentes, como Diamantino, “A urbanização extensiva caminha, assim, ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas”, como a Amazônia e o Centro-Oeste”. (Monte-Mór, 2006, p. 17).

A apropriação capitalista na expansão geográfica sobre a região norte mato-grossense, deu-se fundamentalmente com o uso instrumental da cidade. A produção da cidade e do urbano foi posto “como condição e resultado de um processo de valorização fundiária agrícola, permitida pela concentração das terras e posterior organização do projeto de colonização”. (VOLOCHKO, 2015).

4.2 Formação e expansão de Colíder – Mato Grosso

Colíder teve a sua construção programada com a ocupação das terras na região que ocorreu no tempo dos incentivos fiscais e projetos do Governo Federal da década de 1970. Entretanto, é necessário compreender que a ocupação desse espaço começa a ser tensionado com a Marcha para Oeste, “lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia” (CALONGA, 2015, p. 127).

Cabe lembrar que essa região não era um espaço vazio, tratava-se de uma área com baixa densidade demográfica, a região norte do estado do Mato Grosso, integrante da chamada Amazônia Mato-Grossense, foi povoada predominantemente por indígenas até a década de 1950 (LANARI, MOREIRA, FERREIRA, 2015).

A ocupação da região norte do estado, período de grandes transformações, alterou de forma significativa, o meio natural e a vida da população local. No espaço que hoje se localiza a cidade de Colíder e os demais municípios, Carmo, Gonzáles e Sousa (2019, p. 11) ressaltam que, “As primeiras ocupações da área onde hoje é o município, ocorreram no início da década de 1970, por ações do governo federal e também por financiamento de empresas privadas de colonização no contexto da marcha para o Oeste.”

Para colocar em prática o projeto de desenvolvimento na região, a primeira medida a ser tomada foi a construção das rodovias, uma delas foi a Cuiabá – Santarém (BR-163), as obras foram planejadas dentro do Programa de Integração Nacional (PIN), e para concretizar o processo de povoamento, o governo militar recorreu às empresas colonizadoras privadas, sendo a Colonizadora Líder – responsável pela execução dos planos de ocupar/povoar o espaço que no futuro deu origem ao município de Colíder (LANARI, MOREIRA e FERREIRA, 2015).

A referida colonizadora adquiriu uma grande quantia de terra do governo para ser vendida aos colonos oriundos “principalmente dos estados do Sul e Sudeste, a colonização foi possível devido à construção da BR-163, ligando Cuiabá – Santarém pelo 9º BEC (Nono Batalhão de Engenharia e Construção)” (PADILHA, 2017, p. 74).

Em pouco tempo toda área da Cafelândia, (atual Colíder) já estava ocupada, a propaganda foi uma grande aliada da colonizadora, que em 1974, intensificou “no estado do Paraná, anunciando que eram excelentes o clima e as terras da região e oferecia facilidades de pagamento para aquisição dessas terras”, o resultado foi uma

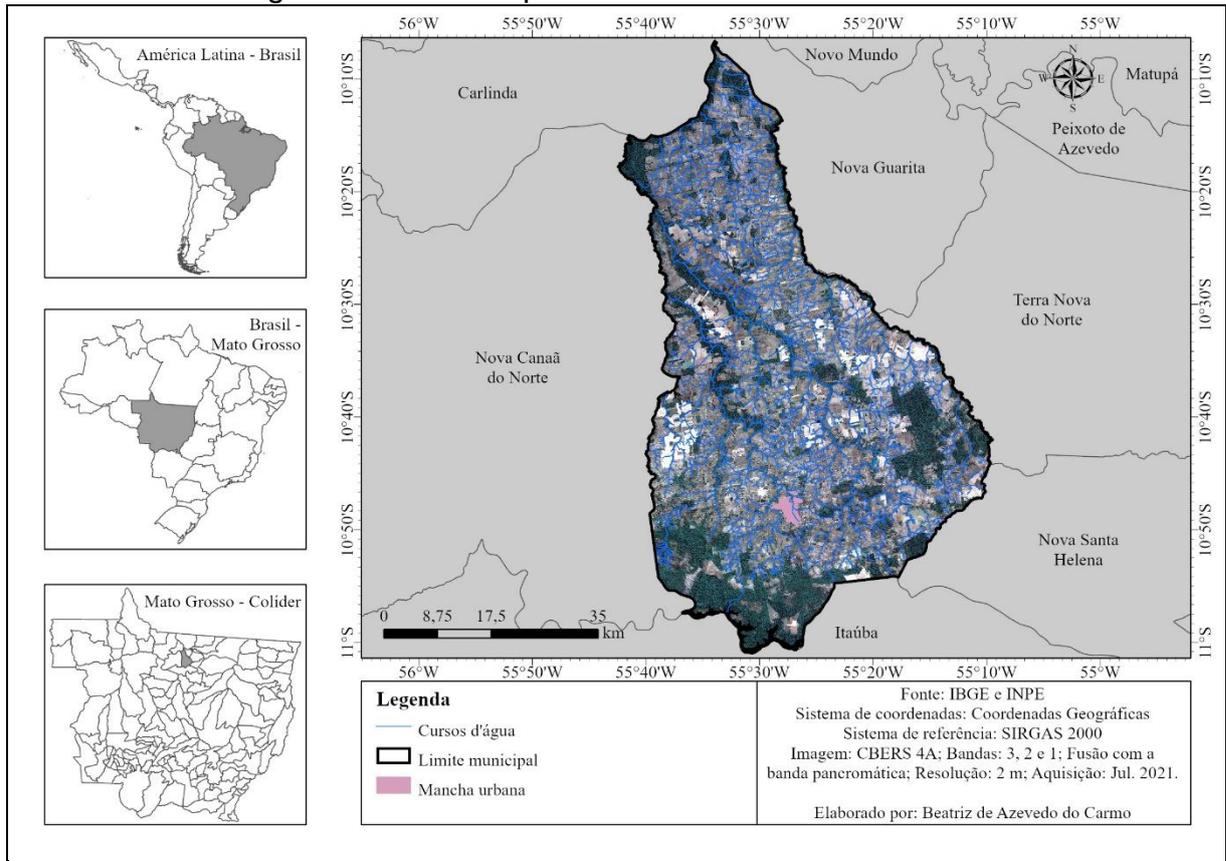
grande migração de pessoas para aquela área (SCHAEFER, 1985, apud CARMO, GONZÁLEZ e SOUSA, 2019, p. 11).

A elevação à categoria de município com o nome de Colíder, ocorreu em dezoito de dezembro de 1979, pela lei estadual nº 4.158/1979, com o desmembramento do município de Chapada dos Guimarães, Colíder ficou com um vasto território. Com o decorrer do tempo vários povoados passaram para categoria de distrito através do processo de emancipação em relação à Colíder o que lhe ocasionou a perda de território chegando na atualidade a apresentar uma área de 3.112,091 km² com uma população estimada em 2021 de 33.855 habitantes (IBGE, Cidades).

Colíder localiza-se na porção norte do Estado de Mato Grosso, a 32 km a esquerda da BR-163, cortada pela rodovia MT-320, nas coordenadas geográficas entre 10°48'18" Sul e 55°27'22" Oeste e uma altitude de 315 m acima do nível do mar (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER). Esta localização pode ser visualizada na figura (2) na página seguinte.

Segundo a classificação do IBGE (2017) para as regiões do estado, Colíder está localizada a cerca de 634 km de distância da capital Cuiabá, pertence a região geográfica imediata de Sinop, a qual é composta por doze cidades incluindo Sinop, Cláudia, Colíder, Feliz Natal, Itaúba, Marcelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Santa Carmem, Terra Nova do Norte e União do Sul. A área do município de Colíder faz limite com Carlinda, Itaúba, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte, Nova Guarita e Nova Santa Helena (Figura 2).

Figura 2 – O município de Colíder-MT e seus limites.



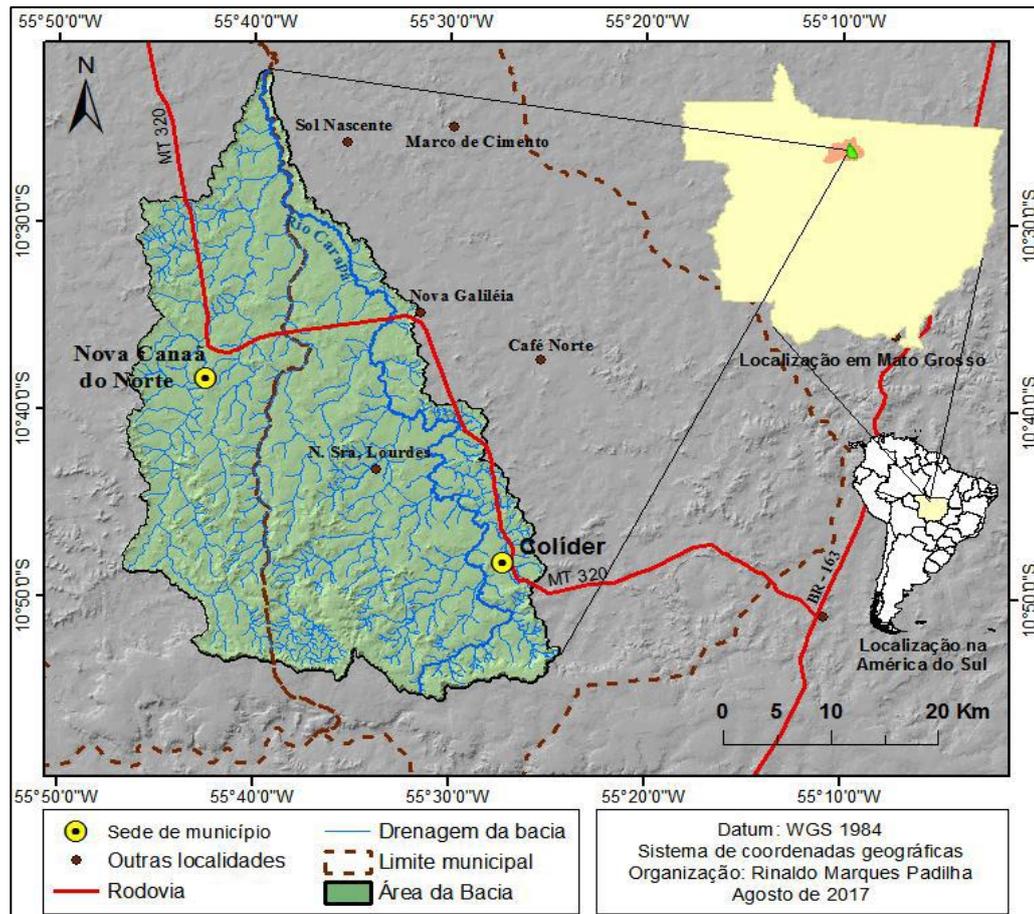
Organizado pela autora (2021).

De acordo com Tarifa (2011, apud PADILHA, 2017) a unidade climática em que está inserida a cidade de Colíder, é denominada de Clima Equatorial Continental Úmido, com estação seca bem definida da Depressão Sul-Amazônica, com temperatura média anual em torno de 25° C. Com relação a precipitação, o volume anual gira em torno de 2.000 a 2.3000mm, conforme Camargo (2011 apud ANDRADE, 2019).

Carmo, González e Sousa (2019, p. 8) afirmam que “os principais fatores que influenciam nas condições climáticas no norte do estado do Mato Grosso e no município de Colíder em particular são a latitude, a continentalidade e a atuação dos mecanismos de circulação atmosférica de macro escala.”

Quanto à hidrografia, o município está inserido na sub-bacia hidrográfica do rio Carapá, que juntamente com seus afluentes deságuam no rio Teles Pires e vão contribuir para a formação daquela que é considerada a maior Bacia Hidrográfica do mundo, a Bacia Amazônica. O rio Carapá é de grande importância para o município de Colíder, pois a maior parte da água que abastece a cidade é proveniente de todas as nascentes de pequenos cursos de água que deságuam neste canal. (PADILHA, 2017).

Figura 3 – Localização da bacia hidrográfica do rio Carapá.



Fonte: Padilha (2017).

A BR-163 é o principal eixo de acesso à região imediata de articulação urbana de Sinop, auxiliada pelas rodovias estaduais MT-320 e MT-208, que são indispensáveis para interligar os municípios das regiões norte e nordeste de Mato Grosso à rodovia federal. A construção da BR-163 oportunizou o acesso à terra a um conjunto de novos sujeitos econômicos, sociais e políticos. (IBGE, 2017, SELUCHINESK 2008, MARGARIT, 2013, PMSB, 2018).

De acordo com Margarit (2013, p. 2), abertura da BR-163, ligando Cuiabá-MT a Santarém-PA, na década de 1970, gerou inúmeras mudanças na organização do espaço em suas proximidades que tinha como objetivo principal fomentar a ocupação e integrar a economia da região com o sudeste do país, “Todo este processo ocorreu com amplo apoio do Estado, cujas políticas públicas visavam à ocupação e o desenvolvimento econômico da Amazônia.”

Desde a chegada dos europeus, as grandes extensões de terra do Brasil sempre foram vistas como uma oportunidade de obter ganhos. “Num primeiro momento com a

extração dos recursos naturais, e posteriormente com o aproveitamento das terras para o cultivo de produtos destinados ao mercado internacional”. (TEIXEIRA, 2006, p. 12).

De acordo com Calonga (2015) a chamada Marcha para Oeste foi um projeto elaborado pelo governo de Getúlio Vargas no decorrer do regime autoritário, denominado de Estado Novo, que tinha como finalidade a integração econômica e o crescimento populacional das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. “Em Mato Grosso, o projeto se caracterizou por duas vias: primeiramente a expansão econômica da região, com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais; seguidamente, o discurso de pertencimento nacional, expresso nas diretrizes ideológicas do Estado Novo”. (CALONGA, 2015, p. 129).

A formação do município de Colíder está inserida na conjuntura geral da organização espacial do norte mato-grossense, observa-se na sua formação histórica o processo de construção do sistema produtivo assim como o movimento de implantação do projeto nacional de desenvolvimento.

O norte de Mato Grosso foi alvo da chamada “colonização oficial ou dirigida”, em que, de acordo com Bastos (2018, p. 27), “houve uma redefinição da política de ocupação de Mato Grosso, que pretendia absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras através da colonização privada”, a ocupação da área onde se localiza a cidade de Colíder é fruto do processo de articulação entre o interesse público e o privado. Sobre isso diz Azevedo (2005):

[...] é a aliança entre o Estado com incentivos fiscais e ações de planejamento – que visavam atingir objetivos geopolíticos e sociais – e o capital nacional e internacional que incrementa os empreendimentos de colonização – em sua maioria privados – no Centro-Oeste, atraindo população de outras regiões brasileiras. (AZEVEDO, 2005, p.3).

Nesse sentido, a conquista agrícola foi efetuada pelas grandes empresas privadas da região sul e sudeste do país. Na década de 1970 o centro norte de mato-grossense foi dividido entre três sociedades – Colonizadora LÍDER, SINOP e INDECO, que apostaram na valorização das terras e no desenvolvimento urbano. “Cada uma dessas sociedades constituiu-se na motivação maior para a origem dos principais centros urbanos do Norte do Mato Grosso, respectivamente Colíder, Sinop e Alta Floresta” (TEIXEIRA, 2006, p. 21).

De acordo com Aranha (2019), “Os primeiros habitantes da região de Colíder foram povos indígenas da etnia kayabí, que ocupavam as margens do atual Rio Teles Pires.” Entretanto, a ocupação ocorre com a chegada de colonos, marcada pelo forte

processo migratório, proporcionado pela colonização privada na década de 1970, iniciando a ocupação de fato a partir de 1976 (Figura 4).

Figura 4 – Colíder-MT no ano de 1976.



Fonte: Disponível em:
<https://www.facebook.com/colider.tem.historia/photos/1668858806711251>.
Acesso em 13 de maio 2021.

De acordo com Aranha (2019, p. 1), “a povoação cresceu, passando à denominação de Colíder, utilizou-se das iniciais da palavra Colonizadora Líder (Colíder).” Moreira (2017) expõe que o crescimento do povoado foi proporcionado principalmente por meio de duas ações: a primeira é a propaganda feita no Paraná pela Colonizadora Líder que incentiva os comerciantes a virem para Gleba Cafezal; e a segunda refere-se ao tipo de comércio estabelecido que atendia as necessidades básicas das famílias ali residentes. O crescimento da cidade lhe deu o aspecto espacial que pode ser visualizado na figura (5).

Figura 5 – Colíder-MT no ano de 2020.



Fonte: Disponível em: 2021 <https://altonorte.com.br/colider-mt-vai-sediar-a-5a-edicao-do-circuito-empendedor/>.

A evolução da ocupação é retratada nas palavras de Oliveira (2007, apud MOREIRA, 2017, p. 32): “A velha lona plástica, é substituída por telhas, às lascas de madeira bruta das paredes ficava no passado, o desenvolvimento chegara. A cada dia, abriam-se novas ruas, animando o povoado.”

Esta evolução também pode ser retratada por meio de fotos, como pode ser visualizada nas figuras (6 e 7) que apresentam a avenida colonizador no centro da cidade de Colíder em momentos diferentes.

Figura 6 – Avenida Do Colonizador em Colíder nos anos de 1980



Fonte: Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=197786966955641&set=a.197786580289013>.
Acesso em: 13 de maio 2021.

Figura 7 – Avenida Do Colonizador em Colíder no ano de 2021.



Foto: de Raphael Wada (2021).

Segundo Santos (1977) não há espaço sem sociedade, o espaço é socialmente construído ao longo do seu processo de organização produtiva, desse modo a formação histórica da sociedade, o modo de produção, ou seja, a formação econômica são fatores imprescindíveis para a leitura do espaço urbano. “A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta”. (SANTOS, 1977, p.1).

Sobre a gênese da construção social e econômica da cidade de Colíder, podemos perceber que ela foi estruturada logo após a colonização que efetivou uma estrutura produtiva capitalista, necessitando da oferta de bens e serviços que atendessem a demanda de atividades básicas para a produção que se instalava,

[...] se fazia necessário uma base ou suporte estratégico. Este suporte se caracterizava na figura de ilustres comerciantes que vendia de tudo e qualquer ferramenta, alimentação, munição, etc. para que o sitiante pudesse fazer sua derrubada e plantar a suas sementes (MOREIRA, 2017, p. 38).

Dessa forma, o estudo da dinâmica populacional do município, bem como de todas as cidades da região norte de Mato Grosso está ligada à dinâmica migratória. Segundo Padilha (2017, p. 75), “essa migração provocou, nos últimos anos da década de 1970, um aumento significativo da população do ainda distrito de Chapada dos Guimarães.”

Com o projeto de assentamento, veio também o projeto de planificação da ocupação da área e as definições dos espaços rurais e urbanos, “nessa relação o homem modifica a si próprio e, ao mesmo tempo altera a natureza e a sociedade, produzindo, no processo histórico, formações socioeconômicas diferenciadas e datadas.” (MELO 2008, p. 47).

Com a emancipação em 18 de dezembro de 1979, o recém-criado município possuía de acordo com o IBGE em 1980, uma área de 53,091 km² e vários distritos, que durante os anos de 1980 foram se desmembrando de Colíder, ficando reduzido não somente a extensão de seu território, mas também se verificou um processo de redução populacional registrado pelo censos de 1991 e 2000.

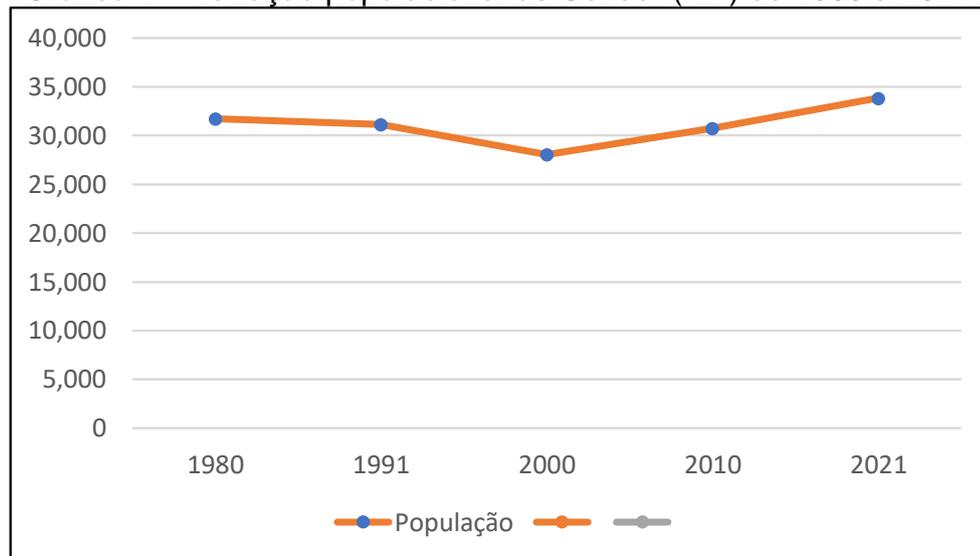
Entretanto, foi observado crescimento da população no Censo Demográfico de 2010, ocorrendo o mesmo na estimativa para 2021, porém somente neste ano é que o número de habitantes ultrapassa o registrado nos anos de 1980 e 1991, como pode ser visualizado na tabela (1) e gráfico (1) abaixo.

Tabela 1 – População de Colíder (MT) de 1980 a 2021.

Ano	1980	1991	2000	2010	2021
Censo Demográfico	31.717	31.160	28.051	30.766	—
População estimada	-	-	-	-	33.855

Fonte: Estimativas populacionais e Censos demográficos do IBGE.
Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 1 – Variação populacional de Colíder (MT) de 1980 a 2021.



Fonte: Estimativas populacionais e Censos demográficos do IBGE.
Elaborado pela autora (2021).

A partir de 1990, com a ocupação já consolidada na área, constituída na pequena propriedade e na agricultura familiar, ocorre uma nova etapa, a modernização das atividades produtivas. Com menor disponibilidade de terras na região, os preços das mesmas acabam se tornando altos, em decorrência da menor oferta e maior demanda, a partir daí verifica-se a inversão da população rural em urbana, depois um processo migratório dos centros menores para os centros maiores.

Desse modo, muitas famílias deixaram Colíder na busca de novas oportunidades, “A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais” (SANTOS, 1988, p. 22).

Há uma incontestável diversidade na formação da sociedade brasileira, diversidade essa, também refletida na forma de organização espacial das pequenas cidades. Moreira Junior (2014, p.140) argumenta que é normal a existência de grandes diferenças regionais entre as cidades brasileiras, devido à enorme extensão territorial do país, assim, ao analisar a urbanização brasileira, é preciso observar “a

heterogeneidade nacional e as especificidades regionais e locais.” Reitera ainda que, “cidades de diferentes dimensões territoriais assumem formas, funções e estruturas singulares nas diferentes porções do território brasileiro,” exercendo comportamento específico na rede urbana, do mesmo modo estabelecem diferentes níveis de interdependência entre si e em relação ao meio rural.

Neste sentido, buscou-se discutir a formação de Colíder tida como cidade pequena, analisando suas diferenças e importância para urbanização e a participação da mesma na rede urbana. Para entender a produção/reprodução espacial de Colíder, foi importante, fazer uma análise sobre o conceito de pequenas cidades dado por distintos autores e aqueles que são utilizados pelo IBGE nas publicações, Regiões de Influência das Cidades, onde constatou-se que um dos critérios mais utilizados para delimitar o recorte das pequenas cidades tem sido o quantitativo populacional.

Colíder é tida como pequena cidade pelo critério quantitativo. De acordo com o IBGE (2018), pequenas cidades são aglomerados urbanos com contingente populacional até 60 mil habitantes; sendo assim, Colíder se encaixa perfeitamente nesse critério, com uma população estimada em 33.855 habitantes e uma área de 3.112,091 km². “O tamanho demográfico, por mais problemático que seja, deve ser considerado. Entretanto, não deve ser empregado como o único elemento que identifica uma pequena cidade” (MELO, 2008, p. 483).

Para definir Colíder como cidade pequena pelo critério qualitativo, este estudo se apoiou em autores que já discorreram sobre a temática, como Santos (2014), Corrêa (2006), Fresca (2010), Melo (2008) e Sposito e Jurado da Silva(2013). Portanto, considera-se que Colíder demograficamente é uma cidade pequena, que qualitativamente está inserida em uma área economicamente dinâmica, com agricultura e pecuária moderna que consegue atender as demandas básicas de sua população, além de abrigar funções político-administrativas e residenciais, conter as atividades econômicas como indústrias, comércio, prestação de serviços, também atividades sociais, como educação, saúde e segurança. Desse modo, o urbano também está presente nas pequenas cidades, “há complexidade, há vida”. (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p.39). Dessa forma, é possível olhar a pequena cidade – nesse caso Colíder – a partir da rede urbana, por abranger várias possibilidades temáticas. A cidade em tela é classificada pela publicação Regiões de Influência das Cidades do IBGE (2018) como Centro de Zona A.

De acordo com a publicação, esta classificação compõe o quarto nível da hierarquia urbana, caracterizando-se os municípios que o integram como aqueles que possuem menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. Esse grupo de cidades são menos populosas nas regiões Sul e Centro-Oeste, com média de pouco mais de 30 mil habitantes.

Colíder e as cidades de seu entorno podem ser consideradas como pequenas cidades, porém observa-se que Colíder classificada como centro de Zona A, possui um certo grau de importância na rede urbana local, enquanto as cidades de seu entorno são apenas Centro Local com uma centralidade que não ultrapassa a escala municipal.

Com o levantamento de dados dos diversos fatores trabalhados neste estudo, como localização, fluxos de bens, centralidade de comércio, oferta de equipamentos e serviços, como saúde e educação, ou seja, servida por uma infraestrutura que de alguma maneira contribui para maior desenvolvimento e maior centralidade em relação às demais cidades do seu entorno, Colíder poderia ter uma melhor classificação na hierarquia urbana.

Existe a possibilidade das cidades circunvizinhas apresentarem desenvolvimento que até poderão lhe atribuir um dinamismo maior e equipá-las de novas funções, o que dependerá em muito do comportamento dos agentes locais em consenso com a realidade da região; ainda assim, Colíder tende a continuar ocupando uma posição fundamental na rede urbana local.

Colíder faz parte da região geográfica imediata e a região geográfica intermediária de Sinop/MT (IBGE, 2017), e por meio dessa divisão regional foi possível ter uma percepção da complexidade do país, que empreendeu mais de um modelo de divisão regional visando abranger ao menos uma parte considerável dos elementos que constituem a realidade, para melhor entendê-la (SILVA, 2009).

Colíder é o município da região imediata de Sinop, que apresenta a maior população, perde somente para a cidade polo Sinop. No censo demográfico de 2010, IBGE Cidades (2021), a contagem da população foi de 30.766 habitantes, confirmando assim que, após o decréscimo negativo que ocorreu no final da década de 1990, voltou a ter crescimento populacional, aparecendo em 21º lugar (vigésimo primeiro) no *ranking* populacional dos 141 municípios mato-grossense. A tabela (2) a seguir mostra os dados populacionais das cidades que compõem a Região Imediata de Sinop.

Tabela 2 – Os doze municípios da Região Imediata de Sinop em população, extensão territorial e densidade demográfica.

Municípios	População 2010	População 2021	Extensão territorial/km ²	Densidade Demográfica hab/km ²
Colíder	30.766	33.855	3.103,96	9,95
Claudia	11.028	12.338	3.843,56	2,86
Feliz Natal	10.933	14.847	11.661,51	0,95
Itaúba	4.575	3.609	4.517,91	1,01
Marcelândia	12.006	10.107	12.286,12	0,98
Nova Canaã do Norte	12.127	12.876	5.953,10	2,03
Nova Guarita	4.932	4.407	1.121,93	4,43
Nova Santa Helena	3.468	3.755	2.385,82	1,47
Santa Carmem	4.085	4.600	3.812,09	1,06
Sinop	113.099	148.960	3.990,87	28,69
União do Sul	3.760	3.455	4.590,63	0,82
Terra Nova do Norte	11.291	9.280	2.399,74	4,41

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010). Estimativa populacional IBGE (2021). Organizada pela autora (2021).

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE em 2010, a população de Colíder era formada por 15.568 homens e 15.198 mulheres, evidenciando uma proporcionalidade entre os dois gêneros, com 370 homens a mais que mulheres. Observa-se a seguir, na tabela (3), dados da população do município de Colíder, com a distribuição por gênero e por situação de domicílio.

Tabela 3 – População residente, por situação de domicílio e gênero em Colíder – 2010. Situação de domicílio e gênero.

Colíder	Mulheres	Homens	Total
Urbano	12.572	12.442	25.014
Rural	2.642	3.110	5.752
Total População	15.214	15.552	30.766

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010). Organizada pela autora (2021).

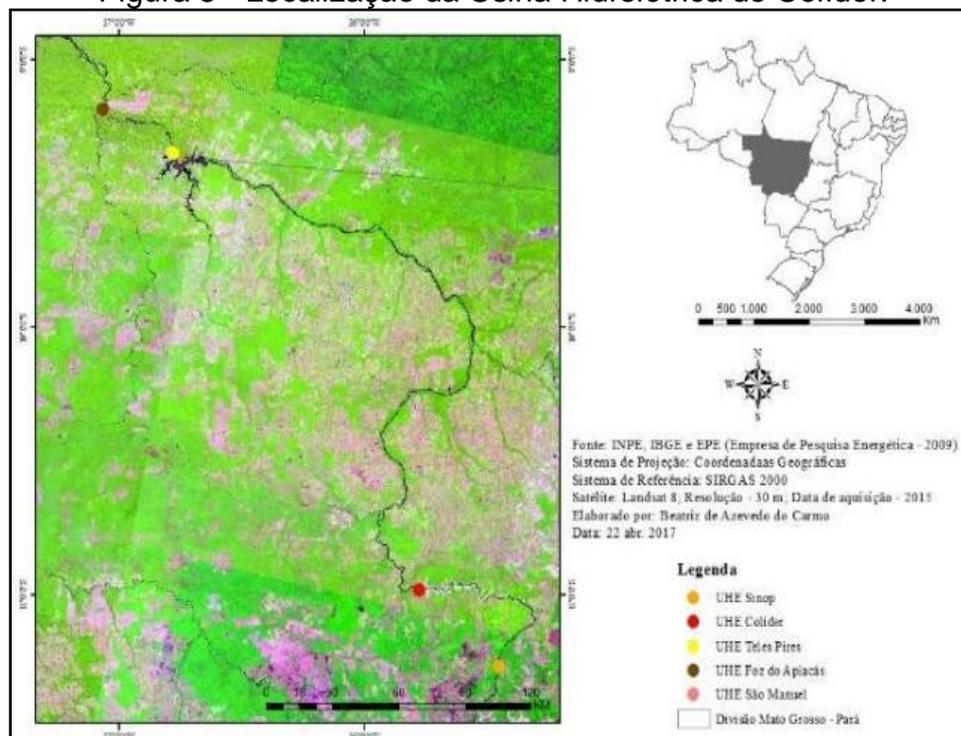
Fundamentado no censo do IBGE (2010), acerca de como se divide a situação de localização populacional, em área urbana ou rural, percebe-se que a maioria dos

colidenses concentra-se na área urbana, 25.014 habitantes, enquanto que a rural, se apresenta com pouco mais de 5.752, o que evidencia a expansão urbana do município.

Para explicar esse crescimento Moreira (2017) destacou o êxodo rural, resultante da mecanização da agricultura e da pecuária em toda região norte, ocorrido na última década. Já Padilha (2017) ressalta que a construção da Usina Hidrelétrica Colíder, no rio Teles Pires, incentivou a vinda de trabalhadores para a cidade, empreendimento esse, que teve início a partir do ano de 2011, concluída em 2019.

A Usina Hidrelétrica Colíder, localizada no rio Teles Pires, abrange os municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia na região Norte de Mato Grosso (Figuras 8 e 9). Segundo Andrade (2020, p. 98), “com a construção da UHE Colíder a mudança não ocorreu somente em ordem ambiental, como também social e político.

Figura 8 - Localização da Usina Hidrelétrica de Colíder.



Fonte: CARMO; ZANINI e HOLZSCHUH (2017).

Figura 9 - Usina Hidrelétrica Colíder-MT



Fonte: Disponível em:

<https://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=101393&tit=Usina-Hidreletrica-Colider-entra-em-operacao-comercial>. Acesso em: maio.2021.

Se instaurou na estrutura urbana de Colíder um novo cenário, aumento significativo da população, alterações na dinâmica econômica da cidade, que pôde ser observada especialmente, como colocam Carmo e Carmo (2017), pela especulação imobiliária, elevando o valor dos imóveis para compra e aluguel. Houve agregação de novas atividades comerciais e de serviços, bem como novos equipamentos urbanos, espaços para esporte e lazer, com destaque para o lago dos Pioneiros (Figura 10).

Figura 10 – Lago dos Pioneiros – Colíder-MT



Fonte: Disponível em: <https://www.nortaoonline.com/noticias/8597/>.
Acesso em: 10 de maio 2021.

O Lago dos Pioneiros é considerado um ponto turístico da cidade que atrai os moradores e visitantes de outras localidades. De acordo com conselho gestor presidido pelo secretário de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente do município “é um lago, mas é uma unidade de conservação ambiental que se chama Refúgio da Vida Silvestre. Ele tem algumas características que precisam ser preservadas e respeitadas”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER, 2019).

No lago também há uma academia ao ar livre (figura 11). Esta modalidade de academia tem como objetivo incentivar a população a prática de atividades físicas, são formas de lazer que melhoram a qualidade de vida e auxilia na prevenção de doenças.

Figura 11 – Lago dos Pioneiros – Colíder-MT/Academia ao ar livre.



Foto: de Raphael Wada (2021).

Sobre as Academias de Ar Livre (AAL), Silva (2016, p. 43) esclarece que estas surgiram no “contexto da sociedade do bem-estar social influenciado pelo Programa de Promoção de Saúde (PPS), principalmente depois do surgimento das doenças Crônicas-Não-Transmissíveis (DCNT)”.

Ainda sobre as transformações socioespaciais na cidade de Colíder provocadas pelas ações da empresa COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica, Carmo e Carmo (2017) apontam, nesse sentido, o condomínio Residencial Carapá, cuja construção teve como objetivo abrigar os funcionários da Usina (especialistas oriundos de outras regiões). As autoras explicam que, nesta construção se evidencia a produção do espaço a partir de uma lógica de segregação e fragmentação do espaço. Segregação, por definir um local específico para a habitação dos funcionários e fragmentação, por esta obra se destoar das características do seu entorno (bairros de periferia com população de baixa renda), como pode ser observado na figura (12) abaixo:

Figura 12 – Residencial Carapá em Colíder



Fonte: Carmo e Carmo (2017).

A partir de 2016, muitos trabalhadores começaram a deixar a cidade porque, nesse momento, o trabalho na construção da hidrelétrica passou exigir mão de obra qualificada; entretanto, o crescimento populacional se manteve de acordo com a estimativa do IBGE (2021), como foi apresentado na tabela (1).

De uma fase de intensa atratividade migratória nos anos de 1970, com a abertura das rodovias, projetos de colonização até a situação atual, Colíder vivenciou importantes transformações desde a implantação de cultivos permanentes como o café intercalado por lavouras de subsistência, plantio de arroz e implantação de pastagens, o registro de ciclos curtos de extração de madeira e garimpo formaram o traço inicial das atividades econômicas do município tornando-se progressivo na agropecuária, processo esse que será apresentado no próximo subcapítulo.

4.3 A evolução das atividades econômicas em Colíder e sua atuação na relação com os municípios de seu entorno.

A origem da construção social e econômica da cidade de Colíder foi apresentada no subcapítulo anterior. Destaca-se, entretanto, que essa etapa envolve os momentos em que o local da cidade teve como componente transformador o ser humano, passando de um período de forte atração migratória – durante os anos 1970, com abertura de rodovias, projetos de incentivos públicos e privados, a retirada da floresta para implantação de cultivos permanentes como o café, intercalado por lavouras de subsistência de arroz, feijão, milho (SELUCHINESK, 2008).

De acordo com essa autora, os primeiros colonos que chegaram em Colíder tinham como objetivo derrubar a mata para cultivar o café, muitos vieram para essas terras cheios de esperança de sucesso com essa cultura: “terra fértil e clima propício, logo que preparavam o terreno, surgiam as primeiras lavouras (de arroz e milho), depois se faziam as covas para as mudas de café”. (SELUCHINESK, 2008, p. 124).

Entretanto o insucesso do plantio do café foi um desafio que os primeiros colonos tiveram que lidar, as características do solo eram inadequadas para esse tipo de cultura, o que inviabilizou seus objetivos, levando-os a diversificarem os cultivos, “o método de cultivo utilizado pelos agricultores (o mesmo usado em seu estado de origem) não se adaptou às terras e ao clima da Amazônia mato-grossense e trouxe grandes prejuízos aos colonos”. (TEIXEIRA, 2006 p. 62).

Desse modo, após a experiência frustrante com o café, os colonos investem na diversificação da lavoura, empreenderam-se no cultivo do arroz, feijão, milho, algodão, contudo a produção era baixa, havia a necessidade de fazer a correção do solo – algo impensável naquele período, pois o aparato tecnológico, utilizado pela moderna agricultura da atualidade, não existiam ainda na região (AZEVEDO, 2005).

Tudo isso somado a impossibilidade de acesso aos centros compradores e o desconhecimento do clima da região, a produtividade mostrou-se insuficiente para as famílias se manterem no campo, aquelas que não desistiram fizeram outra aposta: a criação de animais. Dessa forma, a agricultura em pequena escala é complementada com a pecuária, mantendo, assim, os pequenos produtores em suas propriedades.

A partir da bibliografia consultada, os bancos de dados do IBGE e os relatos da população residente na região, permitem afirmar que a evolução da conquista do

espaço norte mato-grossense das últimas décadas girou em torno do cultivo de café e outros grãos, da pecuária, da madeira e o garimpo (COPEL, 2013, p. 25).

Ainda que o tema “atividades agropecuárias” refere-se em um primeiro momento mais ao espaço rural do que aos centros urbanos, a produção de alimentos e *commodities* incorpora-se em complexas cadeias produtivas encarregadas pelo deslocamento de diferentes naturezas e intensidades cujos nós encontram-se em grande parte nas cidades (IBGE, 2018).

São nos centros urbanos onde acontecem as ofertas de crédito aos produtores; comercialização dos produtos; aquisição de insumos e maquinários; a centralização de serviços; os principais centros de consumo; a sede de complexos agroindustriais; os centros de pesquisa agropecuária; dentre muitos outros exemplos. “As Cidades são, desse modo, fundamentais para compreender os processos existentes no campo que, por sua vez, implicam em diferentes inserções das próprias cidades na economia nacional e mundial” (IBGE, 2018).

Nesse sentido, para compreender a evolução econômica do município de Colíder fez-se necessário discorrer primeiramente sobre as atividades agropecuárias, uma vez que a economia do município está fortemente alicerçada nesse setor, apesar de se entender que novos papéis de centralidade atribuídos à cidade de Colíder podem ser medidos a partir da ampliação das atividades do comércio e dos serviços. O processo de “pecuarização” pode ser percebido nos dados dos censos agropecuários do IBGE, que constata o crescimento geral dessa ação produtiva, fator preponderante relacionado a presença de novos sujeitos econômicos provenientes da agropecuária moderna que se desenvolve no município, “A reestruturação produtiva da agropecuária tem promovido profundos impactos socioespaciais no Brasil, quer no campo quer nas cidades” (ELIAS, 2008, p. 5).

A pecuária, inicialmente era uma atividade complementar que permitia aos produtores enfrentarem os anos de incertezas na agricultura, entretanto ao longo dos anos, ela se consolidou como uma atividade forte, que juntamente com agricultura forma a base econômica do município (PMSB, 2018).

Houve um avanço significativo no que se refere às atividades da pecuária no município, com um rebanho bovino expressivo, agroindústria da cadeia pecuária onde destacam as atividades de laticínio e frigoríficos (Tabela 4).

Tabela 4 – Pecuária em Colíder-MT: Efetivos de rebanhos (cabeças)

Ano	1985	1996	2006	2017
Bovino	165.407	200.000	345.081	387.879
Bubalino	90	138	70	239
Equino	3.511	6.030	7.343	4.506
Suíno	60.502	12.871	13.576	5.823
Caprino	834	194	646	297
Ovino	1.157	2.131	4.021	4.037
Galináceos	390.681	121.491	158.682	47.436

Fonte: (Censo Agropecuário) organizado pela autora (2021).

A análise da tabela possibilita perceber o crescimento do rebanho bovino nos quatro (4) Censos Agropecuários feito pelo IBGE, mesmo com a emancipação dos seus distritos em 1988, que ocasionou uma redução na área do município, o Censo Agropecuário de 1996 registrou um crescimento considerável no rebanho bovino. Também é possível observar que há uma redução na criação de galináceos e caprinos registrada no último censo em 2017.

Estes dados reforçam o crescimento do agronegócio no município, uma vez que o grande produtor investe mais na pecuária bovina, ao contrário da agricultura familiar, com o pequeno produtor, que investe mais na criação de pequenos animais, como galináceos, caprinos e suínos.

Segundo as informações registradas no Plano Plurianual – PPA (2014-2017), a agricultura também está em crescimento, vem aumentando a cada ano a área plantada, principalmente as lavouras temporárias de soja, arroz e milho, que em pequena escala é complementada pela produção de pequenos produtores rurais.

Em estudos mais recentes, constatou-se, o aumento das lavouras temporárias na região, “a área e a produção aumentaram de acordo com a cultura cultivada. [...] Em relação a outros tipos de cultivos, nos últimos 10 (dez) anos houve um crescimento relevante da área destinada à lavoura soja” (ANDRADE, 2019, p. 91). A tabela (5) a seguir apresenta a distribuição da quantidade de terras em hectares nas atividades agropecuárias do município de Colíder:

Tabela 5 – Distribuição da quantidade de terras em hectares nas atividades agropecuária em Colíder-MT

Ano	1985	1996	2006	2017
Cultivo Permanentes	6.216	1.965	659	226
Cultivo Temporárias	51.817	8.239	11.973	12.282
Pecuária	769.352	177.469	185.105	176.55

Fonte: (Censo Agropecuário) organizado pela autora (2021).

Observa-se na tabela (5), que no município a lavoura permanente de 1985 a 2017 sempre esteve em número inferior à temporária, mas ambas reduziram no decorrer do período estudado. Com análise dos Censos Agropecuário – 1985, 1996 e 2006, foi possível identificar o crescimento da pecuária ocupando, com pastagens, áreas antes preenchidas com atividades da lavoura.

Outro fator importante que chama atenção na tabela (5), é a drástica diminuição da área cultivada no município a partir de 1996, isso se deve a divisão territorial datada de 1988, quando o município passa a ser constituído do distrito sede (IBGE Cidades). Destaque, também, para o crescimento significativo das lavouras temporárias no município a partir de 2006; fato compreendido pelo crescimento da área cultivada com a soja que, em 2017, o Censo Agropecuário registrou 10.919 hectares de área plantada. Já em 2020, a produção agrícola municipal cadastrou 16.000 hectares de área ocupada pela soja (IBGE Cidades, 2021).

É possível perceber pelos dados do IBGE (anos 2006, 2017 e 2020) que o município dedicou muito mais às lavouras temporárias. O contrário ocorreu com a lavoura permanente, que perdeu espaço ao longo dos anos, isso demonstra a diminuição da agricultura familiar em detrimento da monocultura como a soja, por exemplo. Para elaborar uma comparação entre a lavoura temporária e permanente praticada em Colíder, utilizou-se de dados dos dois últimos censos agropecuários feitos pelo IBGE e a produção agrícola registrada pelo IBGE Cidades em 2020, cujos dados encontram-se expostos na tabela (6).

Tabela 6 – Lavouras permanentes e temporárias praticadas no município de Colíder nos anos de 2006, 2017 e 2020.

Produtos	Lavouras Permanente					
	2006		2017		2020	
	Área plantada (hectare)	Quant. produzida (tonelada)	Área plantada (hectare)	Quant. produzida (tonelada)	Área plantada (hectare)	Quant. produzida (tonelada)
Banana	15	108	25	312	20	206
Borracha	80	51	140	---	---	---
Café	60	47	---	---	---	---
Coco da Baía	220	1.760.000 f	---	---	4	20.000 f
Guaraná	10	6	---	---	---	---
Laranja	---	---	25	200	25	200
Castanha de caju	---	---	20	---		
Limão	---	---	25	200	10	80
Maracujá	---	---	5	9	9	90
Tangerina	---	---	---	---	5	40
Produtos	Lavoura temporária					
	2006		2017		2020	
	Área plantada (hectare)	Quant. produzida (tonelada)	Área plantada (hectare)	Quant. produzida (tonelada)	Área plantada (hectare)	Quant. produzida (tonelada)
Abacaxi	5	100.000 f	25	500.000 f	13	227.000 f
Arroz	533	1.599	1.863	5.189	1000	3.600
Cana de açúcar	20	300	---	---	20	300
Mandioca	15	180	100	1.500	100	1.500
Melancia	---	---	40	800	20	325
Melão	---	---	15	105	---	---
Feijão	---	---	50	50	---	---
Milho	400	1.140	6.840	38.304	9.000	51.300
Soja	400	1.032	10.919	36.033	16.000	52.800
Tomate	---	---	5	100	1	20
Sorgo	---	---	40	96		

Fonte: Fonte: (Censo Agropecuário) organizado pela autora (2021).

Entre os cultivos permanentes observa-se que a produção de bananas foi o único cultivo praticado nos três (3) anos analisados, com aumento na área plantada de 2017, apresentando queda na área de cultivo em 2020.

O café não teve registro de cultivo em 2017 e 2020, já o coco da Baía não teve registro de área cultivada no censo agropecuário de 2017, entretanto aparece na produção agrícola de 2020. A laranja, o limão e o maracujá, que foram registrados pelo IBGE em 2017, permanecem na produção agrícola de 2020 no município, sendo a produção de laranja a única a manter a mesma quantidade de área plantada (25 ha). O maracujá apresentou um leve aumento na área cultivada, passando de cinco (5) ha registrados em 2017 para nove (9) ha em 2020.

No município as lavouras temporárias foram as que tiveram maior desenvolvimento, verificou-se que área e a produção expandiram de acordo com a

cultura praticada, nesse sentido a soja e milho são os dois cultivos em ascensão, com aumento na área cultivada. O milho, cujo área cultivada em 2006 era de 400 ha, passou para 6.840 ha em 2017 e registrou na produção agrícola de 2020, 9.000 ha. A soja teve um aumento mais expressivo na área plantada, de 400 ha em 2006, chegou a 10.919 ha de área cultivada em 2017 e registrou em 2020 uma área de 16.000 ha, destinada ao plantio, o que confirma, dessa forma, o adentramento do agronegócio no município, uma vez que essas duas culturas são praticadas em larga escala pelo grande produtor.

Pode-se perceber que o arroz juntamente com o feijão, base alimentar da população, têm tido a sua área de plantio diminuída ao longo dos anos, sendo que o cultivo do feijão não foi registrado pelo IBGE Cidades na produção agrícola do município para o ano de 2020. A mandioca e o abacaxi aparecem nos três períodos analisados, entretanto não houve aumento na área cultivada.

Com esses números, entre cultivos permanente, temporários e a criação de animais, principalmente a de bovinos, é possível observar o aumento da terra sendo ocupada pela produção do agronegócio no município. Isso mostra que a pequena propriedade, aos poucos, está sendo substituída, pois aparece o grande produtor que ocupa extensas áreas com cultivo da monocultura, visando a exportação, não produz para abastecer as feiras livres e o mercado interno como faz o produtor da pequena propriedade com agricultura familiar.

O processo de produção e configuração do espaço no município tem apresentado alterações na dinâmica produtiva, este iniciou no ciclo da produção agrícola a partir do modelo de pequenas propriedades com a exploração familiar na agricultura e pecuária. Entretanto, Colíder como outras cidades da região vem passando por mudanças na paisagem, com a apropriação do campo pelo agronegócio. Barros (2018) analisa que toda revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas, no setor agropecuário do país está voltada a atender os interesses do capital, ou seja, das classes dominantes produtora de monoculturas, grãos e gado (a elite rural) e da indústria produtora de máquinas e insumos (a elite urbana). As transformações que surgem na paisagem são resultantes da destituição da agricultura familiar em favor do agronegócio, aumentando cada vez mais a concentração fundiária.

Nota-se que Colíder com uma agricultura assentada na pequena propriedade, vem sofrendo esse processo da política direcionada pelo Estado, de modernizar e adequar a produção em todas áreas produtivas do campo, principalmente o agronegócio, “existe uma tendência à uniformização dos modelos, mas estes muitas

vezes esbarram nas condições materiais, sejam elas naturais, políticas, econômicas ou culturais, que impedem sua reprodução”. (SANTOS, 2008, p. 73).

Entre as principais atividades econômicas no campo, o município conta também com a produção resultante da agricultura familiar, que proporciona ao pequeno agricultor, renda e condições de permanência no campo. Em Colíder a produção da agricultura familiar é comercializada pela Associação dos Feirantes nas feiras livres, atendendo os consumidores locais e cidades vizinhas.

Sobre a importância da Feira Livre, Oliveira (2016) descreve que, é na Feira Livre que acontece trocas importantes, é nesse momento que o cliente consegue adquirir alimentos saudáveis e com procedência confiável, “o produtor, por meio da Feira negocia o fruto do seu trabalho diretamente com o consumidor e, por conseguinte adquire no comércio local produtos diferentes daqueles que são por ele produzidos” (OLIVEIRA, 2016 p. 15).

No que se refere à economia de forma geral, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Colíder em 2018 foi de 880.677,96 (tabela 7, representando uma participação de apenas 0,64% no PIB de Mato Grosso, sendo a agricultura e a pecuária os principais segmentos da economia. A tabela a seguir, mostra a composição do Produto Interno Bruto do município a preços correntes no ano de 2018, segundo o valor adicionado pelos diferentes setores da economia.

Tabela 7 – Produto Interno Bruto: Colíder-MT – 2018

PIB a preços correntes	Em mil reais
Valor total – 2018	880.677,96
Composição do PIB – Valor adicionado bruto total	761.576,65
1. Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes (em mil reais)	59.242,49
2. Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes (em mil reais)	105.913,45
3. Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes (em mil reais)	404.701,13
4. Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação pública e seguridade social a preços correntes (em mil reais)	191.719,57
5. Impostos sobre produtos líquidos de subsídios (em mil reais)	119.101,32
PIB <i>per capita</i> a preços correntes (em mil reais)	26.507,28

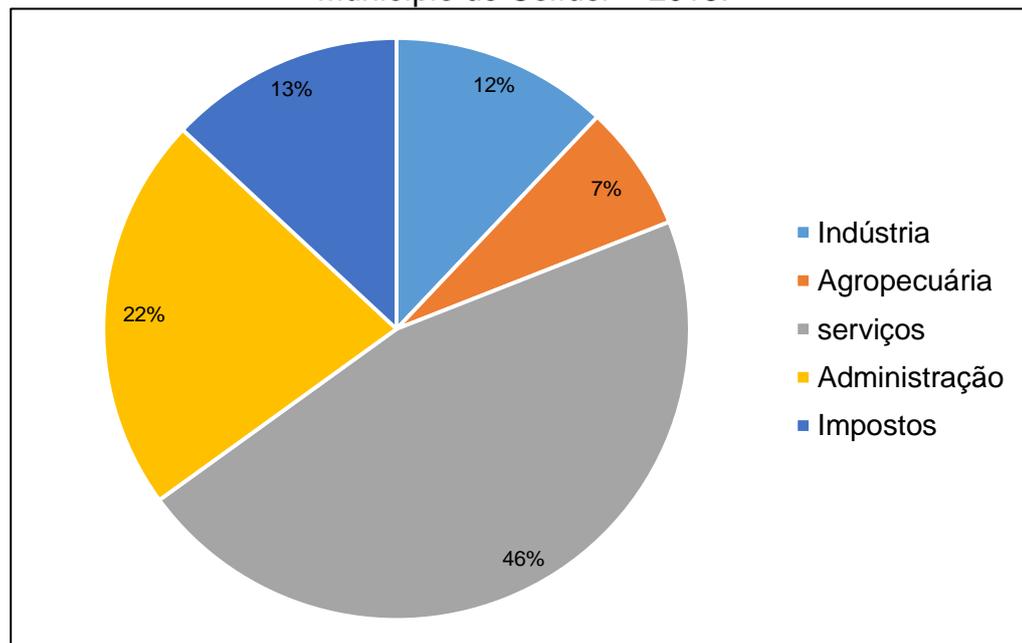
Fonte: IBGE Cidades em parceria com os órgãos estaduais de Estatística e Suframa. Série revisada. Elaborado pela autora (2021).

Os números mostram que o principal setor da economia do município é o terciário, até a indústria tem resultado mais relevante que agropecuária, traz-se essa

discussão mais adiante, pois entende-se que apesar de não ter uma grande representatividade no PIB, indiretamente a agropecuária contribui para a composição do total do PIB.

O gráfico (2) na sequência, permite visualizar a participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município em 2018, evidenciado na tabela (7) acima.

Gráfico 2 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do Município de Colíder – 2018.



Fonte: IBGE (2018). Organizado pela autora (2021).

O sistema econômico municipal de Colíder teve uma participação expressiva dos setores indústrias e serviços, juntos foram responsáveis por 58,03% do valor adicionado para a formação do PIB do município em 2018.

Nesse sentido, os dados estatísticos do IBGE de 2019, mostram a existência de 997 empresas atuantes no município, com 7.027 pessoas ocupadas, desse total 5.845 são assalariadas (proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21.0%), com um salário médio mensal de 2,1 salários mínimos, “A presença de uma atividade econômica em um lugar determinado polariza outras atividades, aumenta o poder de compra e cria novos empregos” (PIRES, 2006, p.162).

De acordo com o painel do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o município de Colíder, impulsionado pelos três setores da economia, tem gerado novos postos de trabalho formais, com 314 admissões e 284 desligamentos, com um saldo

de 30 novos empregos, maio/2021. A tabela (8) apresenta o saldo de empregos por atividade.

Tabela 8 – Saldo por Grande Grupamento de Atividade Econômica – 2021.

Grande grupamento	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoqu e	Vr. Relativo
Construção	7	38	- 31	272	-10,23%
Comercio	113	106	7	2.254	0,31%
Serviços	76	68	8	1.551	0,52%
Agropecuária	15	2	13	514	2,59%
Indústria	103	70	33	1.678	2,01%
Total	314	284	30	6.269	0,48%

Fonte: CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acessado em jul. 2021.

Elaborado pela autora (2021).

A escolha em utilizar dados relativos a emprego, decorre por sua abrangência e espacialidade, ademais as atividades desse setor “guarda relação íntima com o emprego, sendo que o fator trabalho responde por grande parte de sua geração de valor”. (DINIZ, 2007, p. 47).

De acordo com informações registradas no PPA (2014-2017), o município de Colíder, desde o início, mostrou sua vocação para atividades nas áreas da pecuária e agricultura, mesmo mudando suas atividades e especialidades, as quais passaram por diferentes etapas para, finalmente, nos dias atuais, ser uma típica área de produção agropecuária.

Desse modo, é possível estabelecer os fatores determinantes (ou condicionantes) dessa dinâmica evolutiva na economia do município, tendo em vista a influência das empresas no ramo agropecuária atuando como agentes locais no progresso de implantação e diversificação das atividades ligadas à indústria e ao comércio; contribuindo, assim, com a criação de empregos e prestação de serviços. Articulado com esse setor, o poder público atua no desenvolvimento da infraestrutura econômica local; como estradas; energia; saneamento básico; transporte; telecomunicação e de assistência social: habitação; escolas; saúde; segurança; esporte; lazer e também na oferta de recursos financeiros e incentivos fiscais (OLIVEIRA, 2011; PMSB, 2018; MANFI, 2015; LEÃO, 2010).

Nesse sentido, cabe salientar que a dinâmica das atividades da produção agropecuária continuará a ditar o ritmo e a organização da economia no município, pois como explica Elias (2008, p. 5), “a modernização e a expansão dessas atividades promovem o crescimento das áreas urbanas, representam um papel fundamental para

o crescimento de cidades pequenas, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos.” Cabe ainda ressaltar que há um estranhamento com relação ao PIB – mesmo tendo uma economia centrada na agropecuária, a contribuição de Colíder para o PIB é baixa. É preciso recordar, ainda, o fato de que sua base de sustentação para os resultados nas outras áreas como indústria; comércio e serviços também se encontram ancoradas nas atividades agrícolas e pecuárias.

De acordo com Manfio (2015) a cidade é o espaço da evolução, das contradições, dos conflitos socioeconômicos, ambientais, políticos e culturais. As áreas urbanas possuem diversas particularidades e atividades que são perpassadas pelos agentes urbanos, responsáveis pela administração e desenvolvimento local. É na cidade que estão as sedes administrativas do poder público, onde se desenvolve o planejamento e a gestão do município, “estas áreas urbanas não estão isoladas do contexto regional, pelo contrário, estão relacionadas entre si por uma rede urbana, onde passam fluxos, a partir de relações entre grande, média e pequena cidade”. (MANFIO, 2015, p. 138).

Dentro deste contexto, os agentes econômicos passam a aproveitar dos recursos que as diversas localizações oferecem, de modo a contornarem as barreiras espaciais, como é o caso do sistema bancário. Isso porque essa atividade especificamente urbana exerce papel fundamental na intermediação econômica dos lugares, ofertando financiamentos, empréstimos e operações diversas, típicas desse setor (IBGE 2018, p. 94 e 95).

A rede formada pelas unidades desse sistema e a oferta de serviços com maior nível de complexidade, reflete numa maior atração de cliente para a cidade de Colíder. “A distribuição das instituições financeiras e a concentração dos ativos bancários constituem maneiras de se identificar a oferta de serviços bancários e financeiros [...] contribuem para o estabelecimento de diferenciações hierárquicas entre as Cidades” (IBGE, 2018, p. 94). Na tabela (9) a seguir, podem ser verificadas as instituições do sistema bancário presentes em Colíder/MT:

Tabela 9 – Colíder – Instituição Financeira – 2021.

Instituição Financeira	Quantidade
Banco do Brasil	1
Bradesco	1
Caixa Economia Federal	1
Banco Santander	1
Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)	1
Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob)	1

Pesquisa direta. Fonte: A autora (2021).

Além das já mencionadas instituições financeiras, Colíder conta ainda com duas casas lotéricas. Segundo Padilha (2017), Colíder conta com poucas indústrias de médio e grande porte como frigoríficos; curtumes; laticínios; produção de energia; bem como as pequenas indústrias: no segmento madeireiro; cerâmica; produção de alimentos; entre outras. Muitas dessas indústrias estão localizadas no setor industrial da cidade, outras um pouco mais distantes do centro urbano, como é o caso dos frigoríficos e curtume.

A indústria possui um papel estratégico no fomento do setor produtivo na economia do município. Apesar de ser pequena, as atividades do setor tem peso expressivo na geração de empregos e na arrecadação de impostos sobre a circulação de bens e prestação de serviços, que funcionam como fonte para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o município (PADILHA, 2017, PPA, 2017, PMSB, 2018).

O comércio varejista compõe o setor de serviços que vende diretamente para os consumidores, são atividades vitais para o desenvolvimento da economia, pois é um setor difuso de empregos e arrecadação tributária. Segundo o IBGE (2018), “a oferta de bens e serviços presente nas Cidades permite compreender sua relevância como centralidade urbana.”

O comércio de Colíder está fortemente alicerçado numa relação com as atividades agropecuárias (pecuária bovina extensiva de corte) em sua maioria. Nesse sentido, a cidade conta com diversas lojas de insumos, que oferecem fertilizantes; equipamentos; máquinas agrícolas para atender a demanda do campo.

O setor se destaca ainda pela prestação de serviços especializados, escritórios e consultorias, assistência técnicas e fluxo de capitais controlados pelos bancos e pelas empresas funcionais ao agronegócio (GOMES, 2018 p. 30).

Ainda sobre o setor varejista, é interessante notar a grande variedade de estabelecimentos comerciais que Colíder dispõe, como: redes de supermercados; lojas de calçados e vestuários; farmácias; lojas de materiais para construção; lojas de móveis e decorações; postos de combustíveis; lojas de eletrônicos; concessionárias de veículos; papelarias; entre outros. Abaixo pode-se ver uma imagem do Centro Comercial de Colíder-MT:

Figura 13 – Centro Comercial de Colíder-MT

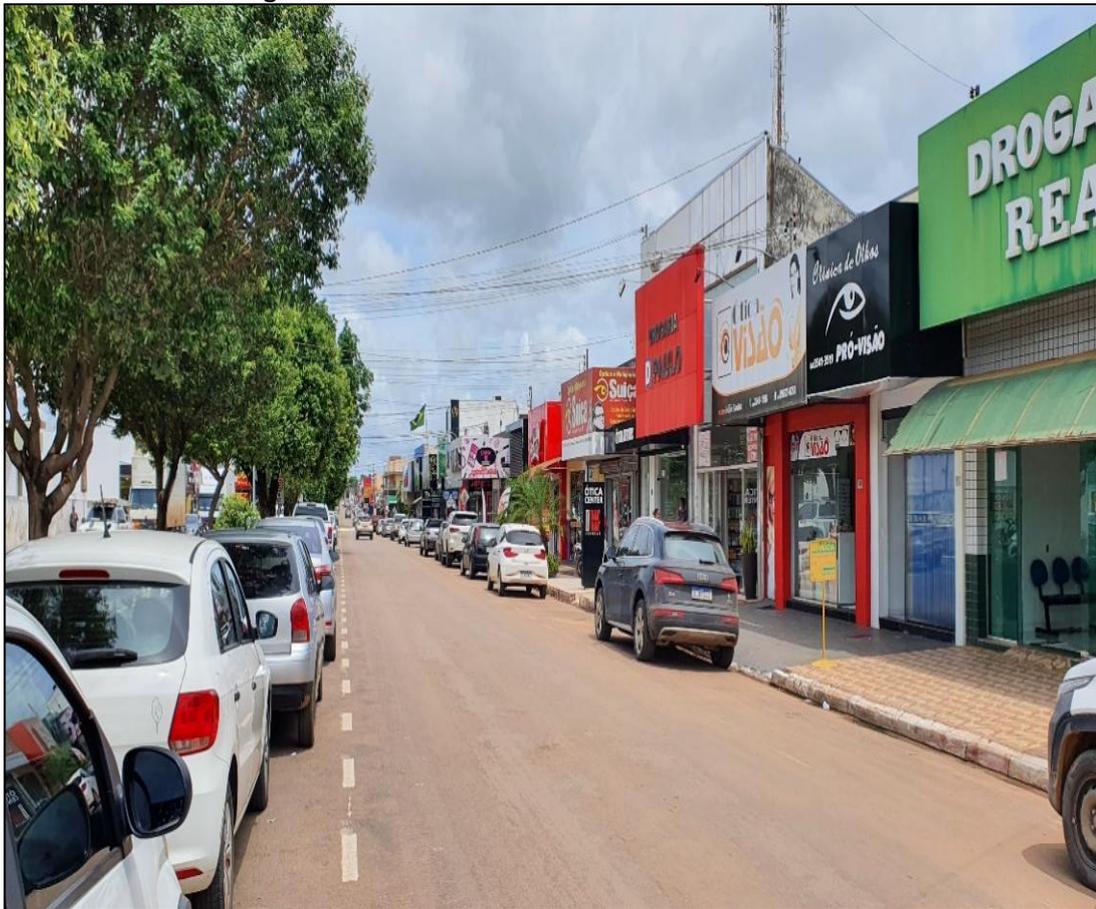


Foto: Raphael Wada (2021).

Usando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE, pode-se dizer que essa diversificação comercial na cidade partiu do princípio de que, quanto maior o número de classes presentes em um município, maior a diversidade de comércio e serviços ofertados, portanto maior a centralidade econômica da cidade, o estudo demonstra que a classe de maior centralidade não se concentra sobretudo nas grandes capitais estaduais, mas também em cidades médias, bem como nos centros urbanos de importância regional.

A relação entre o setor de serviços com a cidade, ocorre em sociabilidade dinâmica, na qual os serviços atuam por meio da disponibilização de mercadorias e trabalho para a população e, ao mesmo tempo, equipam a cidade para que essa possa ofertar serviços essenciais como saúde e educação. Esse conjunto da diversidade de comércio e serviços presentes proporciona às cidades exercerem atração sobre as demais (IBGE 2018).

De acordo com IBGE (2016), o acesso às informações sobre o perfil educacional da população é essencial para orientar políticas públicas e promover a democratização do acesso a oportunidades de aprendizado de qualidade. Nesse sentido, o sistema educacional está organizado em dois níveis – Educação Básica e Ensino Superior, sendo a educação básica dividida em três etapas, ficando sob a responsabilidade dos municípios, o Ensino Infantil e Fundamental. Já o Ensino Médio, fica a cargo dos estados.

Em conformidade com Censo Escolar – sinopse (2020), apresentado na página do IBGE Cidades, o município de Colíder dispõe de escolas públicas e privadas, sendo dezoito (18) escolas do Ensino Infantil, vinte (20) do Ensino Fundamental e sete (7) do Ensino Médio, com uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, que corresponde a 97,2% registrada pelo IBGE em 2010. A tabela a seguir mostra a variação no número de matrículas das três etapas da Educação Básica, das escolas estadual, municipal e privada no município.

Tabela 10 – Matrículas na rede escolar do município de Colíder-MT (2018 a 2020).

Número de matrículas	Anos		
	2018	2019	2020
Ensino Infantil	1.546	1.614	1.544
Ensino Fundamental	3.791	3.794	3.768
Ensino Médio	998	1.014	1.007
Total	6.335	6.422	6.319

Fonte: Censo Escolar Inep Disponível em: www.qedu.org.br.
Organizada pela autora 2021.

Os números da tabela (10) mostram que as matrículas no Ensino Infantil tiveram um aumento de 4,40 % no período de 2018-2019. No Ensino Fundamental do município, no mesmo período, o aumento foi de 0,08 %, enquanto que no Ensino Médio esse aumento foi um pouco mais expressivo, 1,60 %. Observa-se, porém, que, em 2020, ano atípico para a educação devido a pandemia da COVID 19, todos os níveis de ensino apresentaram redução no número de matrículas.

Segundo dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB – para os anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) ficou em 5,9. Já para os anos finais do Ensino Fundamental (Rede pública) 4,9 e o Ensino Médio (Rede pública) 3,9.

De acordo com Censo escolar – sinopse/2020 (IBGE/Cidades), o corpo docente em Colíder no ano de 2020, estava distribuído da seguinte forma: Educação Infantil 91 professores, no Ensino Fundamental 245 e no Ensino Médio 92 educadores.

O Ensino Superior tem um papel importante no desenvolvimento da cidade de Colíder. Atualmente tem atendimento e atividades diárias com atuação de Universidades Públicas, como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (IFMT) e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que atuam em parceria com a Universidade Aberta do Brasil na modalidade Ensino a Distância – EAD e/ou semipresenciais.

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), por meio do Campus Universitário Vale do Teles Pires, oferta também cursos na modalidade presencial. A cidade conta ainda com as Universidades privadas como Faculdade de Colíder-FACIDER que oferece cursos presenciais e na modalidade a distância, a UNIASSELVI, UNICIC, FAMA, FAEL, UNINTER, UNIP e UNOPAR que oferecem cursos mistos, presenciais, semipresenciais e 100% online.

A progressiva diversificação de cursos superiores e técnicos, assim como a qualidade do ensino municipal demonstrado na avaliação do IDEB, permite à cidade atender a sua demanda por qualificação e também dos municípios vizinhos.

Sobre a importância relacionada ao papel das universidades como fator de desenvolvimento, Goebel e Miura (2004) explicam que existem dois aspectos a serem levados em conta: a qualificação de recursos humanos somado a disseminação de desenvolvimento tecnológico por meio da pesquisa e da extensão e o “papel de fomentador e dinamizador de desenvolvimento de serviços necessários à existência e manutenção do meio universitário”. (GOEBEL E MIURA, 2004, p. 46).

No que se refere aos serviços de saúde, sabe-se que é um direito do cidadão e dever do Estado, cabe aos governantes desenvolver políticas sociais, econômicas e ambientais que visem o bem-estar físico, mental e social da população. Nesse sentido, o inciso VII do art. 30 da Constituição Federal de 1988, estabelece que compete aos municípios “prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado,

serviços de atendimento à saúde da população”, portanto fica claro que a atenção básica é obrigatória a todas as prefeituras, que deve garantir ações e serviços de saúde para todo o município.

Esse estudo observou que o município de Colíder dispõe de uma Secretaria que, com Conselho de Saúde, tem a função de contribuir para o cumprimento das políticas nacionais e estaduais nesta área, o Art. 37 da Lei Orgânica do Município afirma que, “As ações e serviços de saúde do Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada, da União e do Estado, e constituem um sistema único, conforme diretrizes estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER 1990).

A Lei complementar 141/2012 (BRASIL, 2012), obriga os municípios a investirem em despesas com ações e serviços de saúde o limite mínimo de 15% de tudo que é arrecadado, em conjunto com o repasse do Governo Federal e pelo estado, e, “estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo.” Contudo, no art. 38 da referida lei, foi estabelecido que os municípios, para receber os repasses, têm que instituir o Plano e o Conselho Municipal de Saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER 2021).

Segundo dados do CNES/Datasus (2021), a cidade conta com uma Secretaria Municipal de Saúde, 8 Unidade Básica/PSF, 7 postos de saúde e três hospitais. Disponibiliza serviço de emergência 24 horas para atender a população, além de clínicas, laboratórios e outros estabelecimentos de saúde, incluindo os da rede privada que se encontram estabelecidos na cidade.

A infraestrutura de saúde do município de Colíder, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde em 2021, Tabela (11), está composta pelos seguintes estabelecimentos: públicos e privados.

Tabela 11 – Tipos de Estabelecimentos de saúde em Colíder-MT, no ano de 2021.

Descrição	Público	Privado	Total
Posto de saúde	7	-	7
Centro de saúde/unidade básica	8	-	8
Hospital geral	1	2	3
Unidade mista	1	-	1
Consultório isolado	-	17	17
Clínica/centro de especialidade	3	14	17
Unidade de apoio diagnose e terapia (SADT insulado)	1	7	8
Farmácia básica municipal	3	-	3
Central de gestão em saúde	3	-	3
Centro de atenção Psicossocial	1	-	1
Unidade de atenção à saúde indígena	1	-	1
Pronto Atendimento	1	-	1
Laboratório de saúde pública	2	-	2
Central de regulação de acesso	1	-	1
Total	33	40	73

Fonte: CNES/Datasus (2021). Organizada pela autora 2021.

O relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB informa ainda que, “o município está estruturado com programas e ações de testes de HIV e sífilis para gestantes; com o Conselho Municipal de Saúde, de caráter paritário, deliberativo e fiscalizador, criado em 1990 e desde 2014 com o Plano Municipal de Saúde”. (PMSB, 2018, p. 90).

A população da cidade é atendida pelo Hospital Regional, referência em assistência hospitalar para o município e região. De acordo com a Secretaria de Comunicação Social do Estado-Secom/MT, este Hospital teve uma ampliação em 2021 para abrigar uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) equipada com 10 leitos e também mais 20 leitos clínicos (figura 14).

Figura 14 – Hospital Regional de Colíder/MT



Foto: Raphael Wada (2021).

Os índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Colíder têm apresentado evolução a cada pesquisa, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, analisado e elaborado numa parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

De acordo com esses institutos, o IDHM é composto por três áreas do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

Considerado muito baixo pela classificação do PNUD em 1991, o IDHM de Colíder passou de 0,355 para 0,713 em 2010, o que é considerado alto por essa mesma classificação. Nota-se melhoras no índice das três áreas do desenvolvimento humano, como é possível observar na tabela a seguir.

Tabela 12 – IDHM de Colíder/MT

Ano	IDHM	IDHM/renda	IDHM/Educação	IDHM/Longevidade
1991	0,355	0,637	0,127	0,553
2000	0,575	0,721	0,390	0,675
2010	0,713	0,819	0,604	0,732

Fonte: IDH-M e Indicadores PNUD/IPEA/FJP; (1991) (2000) (2010).
Organizada pela autora 2021.

Percebe-se que o critério educação foi o que apresentou menor evolução nos três indicadores do IDHM do município. Esses dados fornecem aos gestores municipais e a sociedade civil local um apoio ao diagnóstico dos principais desafios do município, a democratização de informações no âmbito municipal, o que pode contribuir para o fortalecimento das capacidades locais (ATLAS BRASIL, 2013).

Contudo, devemos lembrar que o IDH se baseia em médias estatísticas, podendo ser questionada a sua representação da realidade. Silva (2009, p. 2) explica que o IDH, “No Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações estaduais, como critério para distribuição de recursos dos programas sociais, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)”. A autora expõe que juntamente com o IDH surge a convicção de que este índice garantiria uma melhor gestão dos recursos e programas sociais, confirmando ainda que efetivamente o IDHM não traduz os graus de diferenças sociais de cada município.

É preciso ter cuidado ao utilizar o IDHM para demonstrar o desenvolvimento de uma localidade. Para refletir sobre esta situação, utilizou-se outro dado exposto pelo IBGE Cidades, que são os domicílios com rendimentos até meio salário mínimo por pessoa, registrando que 33% da população de Colíder se encontra nessas condições.

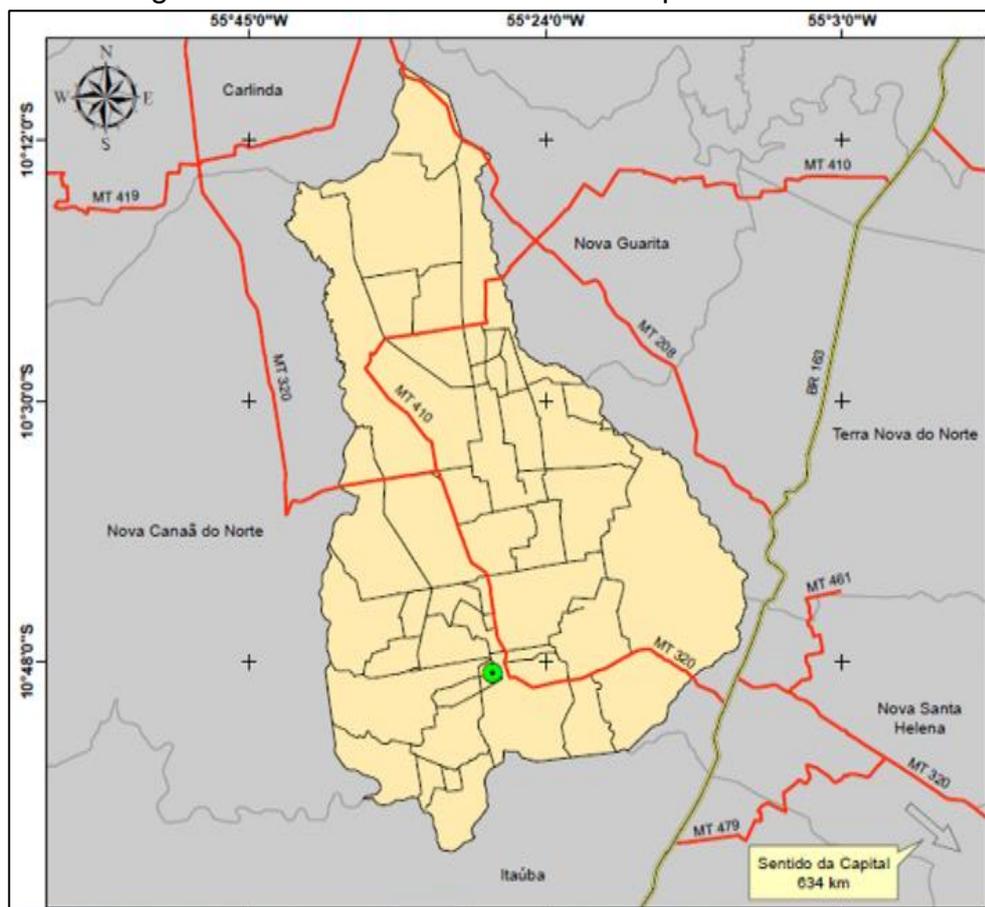
Disto isso, relacionando esta informação com a de que o salário médio mensal em 2019 era de 2,1 salários mínimos e mais o PIB per capita que neste mesmo ano era de R\$26.962,96, pode-se inferir que há uma concentração de renda e isto pode ser confirmado quando se busca o índice de Gini para o município que era de 0,5816 para o ano de 2010, sabendo que quanto mais próximo de zero, menor a concentração.

Tratando do desenvolvimento das localidades, Becker (2009, p. 36) especifica que “As cidades surgem, crescem, se dinamizam em função de sua conectividade viabilizada por redes de transporte e de comunicação”. Assim compreende-se que o desenvolvimento econômico de uma determinada região decorre da qualidade do sistema de transporte. É por meio dos transportes que as mais diversas relações econômicas e sociais se efetivam. Nesse sentido, o município de Colíder dispõe de estradas vicinais que ligam a cidade aos seus distritos, sítios e fazendas. Essa rede de

transporte possibilita o deslocamento de pessoas, o escoamento da produção e as transações comerciais entre o rural e a cidade, sendo que a manutenção das estradas que ligam esses dois lugares é de responsabilidade do município (GOMES, 2016, p. 99).

No que se refere a rodovia estadual, o município possui sua malha urbana cortada por três rodovias estaduais de grande relevância para a região, além de estar a 32 quilômetros da BR-163, principal eixo de acesso à região norte mato-grossense. Frente à magnitude desta rodovia, Huertas (2007, p. 229) afirma que, “É uma das principais artérias rodoviárias do território nacional no sentido Norte-Sul, em pleno centro geodésico sul-americano.” O município de Colíder pode ser acessado pela capital do Estado, Cuiabá, por meio BR-163 e MT-320 conforme indica a figura (15):

Figura 15 – Vias de acesso do município de Colíder-MT



Fonte: PMSB (2018).

Com o discurso de que o estado não consegue prover de forma eficiente a manutenção e conservação das rodovias, a MT-320 e MT-208 foram entregues à

iniciativa privada pelo governo do estado de Mato Grosso. Conforme a publicação da Secretaria de Comunicação Social do Estado-Secom/MT, o lote referente às rodovias MT-320 e MT-208, que corta o município de Colíder foi arrematado pelo consórcio Via Brasil em fevereiro de 2018, que assumirá a administração das mesmas por trinta anos. A concessionária responsável pelo trecho entre Nova Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte, Carlinda e Alta Floresta-MT, foi autorizada a iniciar a cobrança de pedágio nas três praças instaladas ao longo das duas rodovias a partir de outubro de 2020. A figura (16) mostra a praça de pedágio na rodovia MT-320 entre as cidades de Nova Santa Helena e Colíder/MT.

Figura 16 – Praça de Pedágios da MT-320, em Colíder (a 14 quilômetros do entroncamento da rodovia com a BR-163).



Fonte: Disponível: <https://estradas.com.br/via-brasil-inicia-nesta-quinta-29-cobranca-em-tres-pedagios-no-mato-grosso/>.

A concessão e a privatização das rodovias fazem parte da lógica neoliberal, transferindo o custo da manutenção para o usuário com o afastamento do Estado das atividades produtivas. Como explica Gomes (2016, p. 99), o fundamento do neoliberalismo se materializa no território por meio da privatização de um conjunto de

“objetos técnicos instalados no espaço com objetivo principal de proporcionar fluidez permitindo maior circulação de produtos, capitais e informações.”

Em face do exposto, nota-se que as rodovias contribuem para o desenvolvimento e maior centralidade de Colíder, uma vez que os eixos rodoviários são de grande importância para dinamizar a economia da região, pois efetiva a articulação entre centros urbanos e o desenvolvimento das atividades produtivas.

De acordo com os estudos da Regiões de Influência das Cidades – IBGE (2018), um dos componentes fundamentais para o estabelecimento da área de influência de uma determinada cidade é a atração que ela consegue exercer sobre as demais. Neste sentido, Colíder sobressai entre as demais cidades da sua microrregião, por dispor de equipamentos, serviços públicos e privados que atraem populações de outras localidades. Destaca-se, dessa maneira, que Cada aglomeração tem o seu raio de influência, que é um dado instável, em virtude da competição que sofre, necessariamente, de outras unidades do mesmo nível” (SANTOS, 1959, p.8).

Colíder é apontada como polo microrregional, compreendendo 11 municípios, pela prefeitura, pelo consórcio intermunicipal de desenvolvimento sustentável “Portal da Amazônia” e pelo do IBGE que traz a localização de Colíder em sua página *online*, estando esta na mesorregião Norte mato-grossense e microrregião Colíder, devido ao fato da mesma concentrar comércio e serviços em uma dada região, sobretudo, no que se refere a bens de consumo e a localização de serviços públicos federais, como os que são ofertados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Justiça do Trabalho, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Unidade do Exército Brasileiro, Correios, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Tais serviços não existem nos municípios vizinhos, ou se existem é com menor complexidade, nesse sentido, a oferta deles é mais diversificada em Colíder, por isso é classificada como polo microrregional.

4.4 A função e a importância de Colíder para os municípios do seu entorno.

No que tange à política urbana, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece no artigo 182, que a política do desenvolvimento urbano tem por objetivo buscar a promoção das funções sociais da cidade com vistas ao bem-estar de seus habitantes, tendo como principal instrumento o Plano Diretor para o desenvolvimento e expansão urbana.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 (BRASIL, 2001), que foi criada para regulamentar o capítulo II “Da Política Urbana” da Constituição Federal de 1988, impõe a obrigatoriedade da implantação do Plano Diretor a todos os municípios que apresentam uma população acima de vinte mil habitantes. Em conformidade com esta lei, foi instituído o Plano Diretor Municipal de Colíder pela Lei complementar nº 2859/2015 (COLÍDER, 2015), destacado no artigo 2º que, esta Lei está fundamentada na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica do Município.

Nesse contexto, esse estudo verificou que Colíder dispõe de Leis – como a Lei Orgânica do Município de Colíder, que dá autonomia política, administrativa e financeira, para criar, organizar e reger as leis municipais, em concordância com as Constituições Federal e Estadual (COLÍDER, 2021), que assegura à cidade ofertar equipamentos urbanos públicos e privados com características e funções próprias que servem tanto a população local quanto das cidades vizinhas.

No que se refere a dinâmica do espaço atual de Colíder, partiu-se do fato de se tratar de uma cidade pequena em processo de ampliação de sua função de centralidade no norte de Mato Grosso, classificada pelo IBGE (2018) como Centro de Zona A, percebe-se que a cidade tem ampliado seu papel, fortalecendo sua centralidade e sua capacidade de atrair população de localidades próximas, mantendo as relações urbanas de proximidade.

Por meio da técnica de entrevistas com os representantes de diversos segmentos da cidade em estudo, como: saúde, educação e comércio, buscou-se verificar a relação dos diferentes aspectos urbanos de Colíder com os municípios de seu entorno (a vinda de consumidores de outras cidades a Colíder), de modo a analisar a importância de cada segmento da cidade e a forma como esses bens/serviços contribuem para a relação com os municípios de seu entorno. Isso se torna necessário porque a consulta com os representantes do comércio local para a temática

desenvolvida neste estudo é de essencial importância para o desenvolvimento das reflexões acerca da influência de Colíder para as cidades vizinhas.

A primeira pergunta feita aos comerciantes nos segmentos, agropecuária, alimentos, auto peças e mecânica, lojas de vestuário e calçados, presentes na cidade, foi: entre os clientes de seu estabelecimento, há moradores de outras cidades? Todos responderam que sim, evidenciando a presença de consumidores de outras localidades na aquisição de bens e serviços em Colíder. A situação exposta remete ao que Santiago (2011) reitera: “As ações e interações retroalimentam as funções urbanas que refletem nas escalas intraurbana e interurbana” (SANTIAGO, 2011, p.101).

Esse resultado corrobora para o entendimento de que quanto maior for a procura por bens e serviços, maior também será a oferta por parte do comércio local, fortalecendo a economia do município e as relações com seu entorno, esse questionamento fez-se necessário para se partir do princípio de que Colíder é procurada por consumidores de outras cidades. A partir desta constatação, houve o direcionamento para a segunda questão: os clientes são provenientes de quais cidades?

Em resposta a esse questionamento, obteve-se do segmento de autopeças e mecânica, que, considerando apenas cidades com pelo menos dez (10) cadastros ativos na empresa, têm-se clientes provenientes de Alta Floresta-MT; Altamira-PA; Apicás-MT; Carlinda-MT; Guarantã do Norte-MT; Itaituba-PA, Itaúba-MT; Lucas do Rio Verde-MT; Marcelândia-MT; Matupá-MT; Nova Bandeirantes-MT; Nova Canaã do Norte-MT; Nova Guarita-MT; Nova Monte Verde-MT; Nova Mutum-MT; Nova Santa Helena-MT; Novo Progresso-PA; Paranaíta-MT; Peixoto de Azevedo-MT; Sinop-MT; Sorriso-MT; Terra Novo do Norte-MT.

Na resposta acima pode-se identificar cidades que estão distantes de Colíder e outras que possuem uma grande oferta de bens e serviços, exemplo a cidade de Sinop-MT, classificada como capital regional C pela IBGE (2018); um centro urbano com alta concentração de atividades de gestão e maior alcance em termos de região de influência. Outra cidade mencionada foi Altamira-PA, que aparece como Centro Sub-Regional A na classificação de centralidade do IBGE, distante de Colíder 1.323,8 km. Entende-se, contudo, que nestes casos são procuras esporádicas, que se caracterizam como um fluxo permanente de consumidores da cidade em estudo.

No caso de Novo Progresso-PA, que de acordo com o que está exposto na supracitada classificação, esse centro local está sob a influência de Santarém-PA.

Entretanto, por localizar-se na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará, está mais próxima de Colíder (508 Km) do que de Santarém (697 Km), por isso a procura por aquela cidade e não por esta. Ressalta-se que de acordo com IBGE (2018), “a tendência é que a população não convirja para o centro, já que o custo de deslocamento tornaria sua aquisição antieconômica” IBGE (2018).

A mesma situação se repete com as cidades de Sorriso-MT, Lucas do Rio Verde-MT, Nova Mutum-MT, Itaituba-PA, que segundo respostas dos entrevistados, a presença de consumidores dessas cidades em Colíder se dá por se tratar de pessoas que possuem algum tipo de ligação com a cidade de Colíder.

Ao que tudo indica essa ligação é resultante de fatores sócio demográficos que ocorreram no município na década de 1990, quando houve um declínio populacional evidenciado no censo demográfico de 2000 (IBGE,2000), em decorrência das mudanças na forma de ocupação da terra e o avanço da monocultura. Estas transformações fizeram com que pequenos produtores buscassem outras localidades para residir e trabalhar, nas quais a oferta de mão de obra era insuficiente. Neste processo, deixaram para trás parte da família, mantendo, portanto, a ligação com o município (SEPLAN, 2000).

Com isso, fica claro que muitas famílias deixaram Colíder em busca de outros municípios que apresentavam grande expansão nas atividades do agronegócio, é o caso dos “municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum que despontavam no cenário agrícola, como produtores em larga escala de grãos” (MOREIRA, 2017, p. 35); é nesse sentido que muitos entrevistados disseram que consumidores das cidades mais distantes vão para Colíder rever algum familiar e aproveitam para adquirir bens e serviços.

Os entrevistados das casas agropecuárias de Colíder, quando perguntados sobre de quais cidades são os consumidores que compram em suas lojas, ambos deram respostas parecidas, respondendo serem os clientes provenientes de Nova Canaã do Norte; Nova Santa Helena; Itaúba; Terra Nova do Norte; Nova Guarita; Marcelândia. Todas as cidades citadas, exceto Marcelândia, são fronteiriças de Colíder, pelo que está posto no IBGE (2018).

Nova Canaã do Norte e Nova Santa Helena fazem parte da região de influência de Colíder, de acordo com o que está posto no IBGE Cidades. Já Itaúba, Terra Nova do Norte e Marcelândia pertencem a área de influência de Sinop, em conformidade com o estudo já citado, a inserção da influência de Sinop nesses centros locais, ocorre

principalmente por conta da subordinação dessa região à ela. Contudo em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseados nas relações de proximidade e tendo em vista que Colíder conta com estabelecimentos agropecuários com capacidade de atender aos produtores rurais dessas três cidades (Itaúba, Terra Nova do Norte e Marcelândia), estes buscam primeiro Colíder para ter acesso a insumos, equipamentos e assistência técnica (IBGE, 2018).

De acordo com Elias (2016, p. 68) é possível verificar municípios e regiões no país em que o aumento da urbanização e as novas regionalizações são resultantes da expansão do agronegócio globalizado: “a explicação de tais processos nos leva a considerar a forte integração da atividade agropecuária aos circuitos da economia urbana,” que desenvolve um encadeamento de novas relações entre o espaço agrícola e os espaços urbanos próximos.

Os entrevistados do setor de supermercado disseram que o maior quantitativo de consumidores vindos de fora do município são oriundos de Nova Canãa do Norte, Nova Santa Helena, Itaúba e Terra Nova do Norte. O mesmo se repete, praticamente, nas respostas obtidas nas entrevistas com os entrevistados do setor das lojas de vestuário e calçados que identificam que Itaúba, Nova Santa Helena e Nova Canãa do Norte são os locais de residências de muitos de seus consumidores. Segundo os lojistas, ainda, é possível essa observação não somente pela presença física desses consumidores, mas também pelo número de cadastro ativo na loja quando é registrado o endereço de residência do consumidor.

Sobre a compra de vestuário e calçados, o IBGE (2018 p. 86) explica que, nem sempre o consumidor faz esse deslocamento, de sua cidade até a centralidade local, somente para fazer essa aquisição, mas, sim, a soma de outras finalidades, tais como: visita à parentes, realização de tratamentos de saúde ou ida a eventos culturais e esportivos. Interessante ressaltar que essas finalidades também são percebidas pelos lojistas e foram relatadas nas falas dos entrevistados para explicar a presença de consumidores de outros municípios em seus estabelecimentos.

Em conformidade com o IBGE (2018), a demanda por serviços de saúde é uma das maiores causas que impulsionam o deslocamento de pessoas na rede urbana, saindo de seus municípios e buscando atendimento em outras cidades. O estudo citado observou, também, uma média alta na distância percorrida na busca de serviços de saúde na Região Centro-Oeste, e que isso se deve principalmente aos deslocamentos de maior distância voltados para as Capitais nos três estados que a compõem, ficando

evidente que em relação à saúde, os atendimentos de alta complexidade concentram-se na capital do estado.

Como já foi citado, Colíder dispõe de estruturas físicas, equipamentos e recursos humanos para atendimento básico e de média complexidade, propiciando à população local e das cidades circunvizinhas acesso a serviços e a profissionais especializados e à utilização de recursos tecnológicos para o apoio ao diagnóstico e tratamento.

Na entrevista com o responsável pela unidade hospitalar pública sobre o atendimento de pacientes de outras localidades, este respondeu que, geralmente, são das cidades que compõem a microrregião norte mato-grossense de Colíder, como Itaúba; Nova Santa Helena; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita e Marcelândia. Contudo, o mesmo explica que pelo fato da cidade ser referência em Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal – UTI NEO, pediátrica e Covid, o hospital tem atendido pacientes de todo o Estado de Mato Grosso.

Compreende-se, a partir das leituras sobre região de influência das cidades, que a presença de instituições públicas de saúde é um forte indicador utilizado para entender a área de influência da cidade e isso se deve ao alto dinamismo nas organizações espaciais que envolvem os serviços de saúde (IBGE, 2018).

As semelhanças e diferenças nas centralidades geradas pela busca direta dos habitantes das cidades e aquelas produzidas pela localização dos serviços ofertados, permitem uma análise apurada da territorialidade da saúde para o município, podendo facilitar a elaboração de políticas públicas voltadas para a melhoria dos serviços disponíveis para a população do polo microrregional (IBGE, 2018).

Já o representante de um dos hospitais que integra a rede privada de atendimento hospitalar na cidade de Colíder informou que a instituição conta com vários médicos especialistas em cardiologia, pediatria, ginecologia, obstetrícia entre outros, possui urgência/emergência, centro cirúrgico, laboratório e exames por imagem, fazendo com que muitos pacientes das cidades vizinhas como: Nova Canaã do Norte-MT; Nova Santa Helena-MT; Itaúba-MT; Terra Nova do Norte-MT; Nova Guarita-MT; Marcelândia-MT; Peixoto de Azevedo-MT; Alta Floresta-MT; Carlinda-MT; Novo Progresso-PA; busquem essa unidade de saúde para diagnóstico e tratamento.

Nesse sentido, essa procura da população de outras localidades por atendimento nos serviços de saúde oferecidos em Colíder fortalece sua centralidade, que na visão de Corrêa (2011, p. 7) “A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico.”

No que tange a expansão da educação superior no país, o IBGE (2018 p. 99) esclarece que esta foi impulsionada tanto pela criação de novas unidades de instituições de nível superior, quanto pelo incentivo à educação a distância e à constituição de novos polos em centros urbanos.

Como já foi citado anteriormente, Colíder conta com universidades públicas e privadas que oferecem cursos presenciais, semipresenciais e 100% *online*; quando perguntado ao representante sobre o endereço domiciliar dos estudantes matriculados na instituição pública que possui campus na cidade, este respondeu que as cidades com maior número de matrículas são: Colíder; Itaúba; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Santa Helena e Terra Nova do Norte.

Já o representante do setor do ensino privado, que oferece aulas somente na modalidade presencial, trouxe uma lista maior de cidades com matrículas na instituição, cidades como: Nova Santa Helena; Itaúba; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita e Terra Nova do Norte; Matupá; Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo. Interessante perceber que Matupá, Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo não foram citadas pelo representante da Universidade Pública.

É importante ressaltar que a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) por meio do Campus Universitário do Vale do Teles Pires, figura (17) responde somente pela modalidade presencial, oferece quatro cursos de turma única: Biologia, Agronomia, Direito e Arquitetura e urbanismo sendo todos bacharelado. A modalidade EAD é oferecida em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, sendo, portanto, outro departamento que responde pelas matrículas, que não foram alvos desta pesquisa.

Figura 17 – Campus Universitário do Vale do Teles Pires-UNEMAT/Colíder-MT



Foto: Raphael Wada (2021).

A Faculdade de Colíder – FACIDER, figura (18), apresentou um número maior de cidades com matrículas nos cursos de graduação oferecidos por ela: Administração, Direito, Enfermagem, Educação Física, Farmácia e Fisioterapia, todos cursos são Bacharelado, na modalidade presencial. É importante ressaltar que, resultados apresentados pelo Censo do Ensino Superior de 2019, revelam que a participação percentual das matrículas de graduação na modalidade presencial, conforme os graus acadêmicos, são a maioria de matrículas presenciais de bacharelado (78,4%), seguidas das de licenciatura (12,8%), tecnológico (8,3%). Esse mesmo estudo mostra, ainda, a predominância dos cursos de licenciatura na modalidade EAD.

Figura 18 – Faculdade de Colíder – FACIDER-Colíder-MT.



Foto: Raphael Wada (2021).

As universidades cumprem um papel importante no desenvolvimento socioeconômico, com formação de nível superior, desenvolvendo projetos e pesquisas inovadoras, contribuindo para mudanças tecnológicas, econômicas e sociais que influenciam decisivamente na produtividade local e regional.

O estudo da IBGE (2018) aponta um grande aumento da procura por cursos de nível superior com diversas centralidades, e, nesse contexto, a cidade de Colíder aparece com um grande número de estudantes de outros municípios em busca de acesso a cursos de nível superior. Diante disso, Moura (2015) vai dizer que o principal legado e função social de uma Instituição de Ensino Superior (IES) “é seu papel na construção de uma sociedade melhor e mais justa, através de suas atividades vinculadas ao ensino, à pesquisa e com grande importância aos exercícios da extensão universitária” (MOURA, 2015, p. 97).

Colíder conta com outra modalidade de ensino: a formação de nível técnico. Embora as instituições educacionais públicas ofereçam cursos profissionalizantes organizados por eixos tecnológicos, o setor privado também está presente ofertando

esse tipo de formação, é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC. Sobre os municípios e cidades atendidas pela Unidade do Senac em Colíder, figura (19), a representante respondeu que atende à demanda de alunos das seguintes cidades: Itaúba; Nova Santa Helena; Terra Nova do Norte; Peixoto de Azevedo; Matupá; Guarantã do Norte; Novo Mundo; Nova Guarita; Colíder; Nova Canaã do Norte; Carlinda; Alta Floresta; Paranaíta; Apicás; Nova Bandeirantes; Nova Monte Verde e Marcelândia.

Figura 19 – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-Unidade de Colíder-MT



Foto: Raphael Wada (2021).

A representante do SENAC explicou que, devido à pandemia, não foi possível atender de forma presencial os demais municípios, mas que a instituição está atendendo a esse público de forma *on-line* e informou, ainda, que existe uma demanda grande por cursos técnicos na região. Schwartzman e Castro (2013) alude que “A necessidade de melhor qualificação dos recursos humanos é um requisito da economia

e uma aspiração da população, que sabe que as pessoas mais educadas conseguem melhores empregos e melhores rendas” (SCHWARTZMAN e CASTRO 2013, p. 2).

Observa-se que são citadas cidades que não apareceram nas falas de outros entrevistados, é o caso de Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirante e Novo Mundo. A ausência das três primeiras cidades nas respostas dos entrevistados é explicada pela longa distância em relação à Colíder, já que o primeiro fator de influência é a proximidade, a população sempre busca primeiro a cidade mais próxima.

Contudo, Novo Mundo-MT não aparece com frequência na fala dos entrevistados, o que leva a reflexão sobre outros fatores, como as condições das rodovias que, nesse caso, a diferença na distância é compensada pela qualidade de condução oferecida pelas rodovias. A população novo – mundense se beneficia muito mais buscando Alta Floresta do que Colíder.

Quando perguntado se poderia elencar as cidades citadas em ordem do maior para o menor número de clientes, os entrevistados de todos segmentos deram respostas muito parecidas, trazendo no topo do *ranking* as cidade de Nova Santa Helena e Nova Canaã do Norte, sendo essas citadas por todos os entrevistados que também afirmaram que quanto mais próximos os municípios, maior a quantidade de pessoas buscando produtos e serviços em Colíder. Pode ser observado, ainda outras cidades que apareceram com frequência na fala dos entrevistados, como pode ser visualizado na tabela (13) a seguir, que apresenta a ordem das cidades em que um maior número de pessoas se desloca para Colíder em busca de bens e serviços, conforme respostas obtidas:

Tabela 13 – Classificação das cidades com maior número de pessoas buscando Colíder para acessar bens e serviços.

Cidade	Ordem
Nova Santa Helena Nova Canaã do Norte	1º lugar
Itaúba	2º lugar
Terra Nova do Norte	3º lugar
Nova Guarita	4º lugar
Marcelândia Carlinda	5º Lugar
Alta Floresta Peixoto de Azevedo	6º lugar
Guarantã do Norte	7º lugar
Matupá Sinop	8º lugar
Paranaíta	9º lugar
Apiacás Nova Bandeirante Nova Monte verde Novo Mundo	10º lugar

Fonte: a autora (2021).

Desse modo, foi possível verificar um comportamento frequente dos habitantes das cinco primeiras cidades, evidenciado na tabela (13), que busca suprir suas necessidades básicas de bens de serviços em Colíder, cidade que desempenha um papel de atração em relação às cidades menores de seu entorno. Entretanto, mesmo desempenhando relações comerciais com suas proximidades, dependem de serviços mais especializados ofertados em cidades maiores como Sinop.

Nesse contexto, Fresca (2010) vai dizer que “As pequenas cidades ainda são responsáveis por atender parcela significativa da população em termos de bens e serviços imediatos à sua população.” Em contrapartida, deve-se conceituar que estes apresentam outras características qualitativas quando comparados a outros momentos do passado, ou seja, “os bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana” (FRESCA, 2010a p. 78).

Ao ser perguntado em qual período do ano há maior procura por produtos ou serviços por parte da população das cidades vizinhas, os entrevistados deram respostas diversificadas, como no segmento supermercados, que expuseram que não há um período específico, de modo que a presença de consumidores das cidades circunvizinhas é normal o ano todo. Nesse sentido, é importante ressaltar que as empresas varejistas estão presentes em todos os lugares, sendo de extrema

importância para a sociedade e a economia comercial, representam o último elo entre a cadeia produtiva de alimentos e o consumidor final (FERREIRA JUNIOR 2012).

Já as respostas do ramo agropecuário, indicam que não há um período do ano de maior procura por produtos ou serviços, a presença do consumidor das cidades vizinhas na loja é normal o ano todo, o que muda é o tipo de produto procurado, e estes produtos e serviços se relacionam com a movimentação produtiva que ocorre no campo em todos os períodos. De acordo com Gomes (2018), “Nas cidades funcionais ao agronegócio científico globalizado concentram-se lojas de insumos agropecuários, [...] incorporando ao município uma logística territorial planejada pelos agentes hegemônicos que regulam a produção no campo” (GOMES 2018 p. 3).

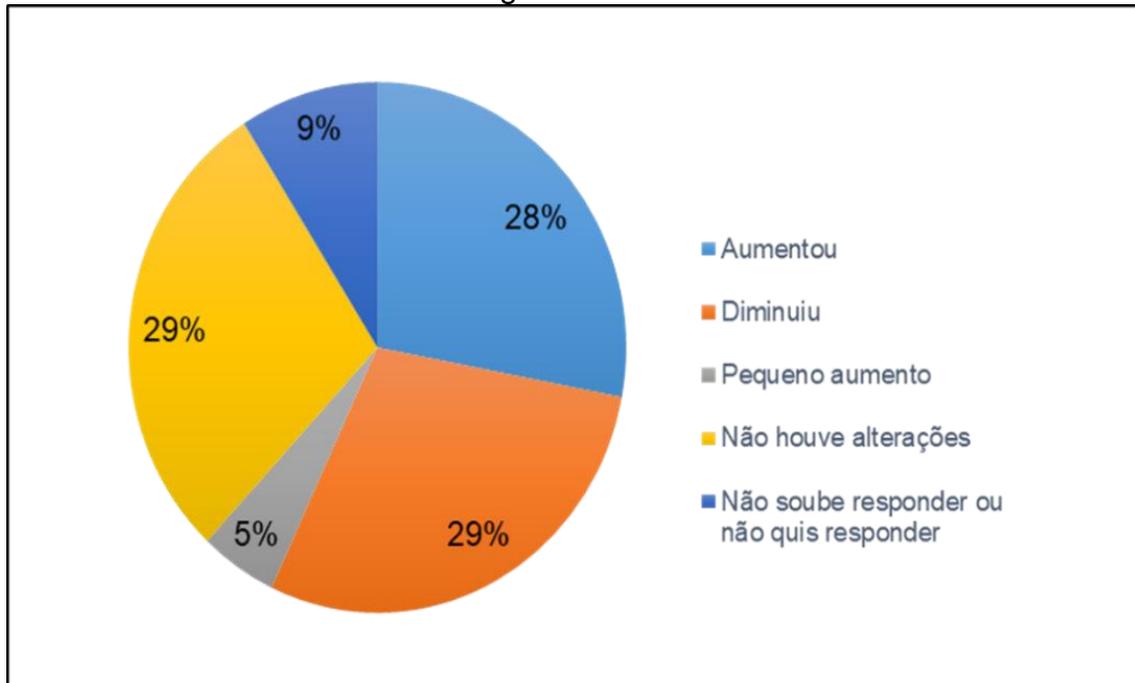
Os estabelecimentos de autopeças e oficinas automotivas disseram que o período do ano de maior procura por produtos ou serviços acontece a partir do segundo semestre, intensificando-se nos meses de outubro, novembro e dezembro, que segundo uma das entrevistadas, é nestes meses que muitos clientes buscam a oficina para revisar os seus veículos para viagens de fim de ano. O grande, médio e pequeno produtor rural faz as revisões necessárias nos veículos, equipamentos e máquinas agrícolas para o início do plantio e o período chuvoso.

As lojas de vestuário e calçados responderam em maioria que a quantidade de consumidores de outras cidades aumenta nas vésperas de datas comemorativas e no mês de dezembro.

Importante nesse caso é ressaltar a presença regular do consumidor de outras cidades na dinâmica econômica de Colíder, concorrendo assim para a consolidação deste centro urbano enquanto cidade pequena, amplia a sua participação na oferta de bens, insumos e serviços para as cidades de seu entorno, fortalecendo seu papel de intermediação na rede urbana. Dessa forma, “sua materialidade se constrói nessa realidade e, também, é condicionante das relações sociais nela contidas. Uma vez que, a centralidade vem a ser a capacidade de atração/dispersão entre os objetos fixos e os fluxos de bens, serviços e mercadorias” (SANTOS e AMORIM, 2015, p. 4).

Ao ser perguntado se o número de clientes de outras cidades têm aumentado ou diminuído ao longo dos anos, as respostas dos representantes do comércio foram equilibradas, o resultado pode ser visualizado no gráfico (3) abaixo:

Gráfico 3 – O número de clientes de outras cidades tem aumentado ou diminuído ao longo dos anos?



Fonte: a autora (2021).

Esse equilíbrio foi esclarecido pelas respostas da pergunta seguinte: questionados se poderia especificar o motivo do aumento ou diminuição do número de clientes de outras cidades, àqueles que disseram ter tido redução do número de pessoas vindo das cidades vizinhas à procura de bens e serviços, responderam que o motivo seria o crescimento econômico do estado de Mato Grosso e dos municípios, com a chegada de novos estabelecimentos nos municípios vizinhos atendendo a demanda da sua população.

Àqueles que disseram ter aumentado a presença de consumidores de outras cidades, atribuíram esse fato à organização do comércio para atender os consumidores em suas necessidades. É fundamental compreender essa dinâmica comercial porque, mesmo sendo uma pequena cidade, Colíder e as demais cidades do entorno criam fluxos que, segundo Santos (1994) “os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS 1994, p.55).

Também questionou-se às Instituições de Ensino Superior e técnico, se o número de estudantes de outras cidades têm aumentado ou diminuído ao longo dos anos. Sobre isso, a universidade pública informou que tem diminuído o número de matrículas no Campus Universitário do Vale do Teles Pires da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, a Faculdade de Colíder- FACIDER, por sua vez, também

afirmou que ao longo dos anos tem diminuído o quantitativo de matrículas presenciais nessa instituição.

Ao ser perguntado se poderia especificar o motivo do aumento ou diminuição do número de estudantes de outras cidades, os representantes das IES, apresentaram as seguintes respostas: a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, respondeu que a redução se deve por motivos da não entrada dos acadêmicos na oferta regular de cursos, havendo assim redução de turmas e alunos. Já a Faculdade de Colíder (FACIDER), disse acreditar que essa diminuição no número de matrículas de estudantes de outras cidades é resultante da abertura de uma Instituição de Ensino Superior (IES) em Guarantã do Norte e outra em Matupá.

É importante destacar que a redução ocorre localmente, por fatores regionais, como o citado acima pelo representante da FACIDER e UNEMAT; em âmbito nacional, o Censo do Ensino Superior de 2019 mostra o número de matriculados na rede privada em ritmo de crescimento, em relação a 2018; já o número de matrículas na rede pública é 0,1% maior, enquanto a rede privada no mesmo período registrou um crescimento de 2,4%.

Ainda de acordo com INEP (2019), o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 3,8% entre 2018 e 2019. Na contramão, na modalidade a distância, houve o aumento é de 19,1% no mesmo período. Esses são números do ensino superior em nível nacional, mas trazem mudanças nas instituições de ensino localizadas nas pequenas cidades, como Colíder. Neste contexto, esse estudo constatou que a procura dos estudantes de outras cidades para cursar o Ensino Superior em Colíder está em decréscimo, isso decorre de duas situações: abertura de novas IES privadas em municípios vizinhos e o crescimento da modalidade a distância – EAD.

Já o SENAC –Unidade Colíder, explicou que as demais cidades, a busca e interesse por cursos é muito grande, contudo, disse que neste momento não poderia especificar se aumentou ou diminuiu, devido à situação pandêmica em 2020 e 2021, e que quando a Unidade em Colíder voltar com o atendimento normal é provável que não consigam atender os demais municípios de forma presencial, de forma que poderão serem atendidos de forma *on-line*.

Ao ser questionado sobre o motivo do aumento ou não da procura por formação técnica, o SENAC – Unidade Colíder, não respondeu essa questão. Entretanto, na resposta sobre o aumento e diminuição da procura de estudantes por cursos técnicos

em Colíder deixou claro que tem aumentado muito a procura por curso *online*, que nesse caso além do estudante não precisar estar presente, pois pode desenvolver seus estudos no local de sua residência, podendo ainda fazer a matrícula em outras unidades que não seja a de Colíder.

Para essa pergunta, a Direção Geral do Hospital Regional de Colíder respondeu que, ao longo dos anos, tem tido um decréscimo na procura de atendimento básico por pessoas vindas de outras cidades. Isso porque a oferta de serviços e profissionais; a criação de postos de saúde nos municípios e distritos - inclusive no meio rural com atendimento básico a população, têm resultado em importantes mudanças na atenção à saúde, pois o deslocamento até um centro maior se dá somente em casos mais graves, em que o profissional do Posto de Saúde não pode resolver o problema.

As pesquisas e os órgãos públicos – Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios têm evidenciado o crescimento do Sistema Único de Saúde-SUS, que tem desenvolvido sobretudo, ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com destaque para as campanhas de vacinação e controle de endemias. E para que esse crescimento do SUS continue e contribua para a sociedade, BARBOSA (2016), explica que “a qualificação da gestão pode contribuir para o aperfeiçoamento do SUS, os mecanismos criados para o controle da gestão da saúde configuram importantes ferramentas postas à disposição da sociedade” (BARBOSA, 2016, p.1).

O representante do Hospital Santa Inês, figura (20), afirmou que tem aumentado a procura por serviços médicos de pessoas de outras cidades, por tratar – se de uma empresa privada com fins lucrativos, não mantém convênio com plano de saúde e nem com o SUS, atendendo somente com pagamento direto.

Figura 20 – Hospital Santa Inês em Colíder-MT.



Foto: Anderson Berton (2020).

Em nível nacional, as pesquisas têm indicado queda nesse segmento de prestação de serviço de saúde (CNSaúde 2019 p. 72-80). Em sequência, foi perguntado ao Hospital Regional de Colíder o motivo do aumento ou diminuição de pacientes vindos de outras cidades, e a resposta obtida do hospital (representando o setor público) é a de que a reorganização da rede hospitalar no Estado de Mato Grosso, como a ampliação da rede de atendimento básico – Posto de Saúde – PS, Programa Saúde da Família-PSF com atendimentos de saúde de complexidade intermediária presente nas cidades vizinhas, fez com que diminuísse a procura por atendimento no hospital público em Colíder. O representante do setor privado não respondeu a essa pergunta.

Em relação à procura de bens e serviços por indivíduos de outras cidades, é possível notar que os segmentos de autopeças e mecânicas citaram um número maior de cidades, com muitas delas distantes de Colíder – como é o caso das cidades do estado do Pará. A mesma situação se verifica nas lojas de calçados e vestuários, que citaram cidades mais distantes como Sinop; Alta Floresta e Novo Progresso – Pará. Os

demais segmentos citaram, na maioria, as cidades mais próximas como Nova Santa Helena; Nova Canãa do Norte; Itaúba; Nova Guarita; Terra Nova do Norte; Matupá; Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo.

Encerrado o processo de entrevistas com representantes dos estabelecimentos comerciais, instituições de Ensino Superior, Técnico e da Saúde de Colíder, alguns pontos de análises e observações devem ser considerados.

Conforme o IBGE (2018), um dos componentes fundamentais para o estabelecimento da área de influência das Cidades, é a atração exercida entre os núcleos urbanos próximos. Como está posto na tabela (14), as cidades classificadas como aquelas que têm maior número de pessoas buscando Colíder para acessar alguns tipos de bens e serviços, estão, em relação a ela, em uma distância média que não ultrapassa 150 Km, com quatro delas a menos de 100 Km. Nesta mesma tabela, pode-se visualizar também quantas vezes as cidades foram mencionadas nas entrevistas:

Tabela 14 – Distância entre Colíder e as cidades mencionadas nas entrevistas.

Cidades	Distância em km	Quantas vezes foram mencionados na entrevista
Nova Santa Helena	35,6 km via MT-320	21 x
Nova Canaã do Norte	49,5 km via MT-320	21 x
Itaúba	54,1 km via MT-320 e BR-163	20 x
Terra Nova do Norte	66,3 km via MT-320 e BR-163	13 x
Nova Guarita	112,5 km via MT-320, BR-163 e MT-208	12 x
Marcelândia	123,1 km via MT-320, BR-163 e MT-320	7 x
Carlinda	125,4 km via MT-320	7 x
Peixoto de Azevedo	108,8 km via MT-320 e BR-163	6 x
Alta Floresta	159,4 km via MT-320	6 x
Guarantã do Norte	145,2 km via MT-320 e BR-163	5 x
Matupá	120,7 km via MT-320 e BR-163	4 x
Sinop	155,9 km via MT-320 e BR-163	4 x
Paranaíta	207,5 km via MT-320	3 x
Novo Mundo	177,2 km via MT-320, BR-163 e MT-419	2 x
Nova Monte Verde	312,9 km via MT-320 e MT-208	2 x
Apiacás	332,6 km via MT-320 e MT-206	2 x
Nova Bandeirantes	366,0 km via MT-320 e MT-208	2 x
Novo Progresso-PA	508,4 km via MT-320 e BR-163	2 x
Sorriso	237,8 km via MT-320 e BR-163	1 x
Lucas do Rio Verde	302,5 km via MT-320 BR-163	1 x
Nova Mutum	393,7 km via MT-320 e BR-163	1 x
Itaituba-PA	911,2 km via MT-320, BR-163 e BR-230	1 x
Altamira-PA	1.323,8 km via MT-320 e BR-163	1 x

Fonte: a autora (2021).

Observa-se que a distância ainda é um fator importante na escolha da população para o deslocamento, pois foi o primeiro ponto a ser evidenciado pelos entrevistados, que sempre deixavam claro que o maior quantitativo de consumidores de outras cidades são oriundos das cidades mais próximas. A figura (21), a seguir, ilustra a intensidade de deslocamento da população das cidades em direção à Colíder, a partir das menções feitas a elas pelos entrevistados:

De acordo com Corrêa (2011, p. 7) é muito mais seguro determinar se uma cidade é pequena pelo seu nível de centralidade do que pelo seu quantitativo demográfico: “ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia”, afirmando ainda que, em muitos casos essa pequena cidade possui em “suas hinterlândias” cidades menores que no passado foram distritos subordinados a elas. É a situação de Colíder que teve como seus distritos Itaúba; Guarantã do Norte; Nova Canãa do Norte e Matupá; centros locais para os quais Colíder consegue ofertar uma quantidade de bens e uma diversidade de funções centrais, que lhe assegura um grau de centralidade.

Em conformidade com o IBGE (2018), a hierarquia urbana indica a centralidade da cidade de acordo com a atração que exerce sobre a população de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial.

O IBGE (2018), a partir dos levantamentos realizados, identificou na hierarquia urbana brasileira cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). A seguir a tabela (15) traz um demonstrativo da distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana, segundo as Grandes Regiões (IBGE, 2018):

Tabela 15 – Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana, segundo as Grandes Regiões.

Grandes Regiões	Distribuição regional dos cinco níveis de hierarquia urbana									
	Megalópole		Capital Regional		Centro Sub-Regional		Centro de Zona		Centro local	
	Cida- des	Nível hierár- -quico (%)	Cid- a- des	Nível hierár- -quico (%)	Cida- -des	Nível hierár- -quico (%)	Cida- -des	Nível Hierár- -quico (%)	Cida- -des	Nível Hierár- -quico (%)
Brasil	15	100,0	97	100,0	352	100,0	398	100,0	4.037	100,0
Norte	2	13,3	11	11,3	27	7,7	21	5,3	373	9,2
Nordeste	3	20,0	21	21,7	88	25,0	135	33,9	1.436	35,6
Sudeste	5	33,3	38	39,2	120	34,1	107	26,9	1.076	26,6
Sul	3	20,0	21	21,7	83	23,6	90	22,6	819	20,3
Centro-Oeste	2	13,3	6	6,2	34	9,7	45	11,3	335	8,3

Fonte: IBGE (2018).

Com análise do perfil regional de cada nível hierárquico, percebe-se que no Centro-Oeste há duas Metrôpoles, seis Capitais Regionais, o Arranjo Populacional de Cuiabá, Rondonópolis e Sinop estão nesse grupo; trinta e quatro Centro Sub-Regionais,

doze estão em Mato Grosso; são quarenta e cinco Centros de Zona (destaque para a cidade de Colíder alvo deste estudo); por último trezentos e trinta e cinco Centros Locais – classificadas neste nível estão todas as cidades do entorno de Colíder, exceto Guarantã do Norte que é classificado como Centro de Zona B pelo IBGE (2018).

Na tabela (16) a seguir há um comparativo da região de influência que está posto pelo IBGE Cidades (2021) e a que foi encontrada por este estudo, que levou em conta a procura da população das cidades vizinhas por bens e serviços em Colíder, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais, quanto de gestão pública, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras cidades.

Tabela 16 – área de influência apresentada pelo IBGE Cidades e Área de influência de Colíder identificada pela pesquisa.

Cidade	Região de Influência apresentada pelo IBGE	Região de Influência apresentada pela pesquisa
Novo Progresso-PA	Santarém-PA	Colíder
Apiacás	Alta Floresta	Colíder
Alta Floresta	AP de Cuiabá/MT - Capital Regional A (2A)	Colíder
Carlinda	Alta Floresta - Centro Sub-regional B (3B)	Colíder
Guarantã do Norte	Sinop - Capital Regional C (2C)	Colíder
Matupá	Sinop - Capital Regional C (2C)	Guarantã do Norte
Nova Guarita	Sinop - Capital Regional C (2C)	Colíder/Alta Floresta
Itaúba	Sinop - Capital Regional C(2C)	Colíder
Marcelândia	Sinop - Capital Regional C (2C)	Colíder
Nova Canãa do Norte	Colíder-Centro de Zona A (4A)	Colíder
Nova Santa Helena	Colíder - Centro de Zona A (4A)	Colíder
Terra Nova do Norte	Sinop - Capital Regional C (2C)	Colíder
Peixoto de Azevedo	Sinop - Capital Regional C (2C)	Colíder

Fonte: IBGE Cidades. Pesquisa direta (2021).

Percebe-se que, pelos estudos do IBGE (2018), apenas as cidades de Nova Canãa do Norte e Nova Santa Helena fazem parte da área de influência de Colíder. Contudo, a pesquisa desenvolvida constatou que consumidores de outras cidades como Itaúba, Marcelândia, Terra Nova do Norte, buscam Colíder para compra de

produtos e serviços. Compreende-se, portanto, que estes centros locais não se vinculam somente com a sua região de influência, neste caso a cidade de Sinop, identificada pelo IBGE (2018).

De acordo com o que está posto pelo IBGE (2018), a tendência é que a população busque este centro – Sinop – somente quando Colíder não atende suas necessidades, já que o custo do deslocamento se torna inviável. Na mesma situação aparecem outras duas cidades, Nova Guarita e Peixoto de Azevedo.

Nova Guarita está na área de influência de Alta Floresta. Entretanto, devido à proximidade com Colíder, há muitos habitantes daquela cidade procurando esta para aquisição de bens e serviços. O mesmo fenômeno ocorre com Peixoto de Azevedo, buscando muito mais Colíder do que a Capital Regional C, Sinop.

Sendo assim, a função de Colíder como polo microrregional, inserida na Mesorregião Norte de Mato-Grossense é de ofertar às cidades menores de seu entorno bens e serviços básicos, como de saúde e de educação que não são encontrados pelos habitantes das demais cidades, oferecendo ainda serviços públicos federais e estaduais, o que aumenta sua importância e assegura sua centralidade naquela região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de expansão da fronteira econômica sobre a Amazônia, a rede urbana vivenciou importantes alterações com a implantação dos projetos de colonização. As cidades passaram a fazer parte de uma rede urbana que adquiriu formas mais complexas dentro da região dinamizada pelo agronegócio, assumiu novos papéis por meio de modificações funcionais e na organização e criação de novos núcleos urbanos. Dessa forma, as pequenas cidades localizadas nesses espaços incorporam fatores econômicos modernos de essência capitalista.

A expansão das modernas atividades agrícolas que envolvem a constituição de novos espaços na região não alcança todas as classes sociais, pois ao mesmo tempo que apresenta crescimento econômico gerado pela concentração das cadeias produtivas movimentada pelo agronegócio, aponta para a formação de uma estrutura extremamente desigual, com aumento de latifúndios no campo e segregação socioespacial nas cidades.

No que se refere à dinâmica do espaço atual de Colíder, partiu-se do fato de se tratar de uma cidade pequena que teve sua formação recente, resultou do processo de colonização das terras do norte de Mato Grosso na década de 1970, cuja ocupação desse espaço ocorreu pela iniciativa privada da empresa Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional (COLÍDER) responsável pela execução dos planos de ocupar/povoar a nomeada Gleba Cafezal que deu origem ao município de Colíder.

O polo microrregional de Colíder possui uma dinâmica econômica com atividades importantes para cidades de seu entorno, pois dispõem de serviços diversos e organização comercial capaz de atender a procura da população local e das cidades vizinhas, desempenha um papel de centralidade tanto em nível intraurbano como interurbano, o que dinamiza as relações com as demais cidades, aumentando o fluxo de consumidores e a procura de bens e serviços.

As pesquisas com o tema rede urbana, têm sido de suma importância para o planejamento urbano e regional. Com as inovações tecnológicas, na área de comunicação e transporte, que culminou no processo de globalização, alterando as relações entre municípios das mais variadas dimensões, surge a necessidade de compreender as novas variáveis, sobretudo as de ordem econômica e social, inclusive nas cidades pequenas.

Para compreender as relações estabelecidas entre Colíder e as cidades vizinhas, três temáticas precisaram ser exploradas. A primeira foi caracterizar Colíder como uma cidade pequena e sua formação espacial. A segunda, foi realizar uma análise das atividades econômicas e sua distribuição no conjunto da região. Por fim, destacou-se a centralidade de Colíder, por meio do fluxo de consumidores de outras cidades à procura de produtos e serviços, como a saúde e a educação.

O estudo aponta na direção de que é preciso desenvolver mais pesquisas sobre a dinâmica econômica e a participação na rede urbana das pequenas cidades, levando em conta as atividades produtivas e o desenvolvimento desses centros urbanos que concentram grande número de relações com os seus municípios vizinhos, apesar do pequeno quantitativo demográfico.

Compreende-se que as pequenas cidades não podem ser entendidas somente a partir de dados quantitativos, mas sim pelo que ela representa na sua região. As cidades brasileiras são muito heterogêneas, o que demonstra a necessidade de analisá-las nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, especialmente as pequenas cidades.

O planejamento regional é um assunto cada vez mais em destaque na realidade brasileira. Os estudos sobre o papel das pequenas cidades e sua influência para as cidades de seu entorno imediato pode-se tornar uma ferramenta de suporte às decisões na esfera do planejamento. Neste sentido, estudos como este contribuem com o planejamento de gestores e empresários no melhoramento das atividades comerciais, na prestação de serviços e no desenvolvimento de políticas públicas.

Por último, destaca-se que essa pesquisa verificou as relações estabelecidas entre Colíder e as cidades do seu entorno imediato não com o intuito de elaborar um modelo ou mesmo seguir um modelo teórico, como é bem comum em estudos que tratam de rede urbana e hierarquia urbana, mas com a intenção de contribuir ao que tange à disponibilização de informações que possam contribuir com os agentes do poder público responsáveis pela elaboração de plano de desenvolvimento e planejamento urbano, de maneira que possam pensar em ações conjuntas entre os municípios da microrregião de Colíder, uma vez que o estudo demonstrou uma importante dinâmica na relação entre eles, o que demanda o implemento de medidas em que todos assumam os ônus e os bônus desta relação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pollyana Aparecida Simão da Silva. **A configuração urbana da cidade Sinop no contexto da expansão capitalista na Amazônia norte matogrossense nas décadas de 1970 a 2000.** 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Cáceres/MT. Cáceres, 2018. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/pollyana-alves.pdf>. Acesso em 07 de mar. 2022.

ANDRADE, Leila Nalis Paiva da Silva. **Efeitos da implantação da UHE Colíder na dinâmica fluvial e na qualidade da água do curso médio do rio Teles Pires (Mato Grosso).** 2019. 262 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Carlos-SP 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12231/TESE%20LEILAfinal.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: maio de 2021.

ARANHA, Elias Alves. História de Colíder: a cidade e sua formação histórica. **Recanto das Letras-textos.** Plataforma online. s/p. 2019. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/6635265>. Acesso em: 03 maio de 2021.

ARANTES, Almir; BAMPI, Aumeri Carlos. Normatização, regulação e alienação do território amazônico na produção de energia elétrica: o caso da UHE Colíder. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; SOUZA, Mariana Barbosa de. **Norma e território: contribuições multidisciplinares.** (orgs.) Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1763/1/Norma%20e%20territ%C3%B3rio.pdf>. Acesso em 21 de fev. 2022.

AZEVEDO, Doriane. A urbanização Mato-Grossense: Uma reflexão a partir da relação urbano – rural. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 1-15. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Investigacion/03.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2021.

BARBOSA, Antonio Pires; TARDIVO, Carla Rúbia Florêncio; BARBOSA Estela Capelas. Mecanismos de Controle da Gestão do SUS à Luz da Lei Complementar Nº 141, de 2012. **Administração Pública e Gestão Social-APGS.** Universidade de Viçosa, MG, v. 8, n. 1, p. 66-74, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351557773008/html/>. Acesso em 25 de out. 2021.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 131, p. 175-195, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Tw3vz4S59FgfcX6TPtHPyVv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 de mar. 2022.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Manual do candidato: Geografia**: Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 204 p. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/al000010.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, v.6, n.12, p. 135-159. Brasília, 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172. Acesso em: 10 fev. 2022.

BESSA, Kelly; Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais. **GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 147-165, 2012. Disponível em: [portalseer.ufba.br > geotextos > article > view](http://portalseer.ufba.br/geotextos/article/view). Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. **Estatuto da cidade**. Decreto Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://planodiretor.saolourenco.sc.gov.br/leis/Estatuto%20das%20Cidades.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. **Decreto Lei n. 5.173**, de 27 de outubro de 1966, extinguiu a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5173.htm. Acesso 14 de fev. De 2022.

_____. **Programa de Integração Nacional – PIN**. Decreto Lei n. 1.106 de 16 de junho de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.106%2C%20DE%2016%20DE%20JUNHO%20DE%201970.&text=Cria%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o,fiscais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 14 de fev. de 2022.

_____. **Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. Decreto Lei n. 1.806 de 06 de janeiro de 1953, Disponível em: [/www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1806.htm#:~:text=LEI%20No%201.806%2C%20DE%206%20DE%20JANEIRO%20DE%201953.&text=Dispõe%20sobre%20o%20Plano%20de,execução%20e%20d%C3%A1%20outras%20providências](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1806.htm#:~:text=LEI%20No%201.806%2C%20DE%206%20DE%20JANEIRO%20DE%201953.&text=Dispõe%20sobre%20o%20Plano%20de,execução%20e%20d%C3%A1%20outras%20providências). Acesso em: 15 de fev. De 2022.

_____. **Programa de Redistribuição de terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra**. Decreto Lei n. 1.179 de 06 de junho de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1179.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.179%2C%20DE%206%20DE%20JULHO%20DE%201971.&text=Institui%20o%20Programa%20de%20Redistribui%C3%A7%C3%A3o,fiscais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 15 de fev. 2022.

_____. **Polamazônia – Programa de polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia**. Decreto Lei n. 74.607 de 25 de setembro de 1974. Disponível em: [/www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 15 de fev. 2022.

_____. **Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE**. Decreto n. 86.029 de 27 de maio de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1981/D86029.html. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

CALONGA, Maurilio Dantielly. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 126-132, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26438>. Acessado em: 16 de nov. 2020.

CAMARGO, José Carlos Godoy; ELESBÃO, Ivo. O problema do método nas Ciências Humanas: o caso da Geografia. **Mercator**, v. 3, n. 6, 12p. 2008. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/120>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da organização à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. S.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-73.

_____. **A cidade**. 8º ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARMO, Beatriz de Azevedo do; ZANINI, Maira dos Santos e HOLZSCHUH, Marcelo Leandro. Estudo de caso: O uso do sensoriamento remoto no monitoramento e controle da área da edificação da UHE-Colíder. In: IV Simpósio Brasileiro de Geomática – SBG, 4., 2017, Presidente Prudente. **Anais [...]**. Presidente Prudente: UNESP, 2017. p. 266-271. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/departamentos/cartografia/eventos/2017_IV_SBG/_artigos/2017_SBG_CTIG_paper_49.pdf. Acesso em 7 out. 2021.

CARMO, Judite de Azevedo do. A rede geográfica formada pela produção e comércio dos calçados de Franca (SP). **Geosul**, v. 33, n. 68, Florianópolis, 2018, p. 223-235. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n68p223>. Acesso em: 12 nov.2020.

CARMO, Judite de Azevedo do, GONZÁLEZ, Alfredo Zenén Domínguez, SOUSA, Juberto Babilônia de. Características socioambientais em ambiente de ocupações irregulares na cidade de Colíder, Mato Grosso; **Revista Equador**, v. 8, n. 3, 2019, p. 295 – 314. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CARMO, Beatriz de Azevedo do; CARMO, Judite de Azevedo do. Segregação e fragmentação urbana em pequenas cidades: análise do residencial urbano Carapá em Colíder- MT. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, 2017, p. 1017-1030.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 117-140.

COLÍDER. **Lei nº2859**, 30 de dezembro de 2015. Institui o Plano Diretor de Colíder, estabelece diretrizes para o desenvolvimento da Cidade. Plano Diretor de Colíder, 20215. Disponível em: <https://www.colider.mt.gov.br/Transparencia/Legislacao/Plano-diretor/>.

Acesso em 10 de jun. 2020.

_____. **Lei Municipal nº 2693/2013**, de 13 de setembro de 2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2014-2017 no município de Colíder. Colíder, 2013. Disponível em: https://www.previlider.com.br/fotos_downloads/38.pdf.

Acesso de maio 2020.

_____. Câmara Municipal de Colíder. **Lei Orgânica** do Município de Colíder, 05 de abril de 1990. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=lei+organica+do+municipio+de+colider&oq=LEI+ORG%C3%82NICA+DO+MUNIC%C3%8DPIO+DE+COL%C3%8DDER&aqs=chrome.1.69i57j0i22i30.1732j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

Acesso de maio 2020.

_____. Prefeitura Municipal. **Imprensa/notícias**. Colíder, 2021. Disponível em: <https://www.colider.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais, **Lei complementar 141**. Guia prático para a Gestão Municipal. Brasília, 2015. Disponível em:

https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Livro_LC_141_tela.pdf

Acesso 5 de ago. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório da Situação dos Hospitais Privados no Brasil**. In: Cenário dos Hospitais no Brasil. Maio 2019.

Disponível em: <http://cnsaude.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CenarioDosHospitaisNoBrasil2019CNSaudeFBH.pdf>

Acesso em: 25 set. 2021.

CONTE, Cláudia Heloiza; Rede Urbana: Uma Breve Abordagem Teórica. **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente, v.1, n. 14 p.76 – 93, 2014.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2625>.

Acesso em: 10 jul. 2020.

COPEL – Companhia Paranaense de Energia.1º Relatório técnico histórico antropológico/EC-06, UHE Colíder. **Temporis Consultoria LTDA**. 66 p. 2013.

Disponível em: <https://www.copel.com/uhecolider/sitearquivos2.nsf/verdocatual/730C4754A0228E118>

32584430051DE9E/\$FILE/1%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Hist%C3%B3rico%20Antropol%C3%B3gico.pdf. Acesso em: jul.de 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia:
In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.
Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p.15-47.

_____. Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente. **Revista Cidades**: v. 9, n. 16, 200-218, 2012. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378/2122>.
Acesso em: 13 nov. 2020.

_____. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 30, p. 05 - 12, 2011. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>. Acesso em: 25 out. 2020.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336p.

_____. **Dimensões de análise das redes geográficas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. Disponível em:
<https://sites.google.com/site/flamariongeografia/geografiaredes>. Acesso em: 15 nov.2021.

_____. **Região e Organização espacial**. 7ª ed. Ed. Ática, São Paulo, SP, 2002.

_____. **A rede Urbana**. Editora Ática, São Paulo. 1989.

DIAS, Leila Christina. Rede Geográfica. **GEOgraphia**, v. 22, n. 49, p. 1-6, 2020.
Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47614>.
Acesso em: 3 nov. 2021.

_____. Redes: emergência e organização: *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 141-162.

_____. Geografia e qualidade de vida: pensando as redes técnicas. **Geosul**. v.9, n.17, p.7-15, Florianópolis, 1994. Disponível em:
<https://sites.google.com/site/flamariongeografia/geografiaredes>. Acesso em: 15 ago. 2020. Belo Horizonte Departamento de Geografia da UFMG 2007

DINIZ, Luís Henrique Freitas. **Distribuição e funcionalidades espaciais do setor terciário no Brasil 1991- 200**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:
http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_103486/distribuicao_e_funcionalidades_espaciais_do_setor_terciario_no_brasil_1991-2000. Acessado em 23 ago. 2021.

ELIAS, Denise. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil.
In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., e OLIVEIRA, V.L., comps. **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap.3 p. 63-81. 2016. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/3k9jk/pdf/buhler-9786557250044-04.pdf>. Acesso em 22 de out. 2021.

_____. Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil.

ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.13-32 Disponível em:

<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1937>. Acesso em 01 de nov. de 2020.

_____. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. In:

X Colóquio Internacional de Geocrítica, 10., 2008, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008, p. 1-27.

Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/270.htm>. Acesso jul. 2021.

Acesso 28 de out, 2021.

FERREIRA JUNIOR, João Lourenço Couto. A importância dos supermercados para a economia comercial. **WebArtigos.com** 2012. Disponível em:

<https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-dos-supermercados-para-a-economia-comercial/85336/>. Acesso 28 de out, 2021.

FRETAS, João Carlos de Mattos. Território e Romanização no Império Romano: o Caso das Cidades Planejadas a Partir do Padrão Linear;

Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 2, n. 2, p. 169-186, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2095/1862>.

Acesso em 06 de nov. 2020.

FRESCA, Tânia Maria. Rede urbana e divisão territorial do trabalho.

Geografia. v. 19 n. 2, p.115 -128, Londrina, 2010a. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em: jun. 2020.

_____. Centros Locais e Pequenas Cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 75 - 81, 2010b. Disponível em:

[www.mercator.ufc.br > mercator > article > view](http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view). Acesso em: 10 ago. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 5ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA, Márcio Nakayama. A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do Município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, [S.l.], v.3, n. 1, p. 1-13. 2004. Disponível em:

<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743->

Acesso em ago. 2021.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão: In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018

GOMES, Luciano Campos. As cidades pequenas do agronegócio e seu papel na rede urbana regional: O caso de Santo Antônio do Amparo –MG.

GEOFRONTER. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Campo Grande, n. 4, v. 2, 2018, p. 23-46. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2914>
 Acesso em: 10 jul. 2021

_____, Luciano Campos. As relações campo-cidades em Santo Antônio do Amparo – MG no período técnico-científico-informacional: **Diferentes usos do território em um município funcional ao agronegócio**. 2016. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Campus Rio Claro, 2016. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/146718/gomes_lc_me_rcla.pdf?sequence=3. Acesso em: 15 jul. de 2021.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da Hileia: Integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. 2007. 344f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo. 2007. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09102007-140247/publico/TESE_DANIEL_MONTEIRO_HUERTAS.pdf_
 Acesso em: 10 de set.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 1985** p. 202 a 206. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n26_mt.pdf.
 Acesso em: jun. de 2021.

_____. **Censo agropecuário-MT 1995/1996**. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/48/agro_1995_1996_n24_mt.pdf.
 Acesso em: jun. 2021.

_____. Cidades. **Censo agropecuário/Colíder 2006**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/pesquisa/24/76693?ano=2006>.
 Acesso em: jun. 2021.

_____. Cidades. **Censo agropecuário/Colíder 2017**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/pesquisa/24/76693?ano=2017>.
 Acesso em: jun. 2021.

_____. Cidades. **Pesquisas**. 2021. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/colider/panorama>. Acesso em: maio 2021.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, 2020.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

Acesso em: 5 de abr. de 2021.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: estudos básicos para caracterização da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP Brasília: IPEA, 2002.

Instituto Nacional de estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - (INEP). **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília-DF. MEC 2021. Disponível em:
resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf (inep.gov.br).
 Acesso e 5 de out. 2021.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira, MOREIRA, Mariane Gonçalves, FERREIRA, Leylane. A Paisagem cultural do norte do estado do Mato Grosso: Construindo a memória do Rio Teles Pires. **Revista e-hum**. Belo Horizonte, Vol. 7, n. 2, p. 1-25, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1453>.
 Acesso em: 15 nov. 2020.

LEÃO, Carla de Souza. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**. n. 32, vol.1, p.135-153, jun. 2010. Disponível em:
<http://docplayer.com.br/22653626-Reflexoes-sobre-o-desenvolvimento-e-as-pequenas-cidades-analise-das-cidades-de-dracena-e-ouro-verde-sp.html>.
 Acesso em: set. 2021

LEFÉBVRE, Henri. 1976. **Espacio y Política**. Barcelona, Ediciones Peninsula

LENCIONI Sandra. Região e Geografia: A noção de região no pensamento geográfica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.); **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª ed. Ed. Contexto. São Paulo, SP, 2005.

LIMA, Eliana Beatriz Nunes Rondon; FILHO, Paulo Modesto e MOURA, Rubem Mauro Palma de (Orgs). Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB: Colíder-MT. **EdUFMT**, Cuiabá, MT. 2018. 691p. Disponível em:
https://www.colider.mt.gov.br/fotos_downloads/6190.pdf.
 Acesso em jul. 2020.

LOPES, Jecson Girão. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, 08p. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7332>.
 Acesso em: 15 de jan. 2022.

MANFIO, Vanessa. Cidade e os equipamentos urbanos: uma análise sobre Nova Palma – RS. **InterEspaço** Grajaú/MA v. 1, n. 2 p. 137-151, dez. 2015. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4035>.
 Acesso em jul. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Metodologia do trabalho científico**. 8ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2020. (Atualização João Bosco Medeiros).

MARGARIT, Eduardo, Os interesses em torno da pavimentação da BR-163: Tramas políticas envolvidas na consolidação de um novo corredor logístico na Amazônia; **Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá** - n. 16 - p. 168 – 197, jun. 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/729> Acesso em: 10 maio de 2021.

MARQUES, Maria José Basso. **Atlas Semântico-lexical de Colíder-Mato Grosso**: 2018. 396 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *Campus* Universitário de Sinop/MT. Sinop, 2018. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=ppgletras-sinop&m=dissertacoes&c=turma-1>. Acesso: 20 de nov. 2020.

MATO GROSSO. Secretaria de Planejamento do estado de Mato Grosso – SEPLAN. Dinâmica demográfica, projeção de população – **Municípios do estado de Mato Grosso anos 2000 – 2005 – 2010 – 2015**. Parte 2: Sistematização das Informações Temáticas. Nível compilatório. Disponível em: <http://www.dados.mt.gov.br/publicacoes/dsee/geomorfologia/mt/DSEE-GM-MT-050.pdf>. Acesso maio de 2020.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da Microrregião Geográfica de Catalão-GO: Análise de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia-MG. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15906/1/PequenasCidadesMicrorregiao.pdf>. Acesso em 8 de mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª edição. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2009.

_____. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde-CNESNet. **Secretaria de atenção à Saúde - DATASUS**. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Unidade.asp?VEstado=51&VMun=510320&VComp=00&VUni=. Acesso 20 de set. 2021.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Cedeplar-UFMG**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>. Acesso 6 de mar. 2022.

MOREIRA, Ilson. **Fatores condicionantes da produção do espaço urbano de Colíder-MT**. 2017. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário Vale do Teles Pires, Colíder-MT. 2017.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Tendências nas pesquisas geográficas sobre cidades pequenas no Brasil: Apontamento para análise. **Revista Geographia**. Universidade Federal Fluminense v. 16 n. 32. 1-14, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2014.v16i32>. Acessado em 12 de abr. de 2021.

MORENO, Gislaene e HIGA, Tereza Cristina Souza. (orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005

MOURA, Edenilson Dutra de. **Conectando o Urbano e o Ensino Superior: Dinâmicas espaciais em Sinop** – MT. 2015. 274 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT. 2015. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/1243>. Acesso em: jun. de 2020.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. **As singularidades do processo de urbanização da Amazônia: uma leitura a partir das cidades de Porto Velho (RO) e Marabá (PA)**. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2016. Disponível em: <https://www.ppgdstu.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/CL%C3%81UDIA%20PINHEIRO%20NASCIMENTO.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2022.

_____. O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980. **Ateliê Geográfico**, v.5, n. 2, p. 227-256. Goiânia-GO 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/ateli/article/view/15489>. Acesso em 10 de mar. 2022.

OLIVEIRA, Vilnar Maria de. **A feira livre “Jonas Pinheiro” e sua contribuição para o abastecimento urbano do município de Colíder/MT**. 2016. 62 f. (TCC em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário Vale do Teles Pires, Colíder-MT, 2016.

OLIVEIRA NETO, Vicente Pontes de. **Áreas de preservação permanente em pequenas cidades do norte de Mato Grosso: Limites e perspectivas da gestão pública; Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT. 2019. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20VICENTE%20PONTES%20DE%20OLIVEIRA%20NETO.pdf>. Acesso em; 12 nov. 2020.**

PADILHA, Rinaldo Marques, **Bacia hidrográfica do rio Carapá, Mato Grosso: caracterização ambiental, uso da terra e dinâmica fluvial**. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT. 2017. <http://portal.unemat.br/media/files/ppggeo2015-3-rinaldo.pdf>. Acesso em; 15 de ago. 2020.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. Ed. Contexto. São Paulo, SP 2006. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbX0ZW1wbGFydGVzNnxneDozNWQ2N2QwNWl4MDE1NTEw:_ Acesso em: 15 ago.2020.

PIRES, Elson Luciano Silva. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 8, n. 2, p. 155-163, Campo Grande, MS. Set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/h3J57crWWybsP78tMqGDyKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jul. 2021.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 601-636, Campinas. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/59DMY3zmJdPHXzXRshTKmNF/abstract/?lang=pt>. Acesso 10 de fev. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**: Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as Categorias da geografia: Espaço, Território, e paisagem. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 128 – 142, set. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15724/8897>. Acesso em: 30 out. 2020.

ROMANCINI, Sônia Regina; RODRIGUES, Cleire Oliveira. Urbanização na pré-Amazônia Mato-Grossense: o exemplo de Sinop **Revista ACTA Geográfica**, ano I, n. 2, p. 43-55 Boa Vista, 2007. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/176>. Acesso em: e 28 de mar. 2022.

SANTIAGO, Maria Márcia Santos; **Areia Branca**: Espacialidades na rede urbana de Sergipe. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. 2011. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5621/1/MARCIA_MARIA_SANTOS_SANTIAGO.pdf. Acesso em: 20 out. 2020

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar**. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 2ª reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico-informacional. Ed. Hucitec, São Paulo, SP 1994.

_____. **Urbanização brasileira**. Ed. Hucitec. São Paulo, SP. 1993.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, SANTOS, Milton, Publicado inicialmente em **Antipode**. [S. l.]: v. 9, n. 1, p. 1 – 16, fev., 1977. In: SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: Ensaio. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p. Disponível em: https://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/05/sociedade_e_espaco_-_a_formacao_espacial_como_teorica_e_metodo.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2021

_____. **A cidade como centro de região**. Livraria Progresso Editora. Salvador, BA 1959.

SANTOS, Romário Valente e AMORIM, João Paulo de Almeida. A Centralidade urbana sub-regional de Macapá-AP e sua região de influência. *In: XVI ENANPUR*, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal do Amapá, 2015. p. 1-19. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1483>. Acesso em jun. 2020.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**: 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente. 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105021/santos_ra_dr_prud.pdf?sequence=1. Acesso em: 03 ago.2021.

SERPA, Ângelo; Paisagem, Lugar e Região; Perspectivas teóricas-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP**. São Paulo, n. 33, p. 168- 185, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74309/77952>. Acesso em: 03 de nov. 2020.

SILVA, Julho César Felix; Categorias analíticas da Geografia: Caminhos para leitura do espaço geográfico. **Revista Diálogos**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 1-14, set. 2015 https://www.revistadiologos.com.br/Dialogos_14/dial_14_Felix_Silva.pdf. Acesso em 28 de out. de 2020

SILVA, Denielle Fernandes da. **Apropriação da praça central de Colíder (MT) por meio de atividades culturais**. 2016. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário Vale do Teles Pires, Colíder-MT, 2016.

SILVA, Simone Affonso da. Divisão Regional Brasileira: considerações acerca de seus fundamentos. *In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. 12., 2009, Montevideo – Uruguai. **Anais [...]**. Montevideo – Uruguai: 2009. p. 1-15. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/06.pdf>. Acesso em: 07 maio de 2021.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira. Análise Crítica da Utilização do IDH-M como Critério de Alocação de Recursos para Habitação. **EnANPAD 2009**. São Paulo-SP 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS949.pdf>.

SOUZA, Fernando Antônio Santos de. **Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe**. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade

Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. 2008. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5423>. Acesso em: 10 ago.2020.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/B8Kb6jfXqvCrfrfpWWr8Wsm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de out. 2021.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De heróis a vilões: Imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense**. 2008. 263 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF. 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1947/1/2008_RosaneDuarte.pdf. Acesso 20 de maio de 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Nº 12, p. 1-64, maio 2005 – UFSC. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>. Acesso em ago. 2020.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Cidades Pequenas: **Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí-SP. Paco Editora, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da: Discussão Geográficas sobre Cidades pequenas. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 34, n. 2, p. 203-217, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3170/3931>. Acesso em: em: 31 out. 2020.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo. UNESP, 2008. Disponível em: <https://sites.google.com/site/flamariongeografia/geografiaredes>. Acesso em: 15 de nov. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf. Acesso em: 15 ago.2020.

TEIXEIRA, Luciana. **A colonização no norte de Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista – UNESP – campus de Presidente Prudente. 2006. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/06/06_Luciana_Teixeira.pdf. Acesso em: 15 abr. de 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo; **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais/A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Ed. Atlas SA, 1987.

VESENTINI, José William; **Repensando A Geografia Escolar Para O Século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009. 161 p. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/81c81s>. Acesso em: 10 de ago. 2020.

VOLOCHKO, Danilo. Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”. **GEOgraphia**, v.17, n. 35, p. 40-67. Dossiê, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13728>. Acesso em 11 de mar. 2022.

APÊNDICE A

ENTREVISTA

Vimos solicitar sua colaboração para realização de uma pesquisa acadêmica vinculada ao curso de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT – Campus de Cáceres-MT, com o tema: “A INFLUÊNCIA DE COLÍDER (MT) PARA AS CIDADES DE SEU ENTORNO IMEDIATO”. Desenvolvida por mim, *Maria Rosa de Souza*. Essa pesquisa propõe analisar a influência de Colíder-MT sobre os municípios limítrofes em relação a ofertas de bens e serviços, com vistas a demonstrar a sua importância para a região imediata. Esta análise se justifica porque a partir dela será possível traçar o papel de Colíder na sua região, ou seja, para as cidades do seu entorno a partir da identificação da sua área de influência. Asseguramos que as informações obtidas serão analisadas de forma global e não individualizadas, impossibilitando a identificação dos entrevistados.

Roteiro de perguntas para as Instituições de Ensino Superior e Técnico.

- 1) Entre os estudantes matriculados nessa instituição é possível identificar de quais cidades são residentes:
() SIM () NÃO
- 1.1. Caso a resposta seja afirmativa. Quais são as cidades de residência dos estudantes desta instituição de ensino?
- 1.2. Poderia colocar as cidades citadas em ordem de maior para o menor número de estudantes residentes?
- 1.3. O número de estudantes de outras cidades tem aumentado ou diminuído ao longo dos anos?
- 1.4. Poderia especificar o motivo do aumento ou diminuição do número de estudantes de outras cidades?
- 1.5. Caso a resposta seja negativa. Por que razões você acredita não haver a procura de estudantes de outras cidades?

APÊNDICE B

Roteiro de perguntas para Instituições de Saúde.

1) No atendimento aos pacientes é verificado o local de residência dos mesmos?

() SIM () NÃO

1.1. Caso a resposta seja afirmativa. Os pacientes são oriundos de quais cidades?

1.2. Poderia colocar as cidades citadas em ordem de maior para menor número de pacientes que procuram o hospital?

1.3. O número de pacientes de outras cidades tem aumentado ou diminuído ao longo dos anos?

1.4. Poderia especificar o motivo do aumento ou diminuição do número de pacientes de outras cidades?

1.5. Caso a resposta seja negativa. Por que razões você acredita não haver procura de pacientes de outras cidades?

APÊNDICE C

Roteiro de perguntas para os estabelecimentos comerciais (supermercado atacado e varejista, lojas de vestuário e calçados, casa agropecuárias, auto peças e revisão de veículo.

1) Entre os clientes de seu estabelecimento, há moradores de outras cidades?

() SIM () NÃO

1.1. Caso a resposta seja afirmativa. São provenientes de quais cidades?

1.2. Poderia colocar as cidades citadas em ordem de maior para o menor número de clientes?

1.3. O número de clientes de outras cidades tem aumentado ou diminuído ao longo dos anos?

1.4. Poderia especificar o motivo do aumento ou diminuição do número de clientes de outras cidades? Como você percebe? Pelo o número de clientes que vem até a loja? Pelo volume de mercadorias vendidas?

1.5. Caso a resposta seja negativa. Por que razões você acredita não haver procura de clientes de outras cidades?